

Cecília de Sousa Reibnitz

**A LITERATURA CATARINENSE A PARTIR DA REVISTA
TERRA:
CANONIZAÇÃO, CRÍTICA LITERÁRIA E SOCIABILIDADES**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria de Fátima Fontes Piazza.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Reibnitz, Cecília de Sousa

A literatura catarinense a partir da revista Terra :
canonização, crítica literária e sociabilidades / Cecília de
Sousa Reibnitz ; orientadora, Maria de Fátima Fontes
Piazza - Florianópolis, SC, 2016.

177 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Revista Terra. 3. Literatura
Catarinense. 4. Sociabilidades Intelectuais. I. Piazza,
Maria de Fátima Fontes. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Cecília de Sousa Reibnitz

**A LITERATURA CATARINENSE A PARTIR DA REVISTA
TERRA:
CANONIZAÇÃO, CRÍTICA LITERÁRIA E SOCIABILIDADES**

Esta Dissertação foi julgada adequado(a) para obtenção do Título de “História”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 27 de abril de 2016.

Prof. xxx, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a xxxx, Dr.^a
Orientadora
Universidade xxxx

Prof.^a xxxx, Dr.^a
Orientadora
Universidade xxxx

Prof. xxxx, Dr.
Universidade xxxxxx

Para meus irmãos: Lucas,
Pedro e Alice,
Artur e Henrique.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que tornaram possível a realização deste trabalho.

À Prof.^a Dr.^a Fátima de Fontes Piazza, pelo afeto e dedicação na orientação.

À banca de qualificação, Dr. Felipe Matos e Prof.^a Dr.^a Tânia Ramos, pela leitura atenta e sugestões que modificaram muitos rumos da escrita.

À CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC pelo fomento à pesquisa. Aos professores da UFSC e UDESC, pela formação acadêmica e contribuição em todos os momentos solicitados.

Aos funcionários dos arquivos pesquisados, sempre muito dispostos a ajudar.

Aos amigos, principalmente os que estiveram mais próximos durante a escrita do trabalho, contribuindo com carinho e sugestões: Maria Luiza, Willian, Alexandra, Luísa, Rafael, Marcela e Daniel. Ao Rodrigo, pelo apoio na etapa final e revisão da escrita.

Aos familiares, por todo incentivo e ajuda em todos os momentos.

RESUMO

A revista *Terra* (1920-1921) se tornou uma publicação canônica na história da literatura catarinense. Nela, Altino Flores, Othon d'Eça e outros escritores, considerados por eles mesmos como novos ou, posteriormente, como a “Geração da Academia”, expressaram o desejo de se fazer reconhecidos, sem dar espaço para os chamados novíssimos e menos ainda para os velhos. Tendo como objetivo compreender a formação do campo da literatura catarinense no início do século XX, procurarei analisar tanto as disputas e polêmicas quanto as afinidades e sociabilidades que deram contornos ao ambiente literário da capital catarinense. O periódico é então o ponto de partida para a pesquisa. A partir de uma análise da revista *Terra* e de estudos posteriores sobre ela, procuro trabalhar com questões relativas a identidades, tentativa de reconhecimento, crítica literária e canonização.

Palavras-chave: Revista Terra. Literatura Catarinense. Sociabilidades Intelectuais.

ABSTRACT

The magazine *Terra* (1920-1921) became a canonical publication in the history of the Santa Catarina's literature. In it Altino Flores, Othon d'Eça and other writers, considered by themselves as news or, later, as the "Academical Generation", expressed the desire of making themselves recognized, without giving room for the so called brand news and much less for the olds. Having as objective to comprehend the formation of Santa Catarina's literary field at the beginning of the 20th century, I shall analyze the disputes and polemics as well as the affinities and sociabilities which set the boundaries to the literary environment of Santa Catarina's capital city. The publication is, therefore, the starting point for the research. From the magazine *Terra* and posterior studies about it, I seek to work with questions relative to identities, pursue for recognition, literary criticism and canonization.

Keywords: Magazine *Terra*. Santa Catarina's Literature. Intellectual Sociabilities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	29
1.1 Gênese de Cesário Braz.....	30
1.2 Discursos sobre Othon d’Eça.....	43
1.3 Apologia da literatura catarinense e Cesário Braz como promessa.....	59
CAPÍTULO II	73
2.1 O crítico da “Geração da Academia”.....	75
2.2 A polêmica como ferramenta para a demarcação de “grupos” ou “gerações”.....	85
2.3 <i>Novos, novíssimos e velhos</i>	98
2.4 Altino Flores como um crítico generoso e justo.....	110
CAPÍTULO III	117
3.1 A revista <i>Terra</i> e a Academia Catarinense de Letras.....	121
3.2 Entre o regional, o nacional e o universal.....	131
3.3 Revistas e jornais em diálogo.....	136
3.4 O hercilismo na revista <i>Terra</i>	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	169
1 Periódicos e documentos pesquisados.....	169
2 Referências bibliográficas.....	170

INTRODUÇÃO

A revista Terra dentro da literatura catarinense

'Terra' marcará uma época nas letras catarinenses, de que ela é a súpula e o mais glorioso atestado.
(O Estado, 10/03/1920)

A história da literatura catarinense possui alguns marcos célebres e agrupações reconhecidas: no final do século XIX, o grupo da Ideia Nova, no início do XX, a “Geração da Academia”, e na metade desta década, o Grupo Sul. Para além destes momentos, há um vazio e, excluindo os sujeitos destes grupos, não haveria autores significativos.

“Geração da Academia” refere-se, de maneira genérica, aos integrantes da Academia Catarinense de Letras (ACL), fundada em 1920 e institucionalizada em 1924. Contudo, os membros deste sodalício nem sempre configuravam uma identidade de grupo bem definida: apresentavam idades diferentes, circulavam em grupos distintos, alimentavam divergências pessoais ou em termos literários.

De acordo com Felipe Matos (2014), “Geração da Academia” foi uma expressão consagrada por Celestino Sachet. Este foi o primeiro pesquisador a se dedicar mais especificamente à formação da literatura no período, com seu livro *As transformações estético-literárias dos anos 20 em Santa Catarina* (1974). Muitas de suas análises se tornaram lugares-comuns e foram reificadas por estudos posteriores¹.

Reduzindo a literatura catarinense aos três grupos mencionados, Sachet (1974) assim se referiu ao século XX:

Nos primeiros vinte anos deste século, os ‘velhos’
– que eram os ‘novos’ da época de Gama Rosa,

¹ Anterior a esta data é o texto “Fundamentos da literatura catarinense”, presente no livro *Fundamentos da cultura catarinense* (1970). Tratou-se de um curso ministrado no ano anterior em seis municípios catarinenses que, de acordo com a apresentação do livro, contou com grande repercussão: quase 4 mil alunos, sendo prevista a ampliação de tal curso no ano seguinte. O texto de Sachet já apontava algumas diretrizes que iriam percorrer sua obra, como a perspectiva de atraso, apenas sanado com o Grupo Sul, que proporcionou no Estado “uma grande explosão”. Há também ali a ideia de o Estado ser composto por três “ilhas literárias”: “o Litoral e a Grande Urbs”, “A Civilização da Máquina” (o Vale do Itajaí com o Norte-Nordeste Catarinense) e “A Civilização dos Campos e da Epopeia” no Oeste. Cada uma delas estaria isolada entre si e teria uma identidade própria – identidade esta pré-determinada.

estavam mortos, ausentes ou calados. E os ‘novos’ – que serão os ‘velhos’ quando o modernismo de 1947 chegar até nós – estavam se preparando para prometedora investida no campo das letras de Santa Catarina. (SACHET, 1974, p.39).

Carlos Humberto Corrêa seguiu a mesma interpretação. Nesse sentido, apontou para a formação do grupo da Ideia Nova como “um dos momentos mais importantes do desenvolvimento da inteligência catarinense” (CORRÊA, 1997, p.48), seguido pela “Geração da Academia”, com o apogeu nos anos de 1920. Após este momento, houve um novo “marasmo cultural que envolveu as décadas de 30 e 40 no Estado” (idem, p.16).

É a construção de um modelo de “ilhas culturais”, que reforçam também concepções de atraso e isolamento. De acordo com Felipe Matos,

Nas análises sobre a vida cultural catarinense, as sinopses literárias estabeleceram “ilhas culturais” isoladas entre si, em longos hiatos. A metáfora da “ilha”, uma apropriação da obra de Viana Moog, apareceu nas palestras de Celestino Sachet e foi reafirmada por Salim Miguel em suas críticas. (MATOS, 2014, p.30).

Assim, a atividade cultural se daria por ciclos, isolados entre si e, no geral, prevaleceria um ambiente de marasmo. Um discurso que Felipe Matos procurou problematizar ou criticar ao longo de seus trabalhos, demonstrando “a existência de vida cultural em Florianópolis. Ao contrário, portanto, do discurso que legitimou a ideia de que a cidade era uma “ilha ‘isolada’, ‘pacata’, ‘monótona’, ‘provinciana’, alheia aos principais acontecimentos culturais de seu tempo” (MATOS, 2005, p.13). Ao estudar a história do livro e da leitura na cidade, o pesquisador aponta que

Uma compilação destes jornais e o arrolamento dos nomes de alguns de seus principais colaboradores – dezenas deles fora das sinopses que estruturam o quadro cultural do período – contribuem para desconstruir o discurso negativo que prega o isolamento e o marasmo cultural da Capital catarinense no período. (MATOS, 2014, p.128).

Este também é o caminho em que o presente trabalho procura se inserir. Tendo como objetivo compreender a formação do campo literário catarinense no início do século XX, procurarei analisar as disputas, as polêmicas, mas também as afinidades e sociabilidades que deram contornos ao ambiente literário da capital catarinense.

A criação da Sociedade e depois Academia Catarinense de Letras, em 1920 e 1924, respectivamente, resultou na formação de um importante espaço de consagração para parte desses intelectuais. Contudo, os sujeitos ali imortalizados não eram os únicos escritores locais. Muitos outros tornaram-se pouco ou nada conhecidos, sendo difícil perseguir suas trajetórias – o que não significa que sua frequência nos jornais e revistas da época fosse pequena. Ao passo que alguns dos que integraram a Academia não necessariamente possuíam significativa atividade literária, fosse por meio de publicações de livros ou mesmo, o que era muito mais comum, pela participação na imprensa periódica.

Dentro da “Geração da Academia”, uma publicação também se tornou canônica na história da literatura catarinense: a revista *Terra*. O que me interessou para este trabalho foram os discursos sobre *Terra*, o lugar que coube à revista na história da literatura catarinense. A publicação é então o ponto de partida para a pesquisa. É a partir dela e da memória sobre ela que o trabalho foi se criando. A revista não se tornou o único foco da pesquisa, mas sim sua porta de entrada. Permeará, assim, todos os capítulos e os problemas analisados. Porém, não se trata de um estudo sistemático sobre o periódico². Procuo trabalhar com algumas questões que julgo pertinentes dentro da história da literatura catarinense e que, em grande medida, foram tratadas na revista *Terra* ou em estudos posteriores sobre a publicação.

Minhas pesquisas a respeito da revista *Terra* iniciaram durante a graduação, dentro do projeto de pesquisa “Cenas e cenários: leituras e imagens de aproximação entre as manifestações de teatro, radiodifusão e cinema (1920-50)”, desenvolvido no Centro de Ciências Humanas e da Educação / UDESC e orientado pela professora doutora Márcia Ramos de Oliveira. O trabalho se propunha a investigar a cena artística no Brasil e também mais especificamente em Santa Catarina. A revista *Terra* surgiu então por suas colunas sobre cinema e teatro. Porém, ao me deparar com a publicação, percebi a existência de vários trabalhos que

² Muitas questões relativas ao conteúdo da revista já foram tratadas por Marco Antonio Castelli (1982) e em minha monografia (REIBNITZ, 2013).

se referiam a ela e tais leituras, em grande medida, não me satisfaziam e me levaram a adentrar na pesquisa.

O trabalho resultou em minha monografia, orientada pela professora responsável pela pesquisa e pelo professor doutor Emerson César Campos. A revista *Terra* foi vista como fonte e objeto de pesquisa, de modo que pesquisei indícios de sua circulação, produção, alguns colaboradores e os ideais de modernidade ali propostos. Procurei, nesse primeiro momento, não me debruçar muito sobre as questões da literatura catarinense – sempre o principal foco quando se tratava da publicação nos estudos que a mencionavam –, por ver nela outras possibilidades pouco exploradas. Destaquei principalmente as imagens, a construção de moderno e modernização da cidade e dos costumes. A revista apresenta uma atitude moralizadora e elitista quanto à vida social e demonstra forte apoio ao governador Hercílio Luz e à sua administração.

Durante as pesquisas do mestrado, orientadas pela professora doutora Maria de Fátima Fontes Piazza, procurei adentrar na construção dos discursos feitos sobre a revista para entender seu lugar canônico na história da literatura catarinense. Procurei perceber as redes de sociabilidade, a importância da crítica literária e as tentativas de projeção da “Geração da Academia”. Ainda que tenha buscado analisar os escritores marginais desse processo, as pesquisas nesse sentido se fazem mais difíceis pelo pouco espaço que a eles dedicado na história da literatura catarinense e principalmente entre os arquivos consultados, onde suas produções muitas vezes não aparecem.

Para compreender o espaço da revista *Terra* no período, fez-se necessário sair dela. Busquei outras publicações, procurando perceber as querelas, os apoios e as oposições entre os diversos atores culturais. Apesar de ter iniciado a pesquisa nos periódicos de forma um tanto quanto aleatória, abrangendo as duas primeiras décadas do século XX, comecei em seguida a me direcionar para alguns períodos. Assim, me dediquei principalmente aos anos de 1915 e 1916, devido à profusão de periódicos ali surgidos, sendo que a questão da literatura e da legitimidade de quem poderia ou não escrever estavam sempre em questão. Também o ano de 1920, certamente, recebeu destaque, tanto pela publicação da revista *Terra* – e aí procurei perceber a relação estabelecida com outros periódicos – quanto pelo surgimento da Sociedade Catarinense de Letras. Os nomes dos integrantes de cada grupo se misturavam com mais frequência no início da década – como na revista *O Olho* (depois nomeada de *A Phênix*), do ano de 1916, que se colocava como um espaço para os *novos*, citando muitos daqueles

sujeitos propostos por Altino Flores para seu “grupo”. Porém a revista *O Olho / A Phenix* iria contar com aparições de um Trajano Margarida – tido como *novíssimo* ou “poeta menor” para o crítico Altino Flores. O mesmo não se daria na revista *Oásis* (apesar de ter sido localizado apenas um de seus números), de 1918, e muito menos em *Terra* – na qual os *novíssimos* não tiveram vez.

No presente trabalho, *A literatura catarinense a partir da revista Terra: canonização, crítica literária e sociabilidades*, procuro dar destaque para o trabalho de pesquisa. Construído a partir da consulta de inúmeros periódicos em diferentes arquivos, a ênfase é a documentação analisada. Pretendo contribuir para os estudos da história da literatura catarinense com a utilização de periódicos pouco mencionados, pois sua inserção possibilita também ir além de estudos que se tornam, em grande medida, repetitivos. Os acervos e títulos utilizados encontram-se especificados no final do trabalho.

Algumas características gerais da revista *Terra* cabem aqui ser mencionadas, para que se compreenda um pouco sobre a materialidade desta publicação. *Terra* apareceu em março de 1920 e manteve publicação quase regular até fevereiro de 1921, inicialmente com periodicidade mensal e, posteriormente, a partir do quarto número, semanal, resultando um total de 24 exemplares. Há na contracapa dos exemplares³ a indicação do nome dos seus três diretores – Altino Flores, Othon d’Eça e Ivo d’Aquino – e do secretário Oswaldo Mello. Os demais colaboradores foram especificados em notícia do jornal *O Estado*, perfazendo um total de 33 homens (sem a presença de mulheres). Destes, 16 são colocados como “redatores”, todos habitantes de Florianópolis, e 13 “colaboradores” de outras cidades, sendo estas o Rio de Janeiro (com seis representantes – apesar de que entre eles ao menos Virgílio Várzea e Diniz Junior eram de origem catarinense); São Francisco do Sul (com dois nomes); Laguna, São Paulo e Roma com um representante em cada. De acordo com esta nota, a revista *Terra* era composta por:

³A nomeação de outros colaboradores não se faz presente na contracapa. Contudo, Castelli (1982) afirmou que tal indicação se encontrava na capa dos três primeiros números, que eram de cor azul clara, em papel sulfite e de tamanho maior que as páginas internas. Sua pesquisa foi feita na Biblioteca Pública de Santa Catarina, arquivo também consultado para a presente pesquisa, mas atualmente as capas aludidas não se encontram mais disponíveis. Os nomes mencionados por Castelli foram os mesmos divulgados no jornal *O Estado*.

Diretores: Altino Flores, Ivo d'Aquino, Othon d'Êça.

Secretário: Oswaldo Mello.

Redatores: Araujo Figueredo, Barreiros Filho, Crispim Mira, Haroldo Callado, Henrique Fontes, João Crespo, João Tolentino Junior, Joé Collaço, José Boiteux, Julio Nogueira, Laercio Caldeira, Lucas Boiteux, Mancio da Costa, Mascarenhas Filho, Thomaz Fontes, Vieira da Rosa.

Colaboradores: Alberto da Fonseca (Rio); Adalberto Exel (S. Paulo), Agenor de Carvoliva (Rio), Arnaldo Santhiago (S. Francisco), Caio de Mello Franco (Roma), Carlos C. Pereira (S. Francisco), Diniz Junior (Rio), Hermes Fontes (Rio), Olegario Marianno (Rio), Raul de Leoni (Rio), Romeu Ulysséa (Laguna), Virgilio Brigido Filho (Rio), Virgilio Varzea (Rio).

Durante sua existência, a revista *Terra* apresentou três modelos distintos, sendo que sua proposta estética e o conteúdo veiculado sofreram significativas alterações em cada um deles. O primeiro modelo foi constituído por três números e teve periodicidade mensal, era uma revista destinada apenas a textos literários, em prosa ou verso, e seu conteúdo destoou em relação às demais, que mantiveram a partir do quarto número uma concepção mais parecida.

Neste primeiro formato, as páginas eram de papel couchê e possuíam uma linha dupla vermelha contornando em forma de moldura todas as páginas. O título de cada publicação também possuía o mesmo tom de vermelho e era separado da redação por outra linha fina e da mesma cor. Seu conteúdo era composto basicamente por poemas e pequenos contos e crônicas, todos com identificação do autor. Com exceção de um excerto escrito por Hercílio Luz, não há referências à política, como se veria nas próximas edições com bastante frequência. No final de cada escrito, havia uma pequena ilustração que não necessariamente era relacionada ao conteúdo: eram, em geral, imagens que retratam flores, árvores ou figuras humanas. Tais ilustrações lembram “carimbos” e por vezes se repetem, inclusive voltariam a aparecer com menos frequência em outros números da revista.

O segundo modelo foi composto por mais três edições, desta vez com periodicidade semanal e a aparência muito mais próxima ao de um periódico, inclusive no papel utilizado. O tamanho do papel continuou o mesmo, 18 X 27 cm, de acordo com Celestino Sachet (1974). Apresentou caráter mais informativo e deu-se grande destaque para a política. Há a presença de fotos e charges e os temas foram variados: notícias relativas ao congresso e ao judiciário, notícias esportivas, outros temas mais locais, como a coluna com os

aniversariantes, notas sobre o domingo e fotografias da alta sociedade local – principalmente das mulheres. Cada número deste formato apresentou entre 20 e 22 páginas, sendo, portanto, menor que os números anteriores, que contavam com cerca de 30. As páginas finais passaram a ser dedicadas à propaganda, anunciando diferentes serviços e produtos, o que se manteria até a última edição da revista.

O terceiro modelo, do sétimo número em diante, se assemelhou ao anterior em relação ao conteúdo, ainda que com um pouco mais de variedade. A dimensão da folha passou a ser maior e cada número apresentava uma capa com uma imagem grande (ilustração ou fotografia). O texto passou a ser dividido em três colunas – antes a divisão era feita em duas ou mesmo em uma única, no caso de alguns dos textos dos três primeiros números. No total, foram publicados 15 números dentro deste último formato. Além das notícias sociais, políticas e mesmo esportivas, havia colunas dedicadas à história e às regras ortográficas da língua portuguesa. O espaço destinado a fotografias e informações sobre a alta sociedade local foi também ampliado.

No entanto, ainda que tenha modificado o sentido original, a revista manteve certo espaço literário, bem como críticas e comentários sobre a literatura e os escritores do Estado. Como elementos iconográficos, apareceram desenhos, fotografias e charges. Houve também uma considerável mudança no preço do exemplar: inicialmente vendida a 1\$000 réis, no terceiro formato teria o valor de 200 réis, pretendendo ser "acessível, portanto a todas as bolsas" como assinalava o jornal *O Estado* (*O Estado*, 21/07/1920, p.1)⁴.

O cuidado com a qualidade gráfica se fez presente desde o início de sua publicação. As notícias veiculadas nos jornais *Republica* e *O Estado* do início do ano de 1920 indicavam que a Revista “será impressa em fino papel e terá abundantes ilustrações, constituindo assim um ‘magazine’ que há de honrar o bom nome da terra catarinense” (*O Estado*, 19/01/1920, p.8). Há, portanto, um projeto, um desejo de ir para fora do Estado.

Sendo prometida para o dia quatro do mês de fevereiro de 1920, a revista *Terra* só iria sair de fato no dia 30 de março. A justificativa

⁴ Todas as citações de periódicos terão a ortografia atualizada, com exceção de nomes próprios.

apresentada de tal atraso foi que os “clichês”⁵, encomendados em São Paulo, tardaram a chegar. O jornal *Republica* afirmou que estes clichês foram mandados desde o começo de janeiro para a “Casa Weiszfflog” e deveriam ter retornado para Florianópolis ainda naquele mês. O fato de mandar imprimir em São Paulo demonstra o cuidado com o aspecto visual da revista, pois havia na cidade oficinas tipográficas. Encomendar em outro Estado pode indicar que a qualidade desejada da impressão ou do papel talvez não pudesse ser viabilizada nas oficinas locais.

Pouco depois, uma notícia publicada no jornal *Republica* no mês de maio, correspondente ao terceiro número da revista, afirmava que: “a confecção material merece também um demorado reparo, pois que as oficinas tipográficas da casa Paschoal Simone & Cia., muito correram para o êxito do nosso querido mensário” (*Republica*, 19/05/1920, p.1). A casa tipográfica de Paschoal Simone, chamada Livraria Moderna era, junto com a Livraria Central, as principais de Florianópolis. Contava, de acordo com Felipe Matos (2005), com uma das mais modernas oficinas tipográficas da cidade.

Desta forma, talvez apenas parte da revista fosse impressa em São Paulo, ou teria apenas sido o primeiro (e quem sabe o segundo) número confeccionado fora da cidade e, quem sabe por seu excessivo atraso, ou outros problemas da impressão⁶, se tenha transferido a fabricação para cá.

Já no quarto número da revista, Felipe Matos aponta que a revista *Terra* começara a ser impressa pela tipografia da Livraria Cysne⁷. No entanto, a segunda página da revista *Terra*, que era comum a todos os

⁵ Os “clichês” aqui referidos se tratam de uma chapa com uma espécie de carimbo assentada em madeira, é o que repete de uma edição para a outra (como as colunas, o tamanho do texto e talvez neste caso as molduras que contornam as páginas).

⁶ No mês de março, o jornal *O Estado* afirma que 16 páginas teriam que ser reimpressas devido a um imprevisto (*O Estado*, 10/03/1920, p.8).

⁷ A livraria Cysne manteve relações com importantes clientes como Altino Flores, Laércio Caldeira, os irmãos Boiteux e Barreiros Filho – todos possuíam ligações com o Partido Republicano e publicaram na revista *Terra*. Estes autores também circulavam na edição da revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e publicaram alguns dos principais livros e jornais editados na cidade. Apesar de todas estas relações, a Livraria Cysne não era uma tipografia oficial ou pertencente à determinada oligarquia, uma vez que outros autores, como os que viriam a fundar o Centro Catarinense de Letras (com a presença de alguns integrantes tidos como “poetas menores” por Altino Flores), também editaram nesta livraria.

números do terceiro modelo (a partir de agosto de 1920), colocava o endereço para o contato da publicação: "toda e qualquer correspondência deve ser endereçada à: Redação da Terra - Rua Visconde de Ouro Preto, No. 1" e apontava ainda onde a revista era impressa: "Oficinas gráficas da 'Republica' - Rua João Pinto, n. 16". Por todos estes indícios, não foi possível averiguar se *Terra* fora impressa sempre em um mesmo local ou quando aconteceram as mudanças.

A revista *Terra*, como seu próprio nome indicava, tinha a pretensão de não se restringir a Florianópolis, uma faceta que será analisada ao longo do trabalho. Marco Antonio Castelli (1982), cuja dissertação foi dedicada ao estudo da revista - *A Revista Terra: Contribuição para o estudo da literatura em Santa Catarina* -, deu destaque em seu trabalho para a preocupação de parte de seus colaboradores com a inserção do Estado no cenário nacional. Assim, a publicação foi entendida como "um porta-voz do momento brasileiro, estabelecendo importante elo entre a ilha de Santa Catarina e o resto do país, especialmente a Capital Federal" (CASTELLI, 1982, p.4). Castelli procurou identificar a origem das matérias ali publicadas, sendo que constatou a dificuldade de determinar quando um texto se tratava de uma transcrição e quando era original. Por outro lado, Castelli, ao mesmo tempo que propõe entender a revista como um produto de seu tempo, em muitos momentos dá destaque para a concepção de atraso reiterada na história da literatura catarinense: "o que podemos constatar é que *Terra* vive um Parnasianismo epígono, trazendo aos leitores catarinenses da década de 20, uma poesia de versos gastos, cujo clímax se deu nos anos dez" (idem, p.46).

Quanto ao alcance da propagação da revista, não foi possível encontrar indícios a respeito da tiragem dos exemplares. Contudo, foi frequente os jornais *O Estado* e *Republica* divulgarem notas afirmando que as vendas da revista esgotavam em um único dia, como indicam os seguintes fragmentos de jornais: "o número ontem publicado como os dois últimos, esgotou-se: fato único no jornalismo periódico da Capital" (*O Estado*, 30/08/1920, p.6); "apesar de aumentada, a edição de *Terra* esgotou-se logo as primeiras horas da manhã, o que prova a sua grande aceitação" (*Republica*, 07/09/1920, p.1.); "o número 20 da bem escrita e já popularíssima revista TERRA, cujas edições se têm sucessivamente esgotado, será dado à publicidade amanhã" (*O Estado*, 13/11/1920, p.6).

Tampouco encontrei informações a respeito da revista ser vendida em outras cidades de Santa Catarina, pois, apesar de *Terra* se colocar como porta-voz do Estado, nenhum dos jornais pesquisados de

fora da capital continha notícias a seu respeito⁸. O único encontrado que fez menção a ela foi o jornal *A Razão*, de São Francisco do Sul, publicando uma notícia transcrita de *Terra*. A referência dada era: “da ‘Terra’ de Florianópolis” (*A Razão*, 01/08/1920, p.1), ou seja, especificava-se que a revista pertencia à capital. Em outros Estados do país, a despeito das pretensões que apresentou, também não foram encontrados indícios de sua circulação⁹. Também Castelli ressaltou que “a repercussão de *Terra* não atravessa os limites do estado de Santa Catarina” (CASTELLI, 1982, p.119).

A preocupação com a literatura catarinense perpassou diversos artigos da revista *Terra*, bem como os estudos que mencionaram o periódico posteriormente. Por isso, acredito que a publicação se trata de um lugar privilegiado para analisar a formação do campo literário no Estado. A revista, assim como a Academia Catarinense de Letras, conquistou na memória da literatura catarinense um lugar privilegiado, canônico. Apesar de sua relevância nas polêmicas, as discussões perpassavam inúmeros periódicos da época - outras publicações foram talvez ainda mais combativas do que a revista *Terra* nesse sentido. Por isso, iniciei a pesquisa pensando o que tal publicação teria de particular em relação às demais.

Altino Flores, o grande crítico da “Geração da Academia”, entendia a si e aos seus colegas como uma geração de *novos* e cunhou outros de seus contemporâneos com o título de *novíssimos* – em um sentido irônico, do qual fariam parte os “poetas menores”. Estavam neste segundo grupo, por exemplo, Ildefonso Juvenal, Amphiloquio Gonçalves, Trajano Margarida, Nagib Nahas, Ogê Manneback, Juvenal Melquiades, entre outros. Alguns destes escritores estavam vinculados a camadas mais pobres da população, abordando outras temáticas sociais e escrevendo sem o mesmo preciosismo da língua. Suas publicações encontram-se muito esparsas e, se me foi possível localizar diversos títulos de jornais, poucos são os números de cada um que estão acessíveis. Seus nomes aparecem dirigindo, por exemplo, as publicações: *Folha Rosea*, *O Imparcial*, *A Capital*, mas também são

⁸ Os jornais pesquisados fora de Florianópolis foram: *O Albor*, de Laguna; *O Pharol*, de Itajaí e *A Razão* de São Francisco do Sul. Escolhi estes jornais devido ao fato de que as cidades de Laguna e São Francisco do Sul foram as únicas do Estado que possuíram representantes na revista *Terra*, e também incluí Itajaí em razão de sua proximidade com a capital.

⁹ Procurei pela revista *Terra* em arquivos que oferecem catálogos digitais, como a Biblioteca Nacional, Casa de Rui Barbosa e Brasileira.

constantes em outros, como *O Clamor do Povo* e *A Urucubaca*. Contudo, os nomes de escritores que Altino Flores classificaria como *novos*, *novíssimos* e *velhos* se misturavam constantemente, de modo que, ao procurar por uns, me deparava com outros.

Em grande medida, as divisões propostas principalmente por Altino Flores prevaleceram na história da literatura catarinense – apesar da inclusão na ACL de outros membros para além do restrito grupo dos *novos*, como Anfilóquio Gonçalves. Altino Flores foi provavelmente o sujeito que mais se empenhou no papel de divisões dos grupos, um processo que, concordando com Felipe Matos (2014), parece ter começado a se delinear na década de 1910, estando mais solidificado na seguinte.

Neste contexto, a criação da Academia Catarinense de Letras pelos *novos* teve como função impedir que outros escritores a concretizassem, evitando-se assim que este espaço oficial, institucionalizado, pertencesse a outra “igrejinha literária”. Assim, “por razões históricas ou culturais, tais escritores se encontravam reunidos em torno da fundação da Academia Catarinense de Letras, sem que necessariamente todos eles tenham constituído uma única “escola literária” (MATOS, 2014, p.34).

Os agrupamentos poderiam servir muito mais para legitimar nomes do que tendências. Neste sentido, as categorias de *habitus* e campo de Pierre Bourdieu também podem ajudar a compreender o contexto. O campo tem suas próprias regras e princípios, definidos a partir dos conflitos e das tensões e constituídos por redes de relações ou oposições entre os atores sociais que são os seus membros. Bourdieu compara o papel das revistas e dos editores com os salões literários do século XIX, por se distinguir “mais pelo que excluem que pelo que aglutinam” (BOURDIEU, 1996, p.69), de forma a contribuir para a estruturação do campo literário.

Muito emblemáticas na definição dos grupos do período eram as constantes polêmicas travadas nos periódicos da época, que definiam quem estava “do lado” de quem. Algumas delas circularam pela revista *Terra*, como por exemplo a provocação de Altino Flores e Othon d'Eça quanto à qualidade das obras produzidas pelos literatos do Estado. Altino Flores, primeiramente, se mostrou cético quanto a formar uma Academia de Letras: “creio, porém, que a dificuldade não está na quantidade de sócios, mas sim na qualidade”. Demonstrava assim depreciar grande parte do material literário produzido no Estado. Para ele, só havia aqui oito ou dez “homens de letras”, “o resto é uma ciganaria literária de quinta classe” (*Terra*, n.17, 24/10/1920, p.4-5).

Para os representantes da revista *Terra*, o purismo da língua era imprescindível - mas também o era a origem social do sujeito. Aqui entramos também no conceito de *habitus* de Bourdieu, que seria o modelo social no indivíduo. O *habitus* faz com que as maneiras com que o indivíduo ordena e percebe o mundo social se apoiem sobre sua incorporação social. *Habitus* é, portanto, produto e produtor da posição de cada um. Muitos escritores deste grupo tiveram a formação no Ginásio Catarinense, analisado no segundo capítulo, uma escola privada e religiosa, com o intuito de formar as elites locais. De acordo com Norberto Dallabrida (2001), “o projeto pedagógico do colégio dos jesuítas era direcionado para o cultivo de capital cultural refinado, contribuindo para a produção de um ‘habitus’ específico, apropriado às elites dirigentes” (DALLABRIDA, 2001 p.131).

A revista *Terra* permeia assim todo o trabalho e será um dos pontos de chegada do presente estudo – dedicarei principalmente a ela o terceiro e último capítulo. O primeiro capítulo se refere à preocupação com a projeção e em alguma medida com a identidade de uma literatura catarinense. Tal característica é bastante ressaltada a respeito da revista *Terra*, principalmente por Marco Antonio Castelli, que concluiu que “detectamos que não há uma literatura dita catarinense, porquanto se confunde com o que se pensa e o que se faz em termos literários no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro” (CASTELLI, 1982, p.4). Apesar disso, a tentativa de reconhecimento em âmbito nacional e as polêmicas contra ou a favor de uma literatura regionalista se fizeram presentes em *Terra*. Procuo neste capítulo analisar a construção de Cesário Braz e a memória a respeito de Othon d’Eça, um dos diretores de *Terra*, cuja dedicação à ACL e à literatura catarinense se fizeram marcantes. A discussão sobre o que seria uma literatura catarinense perpassou distintos intelectuais, instituições e temporalidades, havendo muitas vezes mais preocupação em consagrar nomes e identidades pré-definidas.

O segundo capítulo tem como personagem principal outro dos diretores da revista *Terra*: Altino Flores. Considerado o crítico da “Geração da Academia”, sua atuação perpassou gerações, sendo por vezes considerado “o mais ativo e combativo crítico das letras e das artes em Santa Catarina [...] entre os anos 20 e 70” (Mário Pereira, In: PEREIRA, 2010, p.135). É a partir de Altino Flores que procurarei identificar uma série de operações que tinham como intuito principal construir a sua “geração” e seu grupo de escritores como instauradores da literatura em Santa Catarina. Esses escritores receberiam por ele o epíteto de *novos* e seriam centrais, de acordo com seus escritos, para se

começar a literatura no Estado. Para compreender o papel de Altino Flores, as disputas e tentativas de consagração da literatura catarinense, irei analisar aspectos da crítica literária e a prática da polêmica. O recorte de tempo tampouco se circunscreve à publicação da revista *Terra*, mas tem nela um suporte expressivo.

O outro diretor de *Terra*, Ivo d'Aquino, não teve uma atuação na vida literária catarinense tão expressiva quanto os outros dois e tampouco recebeu muito destaque na história da literatura catarinense, apesar de também ter sido presidente da ACL. Na revista *Terra*, publicou três artigos – contra 15 de Altino Flores e 5 de Othon d'Eça¹⁰. Assim, como o trabalho se centra nessas construções discursivas e formações de uma memória da literatura, Ivo d'Aquino terá menos espaço.

Acredito que o método prosopográfico, conforme colocado por Sergio Miceli (2001), seja uma ferramenta importante para o presente trabalho. Para compreender a formação de agrupamentos, os “laços familiares e corporativos desempenham um perfil crucial nas estratégias de acumulação e reprodução social dos diversos grupos dirigentes” (MICELI, 2001, p.348). Contudo, proponho me deter aqui sobre apenas algumas dessas figuras mais emblemáticas para o trabalho, como Altino Flores, Othon d'Eça e, em menor medida, José Boiteux e Hercílio Luz – com ênfase na vida literária e na construção de memórias acerca de tais sujeitos. Não procuro fazer um arrolamento mais sistemático da vida dos intelectuais envolvidos, apesar de acreditar em sua validade para a formação do campo literário de Florianópolis, uma vez que suas biografias se fazem presentes em inúmeros trabalhos de diferentes datas¹¹.

¹⁰ Em minha monografia, já havia realizado tabelas com a relação de colaboradores que assinaram a revista *Terra*. A tabela contém os números e o nome ou conteúdo das colunas mais frequentes - estão especificados os autores que assinaram pelo menos duas vezes em alguma publicação da revista. Quando este trabalho fizer referência a tais dados, estarei levando em conta a relação ali presente. Além disso, Marco Antonio Castelli (1982) realizou em sua pesquisa um arrolamento com os títulos de todas as matérias publicadas na revista e os nomes dos autores caso houvesse assinatura. Acredito não ser necessário repetir aqui tais informações.

¹¹ As biografias de muitos dos intelectuais catarinenses aqui aludidos podem ser encontradas em diferentes tipos de trabalhos, como nas seguintes referências: PIZZA, Walter. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: ALESC, 1985. GOMES, Manoel. **Memória barriga-verde**. Florianópolis: Lunardelli, 1990.

O último capítulo do presente trabalho se propõe a analisar a revista *Terra* em relação aos discursos formados sobre ela e em sua relação com outras publicações. *Terra* é reiteradamente citada nos estudos sobre a história da literatura catarinense, sendo neles tratada em relação à Academia Catarinense de Letras. Como se a fundação desta instituição fosse resultado de um projeto da própria revista, uma teoria que não se sustenta. Para entendê-la e ver suas particularidades, precisei conhecer um pouco diferentes publicações da época e como se davam as disputas de poder no campo da literatura catarinense. Interessou-me também encontrar os escritores que não fizeram parte da composição da ACL, lembrados hoje como “menores”. Dentro das publicações, procuro mapear algumas polêmicas e divisões, mas também apoios, elogios e uma intensa prática de citar uns aos outros, enviar exemplares para outras redações, “receber visitas”. A pesquisa estará concentrada em momentos nos quais foi possível identificar polêmicas com os diferentes lados do embate e em publicações que se encontram arquivadas de forma mais completa.

É assim, por meio de publicações lacunares, da constituição da memória de escritores catarinenses e da formação de instituições e grupos, que farei uma interpretação sobre o campo da literatura catarinense. Analisarei a memória sobre estes sujeitos, suas tentativas de legitimação, disputas e seus silenciamentos, procurando perceber, por meio de vestígios que chegaram até os dias de hoje, as estratégias empregadas. Aqueles que não se integraram à ACL, além de não terem seus nomes consagrados, também ficaram em segundo plano nos arquivos locais, pois suas publicações se tornaram as mais fragmentadas e ausentes. Dentro de jornais e revistas estilhaçados, traçarei um caminho possível para percorrer esta história.

PÍTSICA, Paschoal Apóstolo. **Numa fonte cristalina**: Passagens de patronos e acadêmicos da Academia Catarinense de Letras. Florianópolis: Editora Papa Livro 1997.

SACHET, Celestino. **A literatura dos catarinenses**: espaços e caminhos de uma identidade: poema, prosa, teatro. Palhoça: Ed. Unisul, 2012.

MATOS, Felipe. **Armazém da Província**: Vida Literária e Sociabilidades Intelectuais em Florianópolis na Primeira República. Florianópolis. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

CAPÍTULO I

Cesário Braz e o lugar da literatura catarinense

Conformei-me com esta amarga verdade: Não existe Literatura em Santa Catarina!

(Cesário Braz. Revista *Terra*, n.6, 05/08/1920, p.10)

Temporalidades distintas e uma preocupação em comum: qual seria o lugar da literatura catarinense dentro da história da literatura nacional? Escritores e pesquisadores se debruçaram sobre a questão, procurando encontrar (ou afastar) identidades, regionalismos e reconhecimento. Seja a partir da obsessão com a lacuna do Estado na história da literatura nacional, do ceticismo quanto à sua validade ou da querela a respeito da disciplina de Literatura Catarinense dentro da Universidade, a história da literatura catarinense foi pauta de discussões acirradas, engajamentos e reflexões políticas e literárias. A partir então de uma perspectiva anacrônica¹², procuro aqui revisitá-la a preocupação com a literatura catarinense e, apesar da ênfase na chamada “Geração da Academia”, mostrar alguns desdobramentos da temática.

A revista *Terra* é o ponto de partida para as inquietações da pesquisa. Nela Altino Flores, Othon d'Eça e outros escritores, considerados por eles mesmo como *novos* ou, posteriormente, como a “Geração da Academia”, expressaram o desejo de se fazer reconhecidos, sem dar espaço para os chamados *novíssimos* e muito pouco para os *velhos*. Esta aspiração foi coadunada pelos jornais *O Estado* e *Republica*, que divulgaram rigorosamente as notícias sobre a publicação de *Terra*. No primeiro deles temos, por exemplo, uma nota que

¹² A partir de pensadores como Giorgio Agamben e Georges Didi-Huberman, Maria Bernardete Ramos Flores (2014) realiza o elogio do anacronismo para os trabalhos dentro da área da história:

O tema do anacronismo torna-se, então, promissor para pensarmos uma nova maneira de lidar com tempo na história; uma maneira que descubra nas profundezas da história, a matéria estratificada anacronicamente a qual religa o espírito humano; uma maneira que considere a montagem de tempos, as múltiplas temporalidades que se imiscuem na configuração de um acontecimento histórico. (FLORES, 2014, p.417).

afirmava: "Terra', que é publicação artística e cuidada está destinada a alcançar um brilhante êxito não só nesta capital como em todas as rodas intelectuais do país" (*O Estado*, 30/03/1920) – publicada no dia em que a revista foi posta à venda. No segundo jornal encontramos afirmações parecidas, que também querem situar a Revista em um cenário nacional:

No gênero, 'Terra' se cumprir com todas as normas claramente expressas na circular distribuída, será uma das melhores publicações brasileiras, colaborada pela pena amestrada de vários dos mais brilhantes representantes da moderna geração intelectual patricia (*Republica*, 14/01/1920).

A revista *Terra* procurava então ser um veículo que desse espaço e projetasse a geração dos *novos* escritores catarinenses.

No sexto exemplar da publicação, há a presença de um personagem que acredito ser simbólico para a questão da preocupação da literatura no Estado: Cesário Braz. Proponho a partir dele perceber inquietações e provocações que se fizeram presentes em diferentes períodos. É possível ainda encontrar referências de livros e escritores para aquele grupo, percebendo a forma que se apropriaram de leituras e gêneros literários, além da formação de redes de sociabilidade local.

1.1 Gênese de Cesário Braz

Assim, pelas páginas da revista *Terra*, foi reproduzida uma carta de Cesário Braz que exprimia uma importante preocupação compartilhada por outros escritores locais – Cesário a declamou em tom de denúncia: “conformei-me com esta amarga verdade: Não existe Literatura em Santa Catarina!” (*Terra*, n.6, 05/08/1920, p.10). O lugar da literatura catarinense dentro da história da literatura brasileira era para ele uma questão fundamental.

Esta carta foi assinada por Cesário Braz em 1914, na cidade de São Paulo, e endereçada a Altino Flores – o crítico catarinense da chamada “Geração da Academia”. Nela, Cesário contava ao amigo o que seria o seu grande dilema: “uma pergunta, uma simples interrogação fisgada em carta de Antonio Magnus Cazal sobre a literatura em Santa Catarina, no interesse da sua *'História Contemporânea da Literatura Brasileira'*”. Antonio Magnus Cazal o interrogara acerca dos nomes de

escritores de seu Estado de origem, questão que Cesário não soube contestar. Pensou em “furar o ignóbil nó inventando, criando nomes, compondo excertos, como numa Antologia” (idem), mas não lhe veio à mente quaisquer nomes que considerasse aceitáveis.

Conta que, depois de acalmar-se, conformou-se com o fato de que não existia, portanto, uma literatura no Estado. A preocupação era tamanha que Cesário relata ter tido um pesadelo após essa conclusão, no qual, após fugir de monstros, encontrou o próprio Altino Flores, lhe falando: “É a nossa literatura, Cesário! É a nossa Literatura!”. Seu pesadelo terminou quando foi devorado por Antonio Magnus Cazal. Finaliza a carta assumindo a responsabilidade pela lacuna da literatura catarinense no referido livro do autor:

Foi por isso que o nosso douto amigo de S. Paulo nada escreveu, na sua 'História Contemporânea da Literatura Brasileira', sobre a literatura em Santa Catarina.

Você, proverbialmente bom, não deve levar a mal este triste esquecimento, porque assim deseja o único enorme culpado de tamanha falta.

Cesário. (*Terra*, idem).

Cesário Braz expressava assim, de forma dramática, a preocupação que cercava alguns dos escritores da época quanto ao desejo de ser reconhecidos nacionalmente e o descontentamento quanto a parte do material literário produzido no Estado.

Nessa mesma edição da revista, esclarecia-se que Cesário Braz havia falecido no ano anterior, na Suíça, e, apesar de ter vivido distante de sua terra natal, seria “uma das mais belas mentalidades de Santa Catarina”. No seguinte número do mesmo periódico, circulou outra carta do talentoso escritor, destinada a Francisco Barreiros Filho, e então seu nome não tornaria a ser mencionado na revista.

Há, entretanto, pelo menos mais duas importantes aparições de Cesário Braz na imprensa florianopolitana¹³. A primeira em 1917, três

¹³ Encontrei ainda um texto de Altino Flores intitulado “Evangelhos bárbaros” com a indicação “Da ‘Carteira íntima’ de Cesário Braz” – este se encontra entre os textos compilados por Lauro Junkes (2006), sendo originário do jornal *O Dia* em 04/05/1916 (a data está errada na referência trazida no livro, trata-se de 27/04/1916), o que o torna, até o momento da pesquisa, a menção mais antiga feita a Cesário Braz. Além disso, no livro *Cinza e bruma e Poemas dispersos* de Othon d’Eça (1992), há uma poesia intitulada “O natal da pobrezinha” datado

anos antes da revista *Terra*, na qual seria mencionado por outro jovem escritor, Othon d’Eça, no jornal *O Dia*, onde publicou-se uma série de cinco textos, entre 10 e 13 de abril. Os textos levavam o título “Cesário Braz” e possuíam como epígrafe a citação de uma “carta de Othon d’Eça”¹⁴. Por esses textos sentimentais fora narrada a chegada de Cesário na cidade de Florianópolis, em 1910, e como este rapidamente se tornou importante e estimado por aquela “geração” de escritores – dentre os quais Othon d’Eça destacava José d’Acampora, Laércio Caldeira de Andrada, Haroldo Genésio Calado e Leopoldo de Diniz Martins Júnior.

Cesário Braz não voltaria a aparecer até o ano de 1951, quando Othon d’Eça publicou suas “memórias autobiográficas”, que lhe haviam sido entregues pelo próprio filho do ilustre catarinense desterrado.

Consultado se aceitaria a “amorável e piedosa missão” de revelar a Santa Catarina aquelas “páginas de intimidade, carinho e crítica” que Cesário escrevera, quando a vida já lhe não podia dar mais esperança”, no “silêncio e na monotonia de um sanatório, em terra estrangeira” - não tive vacilações: e aqui estou, portanto, para entregar, à emoção dos meus conterrâneos, as mais belas e vigorosas águas-fortes de uma existência de tão curta duração, mas de tão intensa e profunda força criadora.

O. d’E. (*O Estado*, 18/11/1951, p.2).

Desta vez então seria pelo jornal *O Estado* que Cesário Braz voltaria a aparecer, com 17 capítulos de memórias, um poema e um

de 21/12/1919 do jornal *Republica* - nesse livro, entretanto, não se menciona Cesário Braz, a relação só me foi possível uma vez que o mesmo poema aparece em 1951 na seção *Prosa e verso*, dirigida por Othon d’Eça, levando o nome de Cesário Braz, com modificação de algumas poucas palavras.

¹⁴ Todos os textos possuíam o subtítulo “Para o supremo gozo do meu exílio – este resumo da minha Saudade” e a seguinte epígrafe:

É um trecho da nossa Vida antiga, nos nossos
sonhos ingênuos de arte.

Nessa Istambul de minaretes verdes, meu caro
feliz, só a lembrança da suave Ilha enevoadá cria,
dentro de mim, a volúpia serena do voltar para
trás.

(Duma carta de Othon d’Eça).

texto em prosa assinados com o seu nome, além de uma última carta, datada de 1917 e endereçada ao escritor do livro de literatura brasileira já mencionado: Antonio Magnus Cazal.

Contudo, em nenhuma dessas publicações pelas quais vislumbrou-se Cesário Braz houve a menção de que ele se tratava de uma personagem fictícia. Apareceu, assim, de forma esparsa e descontínua em meio ao material produzido na imprensa de Santa Catarina e seus criadores foram Altino Flores e Othon d'Eça.

Foi por meio do trabalho de Marco Antonio Castelli (1982) sobre a revista *Terra* que descobri a atribuição da criação de Cesário Braz. Há ali a reprodução de um bilhete escrito por Altino Flores com a seguinte referência: “O bilhete assinado por Altino Flores em 21/11/81, documentando a inexistência do escritor Cesário Braz”. A razão que atribui para fazer a revelação seria por estar enfermo, aos noventa anos. Como o próprio Othon d'Eça já havia falecido anos antes, em 1965, talvez Altino Flores temesse levar o segredo com sua morte. No entanto, não se menciona o local onde tal bilhete fora encontrado, assim perdemos o contexto de sua produção e também não podemos ter acesso ao texto integral, devido a problemas com a reprodução realizada. Fica aqui sua transcrição:

Cesário Braz [ilegível] nunca existiu.
Eça de Queiroz criou a original figura de Fradique Mendes, célebre pelas cartas fictícias que escreveu (ou nunca escreveu; é claro!).
Eu e Othon d'Eça deliberamos inventar um tipo semelhante (guardadas as devidas distâncias), que passou a escrever cartas a este ou àquele.
Mais tarde, Othon d'Eça resolveu escrever as Memórias de Cesário Braz, em que encadeou episódios autobiográficos e muita fantasia. Essas Memórias foram publicadas em jornal, do qual os meus 90 anos enfermiço [ilegível]
Todas as cartas foram pura ficção; umas escritas por Othon d'Eça (a maioria), outras por mim.
(CASTELLI, 1982, Anexos – p.V-VI).

Anterior a tal bilhete, no ano de 1960, a criação de Cesário já havia sido apontada pelo menos por Oswaldo Rodrigues Cabral, sob um dos seus heterônimos, Egas Godinho, no jornal *O Estado*, e reproduzida no ano de 1968 no primeiro número da revista *Signo*, da Academia

Catarinense de Letras (ACL). Oswaldo Cabral mencionou apenas os textos memorialísticos dos anos 1951 e 1952 do jornal *O Estado* e considerou Cesário Braz como pseudônimo de Othon d’Eça – assim como posteriormente faria Iaponan Soares (2002).

Acredito que Marco Antonio Castelli seja o único que se referiu a Cesário Braz indicando a participação de Altino Flores em sua criação. De acordo com seu estudo, a autoria das duas cartas publicadas na revista *Terra* seria deste escritor, a primeira devido ao “estilo elaborado, descritivo e pleno de citações eruditas”, próprio de Altino Flores, enquanto Othon d’Eça teria um estilo “mais impreciso e mais intimista” (CASTELLI, 1982, p.90); o estudo também considera que a segunda carta traz “as características da escritura de Altino” (idem).

Felipe Matos (2014), a partir de diferentes referências bibliográficas, elaborou um quadro com pseudônimos de alguns escritores catarinenses – a Othon d’Eça são atribuídos os nomes “Cesário Brás” e “Simon de Monfort”. Contudo, no documento de “Registro Geral” da Academia Catarinense de Letras, presente na coleção relativa a Othon d’Eça do arquivo da ACL, o próprio escritor não incluiu Cesário Braz como um pseudônimo seu – cita “Paul Marcel”, “Frey Gil” e “Fradique, sem Mendes”. Este último pode ser talvez considerado uma referência indireta a Cesário, ou, ao menos, indicar a ressonância do personagem português na obra de Othon d’Eça.

Altino Flores, em seu bilhete, colocou que Cesário Braz seria um tipo semelhante a Fradique Mendes. Iaponan Soares (2002) estreitou ainda mais essa afinidade, considerando que Cesário era uma “personagem gêmea” da outra. A relação com Fradique Mendes é também uma porta de entrada disponível, que possibilita explorar as distintas efabulações de Cesário, ressaltando a importância da escrita epistolar e sua fecundidade como gênero literário, assim como algumas das referências literárias do grupo dos “*novos*” escritores florianopolitanos. Convém ressaltar que, na civilização ocidental, existe uma tradição da cultura escrita que valoriza as correspondências. Desde o período colonial, há muitas referências a romances epistolares no mundo luso-brasileiro, o que pode ser exemplificado com a obra *Correspondência de uma estação de cura*, de João do Rio.

Algumas aproximações de Cesário Braz com Fradique Mendes são possíveis, a começar pelo fato de que ambas as figuras podem ser consideradas heterônimos coletivos: Cesário criado por Othon d’Eça e Altino Flores e Fradique inicialmente por Eça de Queirós, Jaime Batalha Reis e Ramalho Ortigão. Os portugueses Eça de Queirós e Ramalho

Ortigão estavam entre os autores apreciados pelos escritores catarinenses do período.

Em artigo publicado inicialmente em 1912 no Rio de Janeiro, com o título “A literatura em Santa Catarina (uma palestra com João do Rio)”, expunha-se um diálogo entre o jornalista catarinense Diniz Júnior e o cronista carioca – o mesmo texto foi reproduzido em 1920 na revista *Terra*. Diniz Junior realizava a promoção de um grupo de escritores catarinenses – Altino Flores, Othon Gama, Laércio Caldeira, Barreiros Filho e Thomás Fontes. Essa entrevista receberá maior atenção dentro do próximo capítulo, uma vez que foi utilizada também como forma de legitimar os sujeitos ali mencionados. No momento, interessa a menção de Diniz Junior à formação literária desse grupo. Para ele, após um longo período de abandono das letras no Estado, seria no governo de Vidal Ramos, quando da fundação do Ginásio Catarinense (atual Colégio Catarinense), em 1905, pela Companhia de Jesus, que teria se dado o “ressurgimento do gosto estético” – a instituição foi um importante espaço formador para a elite catarinense, como veremos adiante. João do Rio interrompe aqui o entrevistado:

-Mas... os jesuítas ensinando aos rapazes a amar o Flaubert, os Goncourts, o Oscar Wilde, o Eça...

-Não pilherie. Foram eles sim, os jesuítas. Com severos estudos de português, francês, inglês e alemão, os seus alunos começaram a ler (é natural que a princípio sem método, sem predileções racionais) os livros de literatura dos autores de toda a ordem. Creio até que conheceram, antes de Balzac e de Maupassant, o abade Laménais, mas, nos próprios escritores católicos eles encontraram o caminho para a redenção artística, convivendo com Huysmans, que é soberbo em *La Bas*, *En route* e *La Cathédrale*... (*Terra*, n.20, 14/11/1920 p.4).

Altino Flores repetidas vezes também iria comentar sobre as leituras de seu grupo, destacando em um primeiro momento os autores estrangeiros, com predominância dos franceses. Era na casa de Othon d’Eça que costumavam reunir-se para ler livros em conjunto e discutir questões literárias. Segundo Altino Flores, foi em um desses encontros que ele mesmo introduziu ao anfitrião o português Eça de Queirós.

Eu tinha levado comigo as *Prosas Bárbaras* de Eça de Queiroz; li dele ‘Entre a Neve’. Othon, convertido, fulminado, apenas murmurou:

-Que beleza! Que beleza!

[...] Othon d’Eça entrou a ler tudo quanto escreveu o autor de *O Primo Basílio*, o qual por longos anos sobre ele exerceu forte influência. [...]

Eu de mim, à medida que fui conhecendo a *prosa* de Ramalho Ortigão, sentia que a *prosa* de Eça de Queiroz, sem perder a sua autêntica beleza, carecia de mais nervo, mais sangue, mais músculo. Ramalho escreveu como eu desejaria escrever. De vez em quando volto a algumas das páginas suas, e a emoção que essa leitura me causa é simplesmente eletrizante. Assim penso; assim o digo. (FLORES, 2006, p.267-268).

Dessa forma teria começado o fascínio que, também de acordo com Altino Flores, Eça de Queirós teria exercido sobre Othon d’Eça.

Estes livros eram encontrados na cidade de Florianópolis e sua circulação foi estudada pelo historiador Felipe Matos.

O mercado livreiro local disponibilizava para leitura os catálogos de obras das grandes casas editoras do país, além de material em línguas estrangeiras, como inglês, francês e alemão. As tipografias locais atendiam a imprensa, as repartições públicas, ao comércio e aos literatos que se aventuravam na publicidade de suas obras. (MATOS, 2014, p.106).

As compras eram intermediadas pelos livreiros, dentre os quais um dos destaques no período era Pascoal Simone, que Altino Flores afirmou tentar “convencer o velho e saudoso livreiro Pascoal Simone a mandar vir de Portugal os livros de Eça de Queiroz...” (FLORES, 2006, p.261)¹⁵. Assim sendo, a figura de Cesário Braz, que procurava se assemelhar a Fradique Mendes, não se deu de forma aleatória, mas indicava um gosto partilhado pelos escritores locais, que muito admiravam os escritores da geração de 1870 daquele país da península ibérica, como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Antero de Quental.

¹⁵ Também Othon d’Eça recordou a atuação do livreiro durante a polêmica travada com o Grupo Sul nos anos de 1950 - Pascoal Simone seria um “polo irradiador de alta cultura” (*O Estado*, 02/11/1950, p.8).

Eça de Queirós possuiu papel importante entre os intelectuais brasileiros na virada do século XIX para o XX. Foi correspondente da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro entre os anos 1880 e 1897, além de participar de outros periódicos nacionais (MÜLLER, 2010). Isabel Lustosa (1993) considera que o escritor português seria tido como genial pela boemia literária, devido ao “seu estilo, seu humor, sua vida boêmia e sua flagrante identidade com a cultura francesa, com o *modus vivendi* parisiense”, de forma a contribuir “para reduzir um pouco o complexo de inferioridade” (LUSTOSA, 1993, p.92) do brasileiro. Monica Pimenta Velloso também afirma que sua importância no meio cultural carioca é incontestável, principalmente no final do século XIX e início do seguinte – “pelo seu estilo combativo, gosto pela polêmica, profundo senso de humor e de ironia, Eça de Queirós cria um círculo de leitores, que ficou conhecido como os ‘basílicos’” (VELLOSO, 2001, p.64). Muitos autores teriam adotado como pseudônimos nomes de personagens do escritor português, dentre os quais um dos mais frequentes se relacionava a Fradique Mendes.

Além da figura de Cesário Braz, em vários momentos Othon d’Eça fazia referência a Eça de Queirós, até mesmo dentro de seus textos. No livro *Nuestra Señora de l’Asunción*, que narra a viagem de Othon até a capital paraguaia, há algumas menções, entre elas a seguinte: “Meu Eça de Queirós! Na verdade estás em toda a parte, até mesmo num trem de ferro argentino, no agreste e duro descampado de Misiones, a caminho do Paraguai, nesta tua bárbara América espanhola!” (D’EÇA, 1992, p.35).

Nereu Corrêa também tratou a importância de Eça de Queirós para Othon d’Eça, afirmando que seria uma de suas maiores “admirações literária” – “Eça e Anatole France. [...] E possuía, à maneira de Eça, não só o gosto da frase cantante, mas também da sátira mordaz” (revista *Signo*, n.1, 1968, p.23). Porém, ressalta que suas notas queirosianas não seriam feitas “com o engenho de um imitador medíocre, mas com a força renovadora de quem possua suficiente personalidade para não se deixar absorver pelo modelo” (idem).

Já Altino Flores tratou a relação de Othon d’Eça com Eça de Queirós em termos de influência, um conceito que repetiu em diferentes momentos para se referir à forma que seu grupo de intelectuais iria se “alimentar” de outros escritores tidos como consagrados. É bastante simplista quando analisa a obra de Othon d’Eça nos seguintes termos:

Como escritor, foi, sempre, um herético em ortografia. Começou por imitar a maneira de

Coelho Neto, com alguma felicidade; passou, depois, a imitar o Eça, com felicidade bastante; e ultimamente (veja *Homens e Algas*) imitava o Raul Brandão (dos Pescadores e das Ilhas Desconhecidas), com extrema felicidade. Aquela excelente criatura obra assim, por ignorar o talento que Deus o dotara. (FLORES, In: revista *Signo*, n.1, 1968, p.15).

Ao contrário dessa perspectiva, que pressupõe certa hierarquia entre textos e escritores, além de desconsiderar ou não dar valor a um processo criativo, tratando-o por imitação, prefiro neste estudo utilizar o conceito de ressonância. Para Stephen Greenblatt (1991), ressonância é

o poder do objeto exibido de alcançar um mundo maior além de seus limites formais, de evocarem quem os vê as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu e das quais pode ser considerado pelo espectador como uma metáfora ou simples sinédoque. (GREENBLATT, 1991, p.250).

Também Antonio Candido (2004) se debruçou sobre o termo, considerando-o como o “eco de um texto em outro” (CANDIDO, 2004, p.43), é a fertilização entre diferentes escritos, que pode se dar na forma de inspiração ou de citação – sendo que apenas no segundo caso há a menção direta à sua referência. A inspiração, por outro lado, afeta o tema ou o significado, e pode ser comparada, como o fez Greenblatt, à nostalgia, pois é impura, não se trata de uma simples transposição.

Nesse sentido, Cesário Braz foi contagiado pela figura de Fradique Mendes. Algumas características deste foram incorporadas na personagem catarinense, sem que se possa restringi-lo a uma cópia ou a um plágio do outro. O próprio Fradique Mendes não se constituiu de forma completa e hermética, pois, de acordo com Eduardo Moreira (2011), Fradique Mendes foi criado no decorrer do tempo por várias mãos¹⁶. Seus autores, tidos como efabuladores, imprimiram e até hoje imprimem novas características e preenchem a vida da personagem –

¹⁶ Eduardo Moreira (2011) cita entre os autores que efabularam sobre Fradique Mendes: Eça de Queirós, José Eduardo Agualusa, José Antônio Marcos e Fernando Venâncio - este último publicou a obra *Os Esquemas de Fradique* em 1999.

“há em cada efabulação novas informações sobre a vida desse autor, há em cada nova criação o aproveitamento de lacunas narrativas para que mais peripécias desse 'herói', desse dandi, desse flâneur venham à tona” (MOREIRA, 2011, p.76). Apesar das diferenças entre cada escritor que se dedicou a Fradique Mendes, encontra-se em todos eles uma certa coerência, “em toda essa produção parece que nada escapa daquele Fradique original queirosiano, engajado, crítico, irônico, mas em cada mão há também algo de singular” (idem, p.77).

Situação semelhante se passa com Cesário Braz: entre as menções feitas por Othon d’Eça em 1917, as cartas publicadas em 1920 e as memórias escritas em 1951 não há informações contraditórias. Apesar de pouco explorados em um primeiro momento, os dados memorialísticos mantêm a coerência no sentido de afirmar que vivera grande parte de sua vida distante da terra natal, vindo a morrer na Suíça. Seria uma figura inteligente e estimada, bem relacionada na vida literária, tanto em Santa Catarina quanto na Capital Federal. Além disso, a última carta publicada em 1952 realiza uma associação direta com a primeira, sendo parte da mesma questão acerca do livro de literatura brasileira de Antonio Magnus Cazal.

Como Cesário Braz, a primeira aparição de Fradique Mendes foi também por meio da imprensa e na forma de cartas, com o romance *O mistério da estrada de Sintra*¹⁷, publicado diariamente em 1870 no *Diário de Notícias* de Lisboa. A autoria das cartas só fora revelada após o final do mistério, que se prolongou por dois meses, era obra de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão¹⁸.

¹⁷ Iaponan Soares relacionou a narrativa de *Vindita braba*, de Othon d’Eça, com esta história portuguesa, pois, além de também ter sido publicada originalmente em folhetim na imprensa (no jornal *A Republica*, de Florianópolis, em 1923, e na *Revista do Brasil*, de São Paulo, no ano seguinte), teria em comum “a descoberta do estranho ‘cadáver de um homem’, tema-chave de *O Mistério da Estrada de Sintra*” (SOARES, In: D’EÇA, 1992, p.19).

¹⁸ Fradique Mendes apareceu apenas nas últimas páginas do romance e sua primeira descrição foi a seguinte:

Mas ao pé de mim, sentado num sofá com um abandono asiático, estava um homem verdadeiramente original e superior, um nome conhecido — Carlos Fradique Mendes. Passava por ser apenas um excêntrico, mas era realmente um grande espírito. Eu estimava-o, pelo seu carácter impecável, e pela feição violenta, quase

É, no entanto, a partir do livro *As Correspondências de Fradique Mendes*, de Eça de Queirós, que essa figura teria se tornado um heterônimo, adquirindo maior propriedade. O livro é dividido em duas partes; a primeira conta a vida de Fradique Mendes por um narrador em primeira pessoa que seria seu amigo – seu nome não é revelado ao longo da narrativa. Othon d’Eça se assemelha a esse fiel amigo, disposto a não deixar o nome de Cesário ser “esquecido” entre seus conterrâneos. O admirador de Fradique Mendes reuniu um conjunto de cartas escritas pelo autor, que além delas procurava resguardar-se do ato de escrever – apesar de aludir a uma série de textos memorialísticos que alguns supunham existir. Tal coleção epistolar compõe a segunda parte do livro – o gênero é, portanto, indissociável do personagem português.

Fradique Mendes expressa as características de um dândi, um personagem sofisticado e boêmio que, de acordo com Isabel Lustosa, seria “o ideal tipo de toda a boêmia literária nativa” (LUSTOSA, 1993, P.93). Tais traços também podem ser encontrados em Cesário Braz, principalmente nos textos iniciais de 1917. Na personagem catarinense, há referências a um certo oriente idealizado – com a menção de Istambul, minaretes, ou do Império Bizantino – e sua personalidade é também tratada em termos de “originalidade”, “espírito superior”. Othon d’Eça realiza uma menção direta a Fradique Mendes quando o descreve: “amava, como o ornamental afilhado de Mme. De Jouarre, a sobriedade das toilettes, as rosas frescas e rubras, o plastron de sombras claras e levíssimas” (jornal *O Dia*, 12/04/1917) – sendo Mme. De Jouarre a própria madrinha de Fradique. Nas duas personagens, a preocupação

cruel, do seu talento. Fora amigo de Carlos Baudelaire e tinha como ele o olhar frio, felino, magnético, inquisitorial. Como Baudelaire, usava a cara toda rapada: e a sua maneira de vestir, de uma frescura e de uma graça singular, era como a do poeta seu amigo, quase uma obra de arte, ao mesmo tempo exótica e correta. Havia em todo o seu exterior o que quer que fosse da feição romântica que tem o Satã de Ary Scheffer, e ao mesmo tempo a fria exatidão de um gentleman. Tocava admiravelmente violoncelo, era um terrível jogador de anuas, tinha viajado no Oriente, estivera em Meca, e contava que fora corsário grego. (QUEIRÓS, ORTIGÃO, s/d, p.80).

com as vestimentas e os comportamentos ao estilo dos dândis se fez presente, conferindo-lhes distinção, originalidade, prestígio e também uma atmosfera “exótica”.

As cartas também permeiam a existência de Cesário Braz. Apesar de não ter deixado na imprensa catarinense uma coleção tão volumosa – seu nome assinou apenas três delas –, é constante em todos os textos que trataram a sua figura a referência à comunicação epistolar.

O pesquisador Júlio Castañon Guimarães (2004) considera que a escrita epistolar é um gênero híbrido, de fronteira, no qual se podem buscar diferentes direções, leituras e conexões. É assim propícia a ser apropriada por diferentes autores em contínuas efabulações, como no caso de Fradique Mendes. Além disso, estas distintas possibilidades de leitura e de preenchimentos também permitiram que Cesário Braz reaparecesse mais de trinta anos depois de sua criação. As Memórias narraram uma infância que não havia sido mencionada em 1920, mas foram coerentes com as características e informações dadas naquele primeiro momento. As características da correspondência quanto à sua “condição precária, lacunar, [...] de instabilidade enquanto forma” (GUIMARÃES, 2004, p.21) são elementos valorizados na narrativa, que se apropria destas peculiaridades para tecer em suas brechas a biografia da personagem. O escritor Fernando Venâncio, que utilizou a figura de Fradique Mendes, também ressaltou em entrevista que é “exatamente esse tipo de vida pouco preenchida que permite a continuação da ficção” (MOREIRA, 2011, p.16).

A carta serve, então, como um recurso narrativo que pauta toda a obra, tanto de Fradique quanto de Cesário. Eça de Queirós complexifica os limites entre a ficção e a realidade na criação desta personagem também pelo fato de algumas das cartas serem endereçadas a pessoas reais, como os escritores Guerra Junqueiro e Ramalho Ortigão – aos quais Fradique se dirige como amigos.

Em Cesário Braz também estão presentes estes recursos – utiliza-se a correspondência como gênero literário e duas de suas três cartas são endereçadas a escritores catarinenses: Altino Flores e Barreiros Filho. As correspondências permeiam ainda as suas Memórias, são elas que possibilitam a comunicação com amigos distantes e despertam memórias e sentimentos. Certo episódio de suas memórias inicia da seguinte maneira: “num desses últimos domingos, após o meu repouso ao sedativo sol dos Alpes, com o coração alegre e o espírito tranquilo, comecei a abrir minhas cartas vindas do Brasil” (*O Estado*, 27/01/1952, p.7), para falar então sobre o seu “exílio triste” na Suíça,

agravado pelo fato de que sua esposa e seu filho ainda não haviam chegado.

Tanto no caso de Cesário Braz como no livro de Eça de Queirós, só conhecemos as cartas enviadas por estes personagens, as recebidas são apenas mencionadas e não dispomos do acesso a seu conteúdo. As cartas seguem códigos e manuais de civilidade, com tratamento, saudação e despedida, e podem ter sentido pessoal e privado, como no caso da carta de Cesário destinada a Barreiros Filho:

Meu caro Barreiros Filho.

Anteontem, quando as primeiras sombras da noite esmaeciam a paisagem, eu recebi a carta amiga em que me dás contas do augusto sonho de purpura que te empolga.

Li essa epistola irmã com o coração tão cheio de flores de alegria, como um vaso corinto de rubi n'uma festa de Alcibíades! [...]

Hoje apenas te posso enviar uma corbelha de abraços e prometer uma porção de coroas para esse augusto sonho de purpura que te empolga.

Et nune et semper

Cesario

S. Paulo, Julho 914. (Revista *Terra*, 15/08/1920, n.7, p.11).

Ficamos sem saber qual seria o “sonho de purpura” que empolga Barreiros Filho e, a menos que os planos deste escritor fossem públicos para uma parcela dos leitores ou colaboradores da revista *Terra*, esta carta não faz sentido ali dentro, a não ser para mostrar as redes de amizade de Cesário e dar legitimidade e credibilidade para sua figura. Barreiros Filho era neste momento professor de português na Escola Normal e um dos mais assíduos colaboradores do periódico em questão.

Há, em todos os momentos, a tentativa de fazer Cesário Braz se passar por um sujeito real, desconhecido dos leitores por ter vivido distante de sua terra. Porém, mais do que isso, parece que consideram necessário legitimar sua figura, dizer que foi um “grande catarinense”, nosso “mais vivo, sonoro e ornamental espirito”, “uma das mais belas mentalidades”, de acordo com as descrições contidas na revista *Terra* (1920) e no jornal *O Estado* (1951), antes de iniciar a publicação de ambos os textos.

Assim, como afirmara Castelli (1982), “a preocupação por uma literatura catarinense atinge o ponto da pura ficção” (CASTELLI, 1982, p.88). Ficção esta que acontece em dois níveis: primeiro por Cesário Braz e segundo por Antonio Magnus Cazal, o suposto escritor da *História Contemporânea da Literatura Brasileira*, destinatário da primeira e da última carta publicadas por Cesário (na revista *Terra* e posteriormente no jornal *O Estado*), que é também uma personagem inventada.

O anonimato possibilitado pela criação dos nomes não seria uma motivação satisfatória, uma vez que seus criadores em diversas ocasiões participaram de disputas e polêmicas com outros escritores locais divulgando seus nomes, ou, em alguns casos, assinando com pseudônimos. Cesário Braz, ao contrário, possui uma biografia, um passado que o legitima, por isso representa, como o historiador Cazal, uma posição de autoridade para realizar a denúncia. Seu grande livro de literatura brasileira nunca existiu, e assim a ausência de Santa Catarina não passa de mera invenção. Uma invenção, contudo, encenada com muita dramaticidade, o que leva a crer que se o livro em questão não existe, a preocupação é, por outro lado, bastante efetiva.

1.2 Discursos sobre Othon d’Eça

Procuro, a partir de diferentes depoimentos, traçar a construção da memória sobre Othon d’Eça, aqui entendido como fundamental para a formação da literatura catarinense da primeira metade do século XX. Há semelhanças entre sua biografia e aquela construída para Cesário Braz, porém, talvez mais do que isso, ambos foram colocados em um ponto central no campo literário de Santa Catarina. Considero Othon d’Eça um sujeito privilegiado nesse sentido, seja pela projeção que ganharam seus escritos – foi, dentro da sua geração, o que mais conseguiu divulgação fora da imprensa periódica (em vida ou póstuma) –; seja pelo talento que lhe computaram tanto seus colegas de geração como os posteriores. Assim, conquistou grande estima entre os escritores mais jovens, como se pode notar pelos depoimentos de alguns integrantes do Grupo Sul aqui apresentados¹⁹. Ainda, se notabilizou

¹⁹ O Grupo Sul organizou-se a partir do Círculo de Arte Moderna fundando a revista Sul, em 1948. Felipe Matos (2014) analisa o discurso que se construiu em torno do grupo com a proposta de trazer à arte a literatura modernista, de forma a retirar o suposto "atraso" vivido na cidade.

devido ao engajamento nas atividades literárias, principalmente vinculadas à ACL, procurando dar maior visibilidade à literatura catarinense. É também uma figura emblemática por circular em diferentes esferas, dentro da ACL, da Faculdade de Direito, da política. Demonstrou grande preocupação em formular uma identidade para esta literatura, elegendo os pescadores e as comunidades descendentes de açorianos como centrais para vários de seus escritos.

Em 1923, Othon d'Eça endereçou uma carta a José Boiteux, planejando “dar um sopro vivificador na Sociedade de Letras”²⁰. Remeteu a missiva da cidade de Lages, no planalto catarinense, afirmando estar descontente com sua estada no local: “não nasci para viver em montanha, Lages é muito boa para se passar uma temporada restauradora; finda esta, torna-se monótona e triste como o coaxar das rãs quando a noite vem descendo”. E por meio do governador, figura-chave na configuração do campo intelectual do período²¹, afirma que logo retornaria à capital catarinense: “Mas graças a Deus parece que em breve descerei, pois o meu grande e amado amigo Dr. Hercílio, nosso destemido chefe, tem a sua atenção preza à minha desvalida (?) personalidade”.

No planalto lageano, a vida literária não estava a contento de Othon d'Eça: “Aqui a literatura ainda está trepada na árvore, atravessando o seu longo período de [ilegível] e a ensaiar as primeiras manifestações de linguagem – uns guinchos de prazer ou de cólera”. Por fim, demonstra sua insatisfação com a atividade literária no Estado de maneira geral – “que fazer, se tudo aí perece pela sordidez dos espíritos, falta de estímulo mental pela carência d'uma revista de arte e pensamento e, ainda, pelo vento sul das críticas pequeninas e gramatigueiras”.

A revista *Terra*, fundada em princípios de 1921, seria em alguns momentos lembrada como a publicação capaz de preencher esta lacuna para a intelectualidade catarinense, mas, em outros momentos, afirma-se que tal potencial não fora alcançado. As críticas literárias tinham em Altino Flores seu principal autor, com forte inclinação à polêmica que lhe era característica e muitas vezes pautado pelo purismo da língua – questões estas analisadas no próximo capítulo.

²⁰ A carta encontra-se no arquivo do IHGSC, na coleção de José Boiteux. Parte do texto não pode ser compreendida devido à difícil caligrafia.

²¹ Hercílio Luz e seu “mecenato” nas letras e na intelectualidade catarinense serão abordados no 3º capítulo.

A carta demonstra uma preocupação partilhada pelos dois intelectuais em questão, referindo-se a descontentamentos e projetos – Othon d’Eça alude a materiais para publicar no jornal *Republica*, deseja realizar algo (acerca da literatura, mas que não é especificado) “por intermédio do Jõe [Collaço], nosso colega e confrade!”, indicando ainda ter muitas ideias e expectativas: “Ah! Dr. Boiteux, não imagina os sonhos da minha cabeça”.

A comunicação epistolar servia como ferramenta para traçar planos, sendo prática recorrente entre os intelectuais do período. Angela de Castro Gomes (2005) analisa a importância do meio, afirmando que a troca de missivas era um espaço em que se esboçavam ideias, opiniões e sentimentos, “constituindo-se em forma de expressão central para todos eles, tanto material como simbolicamente” (GOMES, 2005, p.9). Uma carta entre intelectuais colocada a público pode servir como divulgação de suas obras concluídas ou esboçadas ou instruir sobre suas opiniões. Se a carta entre Othon d’Eça e José Boiteux não foi exposta ao público, sua guarda no acervo pessoal de José Boiteux já é indício da preocupação com sua perenidade. A escolha destes documentos dentro do arquivo indica a preocupação e seleção da memória, muito mais do que o acaso – fato acentuado por se tratar da coleção de José Boiteux, no qual a importância da escrita do passado e da guarda de materiais se fez enfática em sua trajetória.

José Arthur Boiteux (Tijucas, 1865 – Florianópolis, 1934) foi detentor de grande influência no cenário político e cultural de Santa Catarina na Primeira República. Fundou diversas instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), a Academia Catarinense de Letras (ACL), o Instituto Politécnico e a Faculdade de Direito. O IHGSC, criado em 1896, é o quinto mais antigo do país, sendo que a criação de Institutos Históricos e Geográficos estava “vinculado aos processos republicanizadores” (CUNHA, 2011, p.13), com a intenção de se escrever a história condizente a determinados projetos políticos e a inserção do Estado dentro da narrativa nacional.

José Boiteux esteve em sintonia com a preocupação política e cultural da implementação do sistema republicano. Logo no início da República, quando da Revolução Federalista, encontrava-se na Capital Federal e participou de batalhões patrióticos, o que o fez ser nomeado Tenente Honorário do Exército Brasileiro por Floriano Peixoto. No ano de 1894, Boiteux iria sancionar junto com Hercílio Luz a lei que mudava a denominação da capital de Santa Catarina de Desterro para Florianópolis. Foi figura proeminente durante a administração herciliista

e deteve cargos como Secretário Geral do Estado, Secretário do Interior e Justiça e Desembargador. De acordo com Eliane Bahia (1994), “José exercia grande influência entre seus consórcios, já que tudo ocorria sob sua supervisão” (BAHIA, 1994, p.49), de modo que em momentos nos quais Boiteux se afastava de Santa Catarina, fosse em atividades políticas, administrativas ou culturais, o IHGSC passava por longos períodos sem funcionamento.

Como sócio efetivo da Sociedade Brasileira de Geografia do Rio de Janeiro, Boiteux esteve presente na organização dos primeiros Congressos Brasileiros de Geografia, além de integrar a comissão sobre o acordo de limites entre Santa Catarina e Paraná – assunto candente no início do século XX, que além de desdobramentos nas discussões políticas foi uma das pautas que agravou a Guerra do Contestado. Eliane Bahia ressalta que “José teve sempre em mente ressaltar Santa Catarina no cenário nacional” (BAHIA, 1994, p.57) e assim procurava exaltar os “heróis catarinenses” com, por exemplo, a construção de monumentos²². Maria Teresa Santos Cunha (2011) também destaca esta sua atividade:

Um velho hábito de Boiteux era seu empenho em angariar fundos para a construção de marcos comemorativos em homenagens a pessoas ilustres e grandes fatos, coroando a permanência dos laços das relações de poder e sociabilidade que permeavam a cidade. Para tal, nada mais óbvio do que a construção de marcos, placas, estátuas, hermas e, como tal, de idealizador de outros *lugares de memória* como monumentos e bustos, que inclusive lhe renderam a alcunha de *Semeador de Estátuas*. (CUNHA, 2011, p.22)

José Boiteux possuía assim forte preocupação com a memória e dedicou-se a perpetuar e institucionalizar determinados sujeitos e escrever a história local²³. Foi inclusive autor de um *Dicionário*

²² Os monumentos que José Boiteux se dedicou a erguer foram, em ordem, os de Coronel Fernando Machado, Anita Garibaldi, Jerônimo Coelho, Fritz Müller, Victor Meirelles, Cruz e Sousa, Hercílio Luz e Arcipreste Paiva. Outros foram impossibilitados por falta de recursos financeiros, como de Irmão Joaquim, Luiz Delfino e Germano Wendhausen (BAHIA, 1994).

²³ A atuação de José Boiteux era constantemente lembrada nos periódicos da época, como neste excerto de *A Semana*:

Se perguntarmos a qualquer filho desta terra
venturosa quem é José Boiteux a resposta será

Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina, editado em três volumes após sua morte – havia um quarto volume que não foi publicado devido a um incêndio na Imprensa Oficial do Estado que destruiu o exemplar original (BAHIA, 1994, p.64). Era, nas palavras de Cunha, um “guardador compulsivo” e seu acervo, presente hoje no IHGSC, possui grandes proporções.

Também dentro da literatura estadual José Boiteux exerceu esse papel. Foi sua a iniciativa de convocar alguns escritores para a formação da Sociedade Catarinense de Letras, em 1920. O jornal *Republica* assim anunciou a iniciativa, nomeando os beletristas convidados:

Convencido da conveniência e da oportunidade de se constituir, nesta capital, uma sociedade de letras, atento o número e o valor dos beletristas aqui residentes, o sr. dr. José Boiteux fez distribuir uma circular que determinou o encontro, no sábado próximo passado, dos srs. Altino Flores, Barreiros Filho, Clementino Britto, Fulvio Aducci, Gil Costa, Haroldo Callado, Henrique Fontes, Ivo de Aquino, José Boiteux, Laercio Caldeira, Otho d’Eça, deixando de comparecer D. Delminda Silveira, Araujo Figueiredo, Alfredo da Luz, Crispim Mira, Firmino Costa, Lucas Boiteux, Nereu Ramos, Mancio da Costa, Santos Lostada e Sergio Nolasco. (*Republica*, 04/11/1920, p.1).

A Sociedade se transformou em Academia Catarinense de Letras em 1924, com o devido acréscimo de membros e a escolha dos patronos – José Boiteux permaneceu como Presidente, Altino Flores foi nomeado o Primeiro Secretário e Othon d’Eça o Segundo Secretário.

A preocupação com a visibilidade e institucionalização da literatura catarinense se fez, portanto, marcante entre José Boiteux e Othon d’Eça, sendo que a carta de 1923 escrita por este exemplifica tal projeto intelectual expresso no âmbito privado da correspondência pessoal. Assim, não era apenas na esfera pública que se tratavam e

sempre esta: -é um homem inteligente, honesto, trabalhador, que tudo deseja e tudo faz para que a terra catarinense não seja inferior às demais, que reaviva o nosso passado digno e nos incita a trabalhar em prol da grandeza do nosso Futuro. (*A Semana*, n.5, 08/07/1920, p.1).

planejavam o andamento das instituições, as inquietações perpassavam diferentes espaços de sociabilidade, agregando intelectuais ou afastando aqueles que não estariam em sintonia com os requisitos esperados. Othon d’Eça também presidiu a Academia Catarinense de Letras, esteve no cargo por vinte anos até sua morte, em 1965, e muitas reuniões da diretoria foram realizadas em sua residência – com direito a doces preparados por Dona Hilda, sua esposa, conforme narrou Oswaldo Cabral (revista *Signo*, n.1, 1968, p.48) –, o que denota também a mistura do público com o privado.

Em diversos depoimentos, Othon d’Eça é considerado a própria personificação da ACL. A preocupação com a literatura catarinense seria tão constante no escritor que o primeiro número da revista *Signo*, publicação da ACL, em 1968, fora dedicada postumamente a ele²⁴. Nereu Corrêa, que passaria a presidir a Academia após a morte de Othon, apresentou a edição da revista explicando os motivos da homenagem: “não só por ter sido o idealizador da revista, mas também por tudo o que fez, quase sozinho, em amor ao sodalício. Diga-se a verdade: a Academia só não fechou as portas graças a Othon d’Eça” (CORRÊA, revista *Signo*, p.10).

Era o antigo presidente quem fazia o sermão das cerimônias; que manteve por vários meses um programa literário em uma rádio local; também manteve uma página no jornal *O Estado* em nome da Academia; promovia concursos literários; organizou a comemoração do centenário de vários escritores e estadistas catarinenses (como Cruz e

²⁴ A publicação da revista *Signo* também está relacionada a um contexto da Ditadura analisado por Edgar Garcia Junior (2002), em que o Estado convocava “os ‘representantes da tradição’ para ‘ajudar a planejar a cultura’, o que em grande medida significava ‘compor uma identidade’” de modo a legitimar suas ações. Apesar de que os intelectuais das instâncias de consagração (como a ACL e o IHGSC) sempre tenham se colocado como “defensores” da tradição, neste período são acionados pelo Estado de maneira ainda mais contundente. Desta forma

não é por acaso, que neste período, tanto o IHGSC e a ACL voltaram a se reunir com maior frequência e a publicar as suas revistas [...]. Os intelectuais ligados ao IHGSC e ACL se apresentavam como os únicos disponíveis, os únicos sobreviventes, incontestáveis desde o fim do Grupo Sul na segunda metade dos anos 50. (GARCIA JUNIOR, 2002, p.105-106).

Sousa, Virgílio Várzea, Hercílio Luz e Araújo Figueredo); além de convocar em sua própria residência as reuniões. Durante o período, Corrêa afirma que “nunca conseguiu fazer uma eleição da diretoria. Isso por falta de ‘quórum’, o que era, para os acadêmicos ausentes, uma forma de reelegê-lo, pois ninguém gostaria de substituí-lo no cargo” (idem).

A revista *Signo* contou com 11 artigos em sua homenagem, além da seleção de alguns textos e poemas de Othon d’Eça. Gostaria de ressaltar aqui a abrangência de autores cujos depoimentos estão presentes na edição: desde Altino Flores e Tito Carvalho, que também estavam entre os fundadores da ACL, como Celestino Sachet e Oswaldo Cabral, membros sucessores, ou então Salim Miguel, do Grupo Sul, e Plínio Salgado, fundador e líder da Ação Integralista Brasileira²⁵.

Para além dos textos reunidos nesta edição da revista, muitos outros artigos foram escritos carregados de lembranças sobre o escritor. Há vários depoimentos que o homenagearam logo após a sua morte, e em 1992 novamente um grande número de declarações, pois, em comemoração ao centenário de nascimento, editaram-se cinco de suas obras – algumas reeditadas e outras que se encontravam presentes apenas na imprensa²⁶. A coleção do arquivo da ACL que se refere a Othon d’Eça é composta por três pastas recheadas de recortes de jornais

²⁵ Os autores que ali escreveram artigos acerca de Othon d’Eça são: Nereu Corrêa, Tito Carvalho, Sílvia Amélia Carneiro da Cunha, Salim Miguel, Altino Flores, Celestino Sachet, Oswaldo Cabral (“Egas Godinho”), Oliveira e Silva e Plínio Salgado.

²⁶ Os cinco livros editados possuem em comum a apresentação feita por Japonan Soares, que explica como se encontravam os textos anteriormente:

Cinza e bruma teve uma edição em 1918, no Rio de Janeiro, e constitui hoje preciosidade de bibliófilo; *Vindita braba* apareceu somente na imprensa (jornal ‘República’ de Florianópolis, em 1923, e ‘Revista do Brasil’, de São Paulo, em 1924); ...*Aos espanhóis confinantes* foi publicado em 1929 e dele restam raríssimos exemplares; *Nuestra Señora de l’Asunción* não foi além do jornal (‘O Estado’, 1965). *Homens e algas*, de todos o mais importante, conheceu um pouco mais de divulgação: lançado em 1957 com o apoio da Imprensa Oficial, foi republicado em 1978, também por iniciativa do governo do Estado. (SOARES, In: D’EÇA, 1992).

dessa natureza, panfletos de eventos organizados durante sua presidência, documentos administrativos, prestações de contas, correspondências (em geral tratando da ACL), fotografias, livros (duas cópias da antologia sobre Othon d’Eça; *O sentido da América* – discurso pronunciado por Othon em 1928; *Sete marinhas* – também de sua autoria, de 1985), revistas (*O Olho* de 1916; algumas páginas da *Terra*; primeiro número da *Oasis* de 1918; e o segundo número de *Panal*, de 1924, o qual não consegui localizar em nenhum outro acervo), edição do livro *Vindita brava* a partir de recortes de jornal dos capítulos em folhetim, dentre outros. Ou seja, uma multiplicidade de documentos, tanto de autoria de Othon d’Eça quanto relativos à sua pessoa (ou sem relação direta), muitos datados após sua morte, sem nenhuma classificação ou organização.

Os depoimentos escritos sobre Othon d’Eça trazem constantes anedotas protagonizadas por ele e costumam destacar sua personalidade cativante – dizem que possuía o melhor “papo” da cidade e mencionavam sua faceta de contador de histórias e de professor querido e estimado. Além de escritor, Othon d’Eça, com sua formação em Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, exerceu diferentes cargos públicos, foi professor, tocava piano, pintava, colecionava antiguidades, possuía, enfim, grande leque de hábitos e atividades, circulando por distintos espaços na cidade.

Acredito que, assim como na construção que se fez sobre Cesário Braz, a vida literária de Othon d’Eça é marcada fortemente por sua personalidade. Nereu Corrêa, em certa ocasião, também apontou que

Em Othon d’Eça a personalidade do autor se sobrepôs à sua própria obra. Quem o conheceu, jamais terá esquecido o ‘causeur’ admirável, que a todos encantava com a graça estusante (sic) do seu espírito, com o humor e a picardia dos seus comentários, principalmente quando o assunto girava sobre casos e figuras aqui da Ilha. (CORRÊA, *O Estado*, 29/07/1984, p.20)

Aliás, não foi à toa que Cesário Braz fora tratado como um pseudônimo seu, há muitas semelhanças entre os dois. Além de terem sido supostamente escritores estimados por toda intelectualidade local e possuir grande talento, também suas biografias denotam semelhanças.

Os capítulos memorialísticos de Cesário se passavam no cenário da Revolução Federalista na cidade de Florianópolis, demonstrando o clima político e a insegurança sentidos por seus moradores. A família de

Othon d'Eça sofrera perseguições por parte dos florianistas, resultando no assassinado do Barão de Batovi, avô de Othon e também seu tio, Alfredo; já seu pai, Nuno da Gama Lobo d'Eça, optou pelo exílio voluntário na Bahia. A infância de Cesário Braz seria também marcada pela Revolução Federalista – Cesário indica que fugira com a família para São Paulo, apesar da história não se desenrolar até o momento em que essa situação se dá. Foi de seu exílio na Suíça (não sabemos por que posteriormente viria a se exilar neste país) que Cesário escreveu retrospectivamente suas Memórias. Não há uma preocupação com a linearidade dos eventos, sendo por vezes aludidos acontecimentos que se afastam da narrativa de sua infância.

Para Iaponan Soares, Othon d'Eça seria um animador cultural que “se deleitava em tratar personagens de ficção como seres de carne e osso e vice-versa”. Em certa ocasião, publicou um depoimento fictício sobre um crime misterioso e depois “revelou que tudo não passava de brincadeira arquitetada por ele para quebrar um pouco a monotonia da cidade” (SOARES, 2002, p.60). Nesta perspectiva, para “oferecer maior dinamismo às páginas do suplemento” (idem, p.59) que dirigia no jornal *O Estado*, passou a escrever as Memórias de Cesário Braz. A preocupação em tratar Cesário como um sujeito real é enfática. O primeiro capítulo das memórias inicia da seguinte maneira:

Declaro que sou natural de Florianópolis, antiga cidade de Nossa Senhora do Desterro, Estado de Santa Catarina, na República do Brasil.
Nasci a 14 de outubro de 1885, num dia de largo vento sul. (*O Estado*, 18/11/1951, p.2).

Assim, conta-se que os leitores acreditavam ser verdadeira a sua existência, chegando a afirmar que se lembravam dele. Tal mistura de ficção e realidade levou Othon d'Eça, segundo Oswaldo Cabral, a abandonar o projeto, pois estaria “perdendo a personalidade” e se distanciando de sua própria forma de escrita. O relato de Cabral, também presente na revista *Signo* de 1968, é o seguinte:

Filho de maragatos, em cuja família o sadismo político cobrou pesado imposto de sangue, muita coisa ouviu contar na sua e na casa dos federalistas a respeito dos dias ominosos da nossa história política. Maduro já, com netos que lhe arrefeceram as paixões que, em verdade o seu coração boníssimo jamais abrigou, achou que

poderia escrever alguma coisa sobre a revolução de 94. Pretendendo ser justo, para não levantar dúvidas ou suspeitas de tendenciosas interpretações, escondeu-se sob o pseudônimo de Cezário Braz, de cujas pseudo-memórias iniciou a publicação. Bem se houve, equidistante das paixões – mas, certo dia, suspendeu a publicação, com grande decepção dos amigos que conheciam a verdadeira identidade de Cezário Braz.

-‘Não pude mais... Eu estava perdendo a personalidade... Houve até um parente meu que me afirmou lá em casa que conhecera o Cezário Braz. Lembrava-se bem dele – e me descreveu o seu tipo...’

Foi a única vez que o Gama D’Eça escreveu fora dos seus padrões tristes e melancólicos. Não o reconheceram, justamente por isso. Ele não perdera a sua verdadeira personalidade, antes a revelara na sua plenitude. Por isso ninguém o reconheceu, de vez que nunca jamais escrevera como costumava conversar. (CABRAL, *Signo*, 1968, n.1, p.55-56).

Seu modo de conversar cativante lhe rendeu grande estima e admiração entre muitos daqueles que foram seus alunos no curso da Faculdade de Direito, onde ministrava a disciplina de Direito Romano – de acordo com Nereu Corrêa, “na cátedra – dizem seus ex-alunos: - era um fazedor de amigos e admiradores” (CORRÊA, *Signo*, n.1, 1968, p.23). Foi, portanto, uma figura que conquistou espaço e foi lembrada entre os escritores mais novos, como no caso dos integrantes do Grupo Sul.

Silveira de Souza (João Paulo Silveira de Souza), nascido em 1933, integrante do Grupo Sul e atualmente membro da ACL, redigiu a orelha do livro *Vindita braba* (1992), na qual afirmou:

Mas Othon d’Eça não foi somente o *causeur* luminoso, nem o ficcionista mais significativo da geração que antecedeu ao Grupo Sul. Foi também o espírito aberto, sem preconceitos, incentivador dos que se iniciavam na criação literária, mesmo daqueles que discordavam de seus ideais estéticos. (SOUZA, In: D’EÇA, 1992).

Tal atitude se diferia daquela assumida por Altino Flores, mais intransigente e sempre disposto a combater posturas contrárias à sua. Em depoimento obtido por Tamires Furtado (2015), o neto de Othon d’Eça “afirmou que o avô fazia um ‘meio de campo’ entre as gerações, pois ‘radical mesmo era o Altino Flores’” (FURTADO, 2015, p.71). Othon d’Eça chegou a participar da polêmica que envolveu Altino Flores e o Grupo Sul, mas sua participação foi lembrada como menos incisiva e atenuada na lembrança dos adversários, conforme narraria Salim Miguel.

Contudo, pelas páginas do jornal *O Estado*, Othon d’Eça publicou em cinco datas diferentes²⁷ depoimentos contundentes sobre a temática com o título “Da Arte e do Modernismo”. Os textos eram direcionados a Altino Flores, sendo iniciados da seguinte maneira:

Meu caro Altino Flores
Somente agora, [...] decidi escrever esta carta de solidariedade e de recordação e que me está, desde os calores de dezembro, inquietando e seduzindo. [...]
Posso agora lhe dizer, com aqueles velhos números do ESTADO e o GOETHE sobre a minha mesa de trabalho – que V. tem razão, muita razão. (*O Estado*, 02/11/1950, p.1).

Referia-se desdenhosamente aos “modernistas”, sempre com o uso de aspas e criticava duramente suas posições políticas, com ênfase principalmente no marxismo. O estilo modernista seria repleto de “indecosas obscenidades técnicas” (idem, p.8) e seus periódicos eram colocados como inferiores e menos ousados dos que aqueles publicados por seu grupo no início da Primeira República:

os nossos jornais, de que fomos, muitas vezes, os editores, os tipógrafos e os impressores – tiveram atitudes e gestos muito mais revolucionários do que essas revistas “modernistas”, iguais, desde o tamanho à paginação, às que se publicavam entre 1890 e 1910 e haviam recebido os nossos assobios. (Idem).

²⁷ Os textos foram encontrados no ano de 1950, no jornal *O Estado*, nas datas: 19/11, 21/11, 03/12, 05/12 e 06/12.

Tais “revistas ‘modernistas’” seriam ainda facilitadas pelo “amparo sorridente do Estado” (*O Estado*, 21/11/1950, p.1) e sua edição não seria resultado de grande esforço, sem conter nada de novo e original. Realiza uma comparação com a revista *Terra*: “ponhamos ao lado de TERRA, na primeira fase, por exemplo, o mensário SUL – sentiremos, estou certo, eu, V. e Ivo de Aquino, o contentamento e o orgulho que dão os trabalhos originais e perfeitos!” (idem).

Quanto às críticas de cunho pessoal, Othon d’Eça fez alguns comentários genéricos: “os rapazes ‘modernistas’ [...] são sisudos, timoratos, sem um traço sequer de petulância” e o Círculo de Arte Moderna seria um “movimento sem ondulações e sem saliências e que me dá a impressão de uma lata de sardinha em gelatina” (idem). Foi, em alguns momentos, ainda mais enfático nas críticas do que Altino Flores, considerando seu colega “demasiadamente realista, vendo apenas o lado positivo, o aspecto exterior do fenômeno literário, de que são eles a causa física” (idem). Contudo, ainda neste texto, Othon d’Eça salienta que “há entre esses moços alguns nomes de futuro, algumas inteligências vivas e saudáveis, como, entre outros, Odi Fraga, Salim Miguel, Nunes Pires etc...” (idem).

Apesar do teor contido nos textos de Othon d’Eça sobre o assunto, Salim Miguel, ao redigir a introdução do livro dedicado a Othon d’Eça na série “Resgate”, sobre escritores catarinenses (1992), mencionou a polêmica da seguinte maneira:

O que começou com um debate de ideias, terminou descambando para ataques pessoais. Othon d’Eça, da geração de Altino Flores, claro que se manifestou, em artigos para o jornal ‘O Estado’, a favor de seu companheiro de geração. Mas sem agredir, procurando compreender nossa posição. Tanto que continuamos conversando, falando de leituras – e quando apareceram os primeiros livros da turma do Sul, ele sempre tinha uma palavra de estímulo, por escrito ou de viva voz, ainda que não concordasse com tudo que ali estava. (MIGUEL, 1992, p.6).

Othon d’Eça conquistou então um lugar privilegiado na memória destes escritores mais jovens, tendo suas posturas atenuadas. Também Altino Flores apontou para a aproximação que Othon d’Eça teria com os integrantes do Grupo Sul, à diferença de sua própria posição. Em

entrevista com Celestino Sachet, datada de 1978, à pergunta “quais foram suas divergências com o Grupo Sul? ”, Altino contestou:

Divergência pressupõe anterior convergência, ou concordância, ou acordo... [...] Ora, eu jamais demonstrei estar de acordo com o esperançoso ‘grupo’, não declarei nunca a minha concordância com os seus ideais, e muito menos sentimento algum de convergência me impeliu a integrar-me a ele. [...]

Dentre os ‘velhos’ (que eu saiba), o único que ousou aproximar-se-lhes e ser recebido com aparente simpatia foi Othon d’Eça. Othon d’Eça tinha desses gestos largos e fáceis, próprios de seu coração confiante – mas que tantos dissabores e desilusões lhe acarretaram. (FLORES, 2006, p.373).

Contudo, nos muitos depoimentos em que foram expressas simpatias por Othon d’Eça, algumas questões foram evitadas, como a sua participação no Integralismo, do qual fora inclusive chefe provincial. No mesmo texto de Salim Miguel, o qual uma de suas partes também havia integrado a revista *Signo*, de 1968, e depois seu livro *Gente da Terra*, de 2004, não houve menção ao fato. Aliás, na publicação de *Signo*, nem mesmo o texto de Plínio Salgado aludiu ao Integralismo. O texto do líder da Ação Integralista Brasileira foi um comentário elogioso à obra *Homens e algas*, que afirmou ter recebido com dedicatória do autor – seria para ele “um dos livros mais notáveis da literatura brasileira contemporânea” (*Signo*, n.1, 1968, p.60).

Mas a participação de Othon d’Eça no Integralismo seria lembrada em outras ocasiões, como por Eglê Malheiros, também do Grupo Sul, na orelha do livro *Nuestra Señora de l’Asunción* (1992).

Fui aluna do professor Gama d’Eça na Faculdade de Direito e, apesar da importância da cadeira por ele ministrada, não foi o Direito Romano a principal lição que recebi. Nas provas escritas eu expunha claramente minhas posições ideológicas e políticas, ao discutir as questões formuladas. [...] Recebia minhas provas todas comentadas e contestadas pelo examinador, porém com a nota máxima. Ali, estava concretamente o corolário valioso: fidelidade às próprias ideias e respeito às

ideias alheias. Conflitantes no plano político, a aluna comunista e o professor que fora integralista praticavam a mútua tolerância. (MALHEIROS, In: D'EÇA, 1992).

Já C. Ronald, em artigo intitulado “Quem não amou Othon D’Eça?”, cujo recorte de jornal está presente na coleção relativa a Othon d’Eça do arquivo da ACL, com a data de 03/03/1987 escrita à mão, afirmou que “tudo que sei do integralismo, até hoje, devo a ele”.

Tamires Furtado (2015) analisou a produção intelectual de Othon d’Eça inserida no processo de transformações urbanas e modernização da cidade de Florianópolis, deu destaque à sua participação no Integralismo e afirmou que

As fontes sobre a atuação de d’Eça na AIB são escassas: encontramos na bibliografia analisada apenas recortes de sua atuação no partido. Mesmo assim, é possível perceber que a sua atuação foi fundamental para a criação e expansão do integralismo no estado. (FURTADO, 2015, p.84).

Othon d’Eça dirigiu o periódico integralista *Famma Verde*, editado entre 1936 e 1938, que procurava ter abrangência estadual. O semanário foi objeto de estudo de Gustavo Pontes (2013), e em sua pesquisa destacou também a atuação de outros sujeitos dentro da Ação Integralista, como Laércio Caldeira, pertencente ao grupo da “Geração da Academia” e que fora candidato por este partido nas eleições de 1934.

Tamires Furtado relaciona a obra de Othon d’Eça com o pensamento integralista, como a condição fatalista das comunidades pesqueiras, de forma que o

poder de transformação passa para as mãos do homem urbano, da elite ou do estado, e se opõe à condição de autotransformação do “homem-alga”. Como a negação dessa condição transformadora é perfeitamente condizente com a ideia de um estado forte, autoritário, não surpreende que o escritor d’Eça também tenha encontrado no pensamento e na ação integralistas, com seus esforços pela criação de um “novo homem”, um lugar de atuação política. (Idem, p.72).

A ideia de um estado forte e autoritário se repercutiu ainda em sua atuação como Chefe de Polícia, cargo assumido em 1927, tendo a preocupação com o controle de mendigos, do meretrício e dos jocos nas ruas.

O artigo de Plínio Salgado na revista *Signo* aplaudia a obra *Homens e algas*, indicando seu contentamento tanto nos termos linguísticos como nos morais: “é um livro que há de ficar, na literatura brasileira, como um dos padrões mais legítimos do nosso idioma e da nossa Pátria” (revista *Signo*, n.1, 1968, p.64). O alcance nacional aparece aqui novamente – Plínio Salgado destacava o livro de Othon d’Eça dentro da literatura brasileira e não apenas no âmbito estadual.

Em 1920, quando assumiu o cargo de oficial de gabinete do Secretário do Interior e Justiça [José Boiteux], Othon d’Eça foi assim aludido no jornal *Republica*: “um dos mais brilhantes espíritos da nova geração catarinense, gozando, não somente nas rodas intelectuais do nosso Estado, como do Rio, de grandes simpatias” (*Republica*, 03/10/1920, p.1).

Contudo, em geral, as retrospectivas são mais negativas no tocante ao alcance de fora do Estado, ainda que seja sempre admirado e tido como destaque em sua geração. Tito Carvalho afirmou que “em nossa geração – que não conseguiu varar a barreira sônica provinciana – ocupava uma das posições de culminância” (*Signo*, n.1, 1968, p.26). Também C. Ronald, na apresentação do livro *Nuestra Señora de l’Asunción*, assumiu postura semelhante: “Othon d’Eça pode não ter alcançado a consagração nacional – e são poucos os que alcançaram –, entretanto foi um criador que superou sua própria época” (RONALD, In: D’EÇA, 1992, p.9).

Um último ponto que cabe aqui ser levantado acerca da relação de Othon d’Eça com a literatura catarinense foi o destaque ao homem do litoral, ainda que colocado de forma muitas vezes pessimista. Em seus escritos, privilegiou a figura do ilhéu, fosse o pescador, como no caso do livro *Homens e algas*, ou os sujeitos do interior da Ilha no espaço rural, como no livro *Vindita braba*²⁸, além de poemas dedicados à temática. Nos outros dois livros publicados em 1992, ambos surgidos a partir de

²⁸ Celestino Sachet, na introdução ao livro *Vindita braba* (D’EÇA, 1992), referiu-se à obra como dotada de um Regionalismo “Açoriano da Terra” (p.25), em oposição ao “Regionalismo Gauchesco” de Tito Carvalho. O livro possui como dedicatória: “A Tito Carvalho, príncipe do regionalismo em Santa Catarina”.

relatos de viagens, também foram feitas menções à sua cidade natal e ao seu povo. Em ...*Aos espanhóis confinantes* há uma comparação entre o “serrano” e o “ilhéu”, descrevendo as supostas diferenças psicológicas entre eles – um trecho que também integra a antologia presente no primeiro número da revista *Signo*.

Mais uma vez vi como são profundos os limites emocionais que separam o ilhéu do serrano!

Parecem homens de raças diferentes, de tradições alheias e apenas ligados por frágeis liames políticos que qualquer contingência desfia e arrebeta!

[...] faltam neles [serranos] a vibração amorosa do ilhéu. [...]

E quando a desdita amorosa os punge: - o ilhéu soluça, resignado e triste; o serrano lamenta o seu destino, a pensar, de vesto, na desforra que lhe há de tirar, a estranho, o rival vitorioso.

Não sei se, com estas qualidades, o serrano é superior ao ilhéu.

O que posso afirmar, no entanto, com os ouvidos no coração, é que ele não comove a ninguém. (*Signo*, n.1, 1968, p.75-76).

Além da esfera da literatura, Othon d’Eça participou da organização do Primeiro Congresso de História Catarinense, em 1948 – evento que expressava a necessidade de justificar a cultura açoriana em oposição à alemã, com a finalidade de demonstrar a brasilidade de Santa Catarina²⁹. O Congresso comemorava o Segundo Centenário da Colonização Açoriana e objetivava a construção dessa identidade. As interpretações históricas decorrentes de tal congresso contribuíram para

²⁹ Segundo Edgar Garcia Junior (2002), uma das primeiras concepções que buscou explicar Santa Catarina “como um organismo social que deveria ter as suas partes, os seus tipos, as suas regiões explicitadas para serem mais bem entendidas” (GARCIA JUNIOR, 2002, p.24) foi realizada em 1940, por Lourival Câmara, em *Estrangeiros em Santa Catarina*. O Estado seria composto por três zonas antropogeográficas: o praiano, o colono e o serrano. O primeiro “é visto como portador da ancestralidade açoriana seria a ‘reprodução degenerada daqueles que fracassaram no litoral’” (idem, p.25); o colono teria trazido os “benefícios econômicos, sociais e étnicos para o Estado” (idem, p.27); já o último “seria o ‘resultado somático do bandeirante, do mameluco’, cuja antropogênese poderia ser encontrada no complexo cruzamento de portugueses e indígenas tupi” (idem, p.28).

formar o que Maria Bernardete Ramos Flores chamou de “invenção da açorianidade”. De acordo com a autora:

O contexto da realização deste congresso e seus desdobramentos, na configuração da rememoração do povoamento açoriano, aponta para mudanças históricas que clamavam pela criação de um novo homem-habitante do litoral catarinense. Uma concepção que possibilitasse a esta região definir-se como portadora da história de Santa Catarina, papel que vinha perdendo para outros núcleos de povoamento do Estado. (FLORES, 1997, p.124).

O que acontecia principalmente pelo crescimento das cidades com colonização alemã, resultando uma imagem negativa do habitante do litoral, visto como “indolente” e “incapaz” por não prosperar com a agricultura com o mesmo êxito daqueles. A repressão durante a Segunda Guerra Mundial às populações de origem alemã durante o governo do interventor Nereu Ramos exigia a valorização da brasilidade dentro de Santa Catarina, o que foi resolvido com a eleição do açoriano como portador do caráter e representante da identidade local.

Tamires Furtado analisa a questão como parte do pensamento do Integralismo no escritor: “nas disputas entre descendentes lusitanos ou alemães pela identidade, o nazismo deu pontos favoráveis aos portugueses” (idem, p.106). Assim, na obra de Othon d’Eça se torna clara a intenção da “construção e defesa de uma estética literária específica no Estado de Santa Catarina” (FURTADO, 2015, p.50), com a opção pela cultura açoriana.

No livro *Homens e algas*, Alcides Buss também foi atento à questão, indicando que “a nível de Estado, deparou-se com a diversidade de valores e o isolamento das regiões. Sem dúvida, contribuiu para a busca de uma identidade ou, pelo menos, de uma consciência catarinense” (BUSS, In: D’EÇA, 1991). Tal “questão identitária” ou “consciência catarinense” assombrou muitos escritores do Estado que se deparavam com o impasse de Cesário Braz de, por um lado, inserir a literatura local dentro da nacional e, por outro, reforçar, criar ou manter determinada identidade.

1.3 Apologia da literatura catarinense e Cesário Braz como promessa

Afinal, o que caracterizaria uma literatura catarinense? Esta é uma questão que perturbou (e perturba) inúmeros escritores e pesquisadores que se debruçaram sobre a história da literatura estadual, sugerindo diferentes respostas e trazendo consequências teóricas e políticas para a questão. Em grande medida, a pergunta recai sobre o terreno espinhoso da identidade e acaba por colaborar com ideias essencializadas e herméticas, seja elegendo uma cultura representativa para a figura do “catarinense”, como a açoriana³⁰, ou incorrendo no modelo de mosaico cultural, no qual cada região do Estado teria seus representantes típicos determinados.

No livro *Presença da literatura catarinense* (1989), organizado por Celestino Sachet e Iaponan Soares, há um balanço sobre os estudos acerca do “Tempo e o Espaço da Literatura que se faz em Santa Catarina” (SACHET; SOARES, 1989, p.7). Tal preocupação teria se manifestado pela primeira vez com Altino Flores em 1940, no IX Congresso Brasileiro de Geografia. De acordo com os autores do livro, Altino Flores percorreu “nossa produção literária a partir do enfrentamento, mais político que literário, e mais em busca do espaço social do que estético” (idem).

Altino Flores, que possuiu grande inclinação para a polêmica, ao historicizar a literatura também daria ênfase aos conflitos. Narrou as querelas entre o padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva e Marcelino Antonio Dutra, o “Poeta do Brejo”, em meados do século XIX – a primeira delas iniciou-se com a crítica do padre no jornal sobre a candidatura de Marcelino para deputado, o que resultou na troca de insultos entre ambos em diversas situações. Outra polêmica bastante comentada por Altino Flores, em diferentes momentos, foi a que envolveu Virgílio Várzea e Eduardo Nunes Pires na década de 1880, a qual culminou com a agressão física sobre o primeiro. Concordo então com a afirmação de Sachet e Soares de que a busca de Altino Flores no panorama da literatura local se deu muito mais dentro do espaço social – sua conduta, como procurarei demonstrar no próximo capítulo, foi no sentido de tentar estabelecer lugares para escritores e grupos dentro do campo da literatura.

³⁰ Posteriormente, o “homem do Contestado” seria eleito como este representante. Edgar Garcia Junior (2002) demonstra as práticas discursivas durante o governo de Esperidião Amin (1983/86) “que se inscreveram como estratégia, no apagamento dos traços degenerativos, atribuídos a uma população considerada ‘historicamente’ como fanática e mestiça, e na sua transformação em ‘homem típico catarinense’” (GARCIA JUNIOR, 2002, p.112).

A cronologia de Sachet e Soares segue com Nereu Corrêa, em 1949, com o artigo “O panorama atual da Literatura Catarinense”, dentro da revista *Província de São Pedro*, na qual este afirmara, à semelhança de Cesário Braz, que “na realidade, àquelas alturas, a Literatura Catarinense não existe” (idem), pois não se teria “acentos particulares tão nítidos”, apesar da existência de “intelectuais de mérito”. Ou seja, não haveria para o autor uma obra representativa dos valores locais – de uma certa identidade, poderíamos acrescentar. Já em 1957, Arnaldo S. Thiago aparece, para Sachet e Soares, como o “primeiro sistematizador da nossa produção literária com *História da Literatura Catarinense*” (idem, p.8), seguido pelo próprio Celestino Sachet com o livro *A literatura de Santa Catarina*, cuja segunda edição receberia o título de *A Literatura Catarinense*.

Celestino Sachet dedicou várias publicações para a história da literatura catarinense, como “Fundamentos da literatura catarinense” (In: *Fundamentos da cultura catarinense* - SILVA; PIAZZA, 1970), *As transformações estético-literárias dos anos 20 em Santa Catarina* (1974), *A Literatura de Santa Catarina* (1979), *A Literatura Catarinense* (1985), a própria *Presença da literatura catarinense*, com Iaponan Soares (1984), sendo seu último livro intitulado *A literatura dos catarinenses: espaços e caminhos de uma identidade* (2012). A preocupação com a questão da identidade se mostra, portanto, marcante.

No primeiro deles, cujo texto integrara o curso de nome “Fundamentos da cultura catarinense”, já mencionado na introdução do presente trabalho, Sachet perguntava “o que viria a ser literatura catarinense?” (SACHET, In: SILVA; PIAZZA, 1970, p.80). Sua resposta se manteria, em linhas gerais, ao longo de seu trabalho: a literatura catarinense “só pode ser aquela criação do espírito, aquele produto do *homem catarinense*. Dentro de um *espaço* geograficamente *catarinense*. Num determinado *tempo* historicamente *catarinense*” (idem). Contudo, a formação do Estado em forma de “T” daria um “sentido de expansão – e de fuga!” (idem, p.81) ao contrário dos Estados vizinhos a Norte e Sul. Tal geografia, favoreceria a formação de “ilhas geográficas”, desintegradas e dificultaria a formação de um “*homem catarinense*”. Sachet concluía o texto apontando que no momento presente (1970) o Estado encontrava-se “em uma potencial tomada de consciência”, com o “surgimento de uma alma catarinense, somada à possibilidade de nosso escritor realizar-se em termos profissionais” (idem, p.111).

Já no último trabalho de Celestino Sachet (2013), o “espírito catarinense”, “o *animus*” parecia ter sido alcançado, de acordo com sua perspectiva. Assim, em sua proposta

defende-se [...] a força de uma literatura marcada por especificidades além daquelas que rodeiam a literatura nacional. Uma dessas especificidades tem como dínamo a questão de um produtor cultural que se proclama brasileiro, mas, ao mesmo tempo, possui uma carteira de identidade catarinense. (SACHET, 2013, p.8).

Contudo, a “carteira de identidade catarinense” pode ser variada de acordo com a região do escritor. A mudança do título de “literatura catarinense” para “literatura dos catarinenses” é comentada na contracapa do livro, na qual assinala a preferência pela expressão:

já que, afinal, quem escreve é o autor-cidadão e não a entidade-estado – e indicativos de uma identidade regional difusa, de vez que o operário industrial de Blumenau-Joinville-Jaraguá do Sul pouco se relaciona com o pescador do Litoral, com o serrado do Planalto, com o colono de Nova Trento-Urussanga-Nova Veneza ou com o ‘gaúcho’ do Oeste e vice-versa. (SACHET, 2013, contracapa).

A identidade estadual configurada por diferentes culturas remete ao estudo de Edgar Garcia Junior (2002) sobre a construção narrativa das regiões catarinenses que trouxeram a idealização de um mosaico cultural a partir da década de 1940³¹. As regiões devem ser pensadas como uma construção histórica,

³¹ Na década de 1940, Vianna Moog propôs a ideia de “arquipélago cultural” para

agrupar as regionalidades brasileiras e orientar a construção de uma cultura brasileira. [...] Este projeto ideológico repercutiu em várias regiões do país e faria, em 1957, Oswaldo Ferreira de Melo perguntar se haveria em Santa Catarina uma literatura catarinense que pudesse representá-la no arquipélago cultural da nação. “O que seria literatura catarinense?”, pergunta. A conclusão chegada é que ela não existe; o que existe é uma

em que se cruzaram os mais variados elementos culturais, que aos poucos são domados por meio de categorias como memória, etnia, alma, essência. O “mosaico cultural” é na verdade uma cristalização de estereótipos que são remetidos aos espaços regionais de Santa Catarina (GARCIA JUNIOR, 2002, p.118).

Tal discurso, como salienta Edgar Garcia, “embora diga-se democrático por ‘levar em conta a heterogeneidade cultural’, é o discurso da fixidez, é o discurso onde não há lugar para as relações de poder se manifestarem” (idem, p.115). Procura-se em cada uma dessas regiões determinados elementos que demonstrem uma cultura eleita para representá-la. Com esta estratégia, Santa Catarina poderia encontrar um lugar ao sol dentro da construção nacional, uma maneira de garantir sua representação em meio a vizinhos como o Rio Grande do Sul, que possui a imagem do “gaúcho” como sólido modelo identitário.

Santa Catarina irá procurar sua visibilidade e reconhecimento também dentro da instância da literatura. Tal preocupação repercutiu na polêmica retirada da disciplina de Literatura Catarinense como obrigatória no curso de Letras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1998³².

Agora não mais obrigatória mas sim optativa, num único semestre, no curso de licenciatura em língua portuguesa, a disciplina literatura catarinense continua causando polêmica dentro e fora da Universidade Federal. O fato concreto e humilhante para a intelectualidade estadual é que estudantes do curso tendem a se formar sem estudar as obras dos autores catarinenses. É que o grupo alienígena que o domina não tem compromisso com a cultura estadual. (Raul Sartori. *A Notícia*, 28/10/2000. Apud: RAMOS, 2010, sem página).

literatura ecumênica particularizada e que deveria ser estudada e sistematizada. (GARCIA JUNIOR, 2008, p.62).

³² Agradeço à professora Tânia Regina Oliveira Ramos pela pertinente sugestão da inclusão desta discussão dentro do trabalho durante minha banca de qualificação em julho de 2015.

O tom de denúncia e enfrentamento foi repetidas vezes utilizado pelo jornalista Raul Sartori, como demonstrou Tânia Regina Oliveira Ramos (2010), sendo os professores vindos de outros Estados denominados “alienígenas” e acusados de desprezar a cultura local: “a visível repugnância dos alienígenas pela cultura da terra que os acolheu” (Raul Sartori. *A Notícia*, 05 de junho de 2000 – Apud: RAMOS, 2010, p.94)³³. Na imprensa, outros jornalistas também se dedicaram ao tema, como Cacau Menezes: “Depois de retirar a disciplina de escritores catarinenses da UFSC, agora as livrarias contribuem para dificultar o acesso dos catarinenses aos escritores dessa terra, que já não é mais Santa” (Cacau Menezes. *Diário Catarinense*, 27/04/2000. Apud: RAMOS, 2010, sem página).

A pouca disponibilidade de títulos de autores catarinenses em livrarias locais remete a uma importante instância de consagração da esfera da literatura, de modo que os escritores teriam mais dificuldade para alçar-se ao reconhecimento³⁴. A ausência da disciplina obrigatória

³³ A atuação de Raul Sartori foi destacada no jornal da Editora da UFSC:

Desde o primeiro semestre de 1998, quando o curso de Letras da UFSC decidiu extinguir a disciplina de Literatura Catarinense da lista das obrigatórias, ele vem travando, em sua coluna no jornal *A Notícia*, uma persistente e solitária batalha para a revisão desse ato. Aclamado como baluarte da cultura catarinense por uns e acusado de xenofobia por outros, o fato é que Sartori foi a única personalidade da imprensa a botar o seu bloco na rua e fazer com que a discussão extrapolasse os limites do *campus* universitário. (Jornal *Leitura e Prazer* – Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, n.7, fevereiro de 2002, p.13).

³⁴ A falta de títulos catarinenses em livrarias também preocupou Moacir Pereira e Lélia Nunes, ambos atuais integrantes da ACL, expressando-a no blog de Pereira: “Urge, pois, que o poder público e as entidades culturais se unam para reverter esta triste realidade. Se não estão nas livrarias, ninguém compra. Os jovens não terão acesso. E avança a desinformação sobre a literatura e o desinteresse pela cultura catarinenses” (PEREIRA, “Livrarias desprezam escritores catarinenses”, 14/09/2014, disponível em:

<http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2014/09/13/livrarias-desprezam-escritores-catarinenses/?topo=67,2,18,..67> [acessado em 03/11/2015]).

também poderia contribuir para essa pouca divulgação. Além de envolver os escritores, a preocupação perpassa o mercado editorial, e não foi à toa que o jornal da Editora da UFSC dedicou um número inteiro sobre o tema da disciplina e do lugar da literatura catarinense. A edição se deu em 2002, demonstrando que o debate não se restringiu ao momento imediato da exclusão da disciplina, e contou com diferentes depoimentos de escritores locais, professores e críticos literários, que acabaram demonstrando posições diferentes. Os artigos não assinados – com o posicionamento do jornal, portanto – denotam uma forte campanha contrária à exclusão da disciplina. Os discursos perpassam a questão da identidade regional. Os argumentos favoráveis à disciplina foram assim expostos:

A [...] tese, defendida pelos que acreditam na necessidade do estudo específico da literatura catarinense no meio em que ela é produzida, estrutura-se sob o argumento de que é tão boa quanto a de qualquer outra parte do País, mas permanece desvalorizada pelas condições de mercado, armado de forma a privilegiar os autores dos grandes centros. Sustenta ainda o papel das escolas e da Universidade (UFSC) no estímulo à produção local e na valorização da cultura catarinense em toda sua diversidade, como forma de fortalecer a auto-estima e a construção de uma identidade regional. (*Jornal Leitura e Prazer* – EdUFSC, n.7, fev./2002, p.4).

E mais à frente, em outro artigo intitulado “Provincianismo entre universal” ressaltava-se o modelo de mosaico cultural: “se há uma identidade para a literatura catarinense, ela se constrói justamente na representação da pluralidade identitária do Estado” (idem, p.5) – esta pluralidade foi referida em termos de um quadro caleidoscópico, com regiões de colonização alemã, açoriana, libanesa, italiana, gaúcha e ucraniana. A questão da constituição de diferentes etnias, a preocupação em desprender-se de um conceito de “provincianismo” e a tentativa de alcançar reconhecimento nacional, saindo de um dito isolamento, foram os discursos veiculados sobre a importância da disciplina. À exceção do primeiro ponto, que remete à ideia de mosaico cultural formulado progressivamente a partir dos anos de 1940, o restante da questão se parece com as preocupações já presentes em Othon d’Eça, Altino Flores e que se fizeram sentir em várias ocasiões na revista *Terra*, emblemático

em Cesário Braz. Inclusive, na primeira página da revista da Editora da UFSC, um curto texto parecia resumir a questão em termos muito parecidos com aqueles utilizados em *Terra*:

O desafio da literatura catarinense é vencer o isolamento, sair do hiato, fugir da ‘pecha’ de provinciana, ganhar o mundo, sendo aldeia e planeta ao mesmo tempo, local e universal... tipo o poema sobre o Tejo de Fernando Pessoa... correndo atrás do tempo desperdiçado para alcançar a nau perdida. Afinal, a literatura catarinense não é uma ilha e vai muito além da aldeia. (Idem, p.1)

O editorial presente no primeiro número da revista *Terra* também se relacionava à literatura universal e criticava o provincianismo. No entanto, logo muitos textos presentes na publicação iriam se debruçar sobre temas locais. Como se verá no último capítulo, a dicotomia entre o local e o nacional, ou o universal, atravessou a revista.

A preocupação com a disciplina e a história da literatura catarinense é, portanto, na maior parte das vezes, uma tentativa de perpetuar nomes (daqueles consagrados em espaços como a ACL) e identidades cristalizadas. Assim Tânia Ramos se expressou sobre a questão:

A história que deixaram e deixam grafada em Santa Catarina é feita de nomes próprios, datas, sobrenomes conhecidos, biografias, elementos que não são suficientes para afirmar o que é literatura catarinense, literatura de Santa Catarina ou literatura de SC, como é registrada nas atuais colunas sociais.

Há um entendimento generalizado de que a busca de uma identidade catarinense implica necessariamente desenterrar manifestações culturais dos imigrantes, relacionados às diferentes raças que compõem a geografia humana de Santa Catarina. Tal tendência nos conduz à superada utilização da cultura como forma de demonstrar os valores da raça. (RAMOS, 2010, sem página).

Quanto a Cesário Braz, sua criação pode deixar entrever o desejo de remissão para a literatura catarinense. Seria o porta-voz dessa literatura, um representante de qualidade suficiente para alçar o reconhecimento do Estado em nível nacional³⁵. Sua construção se mostra então pertinente para o presente trabalho por expressar preocupações e desejos caros a escritores como Othon d'Eça e Altino Flores, mas que se fazem sentir em outros momentos e por outros sujeitos, ainda que demonstradas de maneiras diferentes em cada um deles.

Também Cesário Braz foi uma figura em metamorfose, pois, mesmo que tenha mantido certa coerência em suas aparições, como em sua biografia, a maneira como foi utilizado e as questões que desencadeou foram distintas. Em 1917, no jornal *O Dia*, Cesário fora tratado de forma romântica, nostálgica e elogiosa, representava uma possibilidade de prestígio para a literatura catarinense, seria o “Messias” daqueles escritores, conforme o chamou Othon d'Eça.

Nesta primeira aparição, os artigos assinados por Othon d'Eça contam quando chegou em Florianópolis, em 1910, vindo de São Paulo, e logo conquistou a admiração de todos: “Cesário prendeu-nos à sua persona exubere e forte!... E em torno dela ficamos, quase de joelhos, como os hebreus no pátio dos sacrificadores” (*O Dia*, 12/04/1917, p.4). E quando retornou a São Paulo:

O artista da Emoção e da Raridade que Paulo Barreto [João do Rio] chamou ‘o Ático’ perdeu-se na imensidade do esquecimento, ficou estranho à sua gente e à sua terra, como a unidade nas somas totais das Estatísticas.

[...] Ajudem-na aqueles que o amaram como eu. Porque Cesário bem merece os entusiasmos do seu povo.

Sultão perdulário da Frase, ele ajudou à heráldica da Arte catarinense, o mais lindo e o mais luminoso dos brasões. (*O Dia*, 13/04/1917, p.2).

³⁵ Cruz e Sousa, o escritor catarinense que conquistara maior prestígio fora do Estado, não estaria, no entender de Othon d'Eça ou Altino Flores, qualificado para esta posição por diferentes razões, como se verá no próximo capítulo. Não poderia, por exemplo, representar uma identidade para o Estado, por não tratar temáticas próprias da terra. Sua vida literária de maior representatividade se deu no Rio de Janeiro e não dentro de Santa Catarina e, possivelmente acima de tudo, pela razão de ser negro.

Recuperar a sua memória e o tornar devidamente conhecido seria uma vitória para a literatura catarinense, constituindo um representante à altura das pretensões mais ambiciosas. Era uma figura nobre e exótica para o Estado, um dândi que por seu valor iria notabilizar seus conterrâneos. Ainda que suas características identitárias não fossem em nada correspondentes àquelas tidas como típicas dos “catarinenses”, sob qualquer perspectiva. Cesário Braz correspondia ao desejo de projeção da literatura de Santa Catarina, mas, contraditoriamente, não seria representante de uma “identidade catarinense”.

Na segunda aparição, em 1920, dentro da revista *Terra*, tais preocupações com o reconhecimento não se mostravam tão românticas e eram expressas em tom de denúncia ou provocação. Já em 1951 e 1952, no jornal *O Estado*, a situação seria outra. Quando as Memórias passaram a ser publicadas, os escritores da “Geração da Academia” já estavam institucionalizados, consagrados pela ACL. Assim, a seção de Othon d’Eça pôde abrir espaço inclusive a Trajano Margarida, “poeta menor”, e convinha destacar o nome de Cruz e Sousa, como grande escritor do Estado que não mais precisavam encobrir.

As memórias de Cesário Braz circularam dentro da seção intitulada “Prosa e verso”, assinada por Othon d’Eça. Há ali, por vezes, pequenas notas sobre “Livros e escritores”, nas quais anuncia as recentes publicações, e no mesmo texto cita autores catarinenses juntamente com outros de diferentes Estados e países. Por vezes coloca suas considerações sobre as obras, como na nota em que cita três delas: de Henrique Fontes (catarinense), Helio Chaves (poeta fluminense) e o francês Jean Paul Sartre (*O Estado*, 06/01/1952, p.7). Em outra ocasião, se refere a publicações de distintas cidades: Florianópolis, Belo Horizonte, Apucarana (Paraná) e duas do Rio de Janeiro (*O Estado*, 23/03/1952, p.2). Há ainda a divulgação de “Revistas e jornais” que igualmente intercalam produções catarinenses com as de outros Estados. Desta forma, pode-se interpretar que era desejo de Othon d’Eça indicar como Santa Catarina se encontrava de certa forma integrada na produção literária nacional.

Iaponan Soares afirma que a seção “Letras e Artes”, dirigida por Othon d’Eça no jornal *O Estado* por quase três anos³⁶, procurava

neutralizar junto aos confrades da Academia
Catarinense de Letras o horror que as ideias

³⁶ No período pesquisado entre os anos 1951-1952, a seção leva o nome de “Prosa e verso” e não “Letras e Artes”, como indicado por Iaponan Soares.

modernistas lhes causavam. Gradativamente [Othon d'Eça] foi divulgando nesse espaço poemas dos modernistas menos radicais como Menotti del Picchia, Ribeiro Couto, Caio de Melo Franco e outros. [...] Não foi um adesista, mas soube compreender que os tempos haviam mudado. (idem).

No entanto, a seção orientada por Othon d'Eça contou com textos de uma grande variedade de escritores, e devemos analisar com cuidado a relação que a chamada “Geração da Academia” possuía com o modernismo. Como mostra Felipe Matos (2014), a partir de um discurso levado a cabo pelo Grupo Sul na década de 1950, os escritores acadêmicos “passaram a ser cobrados por aquilo que não desenvolveram em Florianópolis durante a Primeira República: uma literatura orientada pelos modelos estéticos do modernismo paulista de 1922” (MATOS, 2014, p.20). A partir da perspectiva sugerida por Iaponan Soares, facilmente se chegaria à conclusão de que o campo cultural seria aqui atrasado ou ultrapassado e, assim, não compreendida como um produto de sua época, em constante articulação com outros espaços do país.

Inclusive um dos textos desta seção, que possui autoria de Altino Flores, se refere ao escritor Mário de Andrade, analisando-o de acordo com a aspereza e critérios próprios do crítico que foi Altino. Afirma, por exemplo, que:

Não somos dos que porventura neguem a cultura e o talento de Mário de Andrade; porém, acreditamos piamente que os excessos a que se atirou, por delirante fome de originalidade – tão grande que até faz pensar em cabotinismo – estão-lhe pondo em xeque a sinceridade renovadora. (*O Estado*, 23/11/1951, p.8).

E por fim critica seus erros gramaticais “grosseiros solecismos e desqualificados plebismos” (idem).

De fato, a seção “Prosa e verso”, orientada por Othon d'Eça, é das mais ecléticas. São muitos os escritores catarinenses que aparecem em suas páginas – no período abarcado por esta pesquisa, entre novembro de 1951 e abril de 1952, pode-se constatar que a maioria deles pertencia à ACL – o próprio Othon d'Eça publicou diversos textos de sua autoria e também abriu espaço para colegas como Barreiros Filho, Altino Flores, Joe Collaço, João Crespo e Laércio Caldeira. Há

também a presença de Trajano Margarida, considerado pejorativamente como “poeta menor”, e ainda Cruz e Sousa, um dos *velhos*, aparecendo com certa constância. Em um cenário nacional, temos vários escritores consagrados, como, a título de exemplo, Machado de Assis, Olavo Bilac, Monteiro Lobato, Olegário Mariano. Além disso, os modernistas aparecem com bastante frequência, seja na figura de Manoel Bandeira, ou de outros menos conhecidos, que vinham acompanhados de uma pequena biografia, indicando sua procedência ou seu papel no movimento modernista. Por fim, temos também, dentro da seção, a presença de autores portugueses como Guerra Junqueira e principalmente Eça de Queirós.

A última carta de Cesário Braz apareceu publicada em 1952 e foi endereçada ao historiador fictício Antonio Magnus Cazal, que teria escrito a *História Contemporânea da Literatura Brasileira*. A missiva foi datada de 1917, três anos após as cartas de Altino Flores e de Barreiros Filho (que, embora tenham aparecido em 1920, vinham datadas de 1914), e com procedência da Suíça. Esta carta se refere a um terceiro personagem inventado: Aniceto Baldomão de Santarem, um escritor catarinense. Sua finalidade é responder a questões que Cazal lhe perguntara sobre esta personagem, por isso Cesário trata seu destinatário carinhosamente como “Meu bisbilhoteiro Cazal”.

É a carta mais longa escrita por Cesário, ultrapassando a seção de Othon e sendo concluída em outra página do jornal. Esta, apesar da referência à literatura catarinense, não é tão enfática como a endereçada a Altino Flores. Ao contrário de afirmar que não existe literatura em Santa Catarina, dá destaque a um escritor inventado. A missiva serve como forma de um apêndice às suas memórias, “é um enxerto oportuno e humorístico” e não mais uma denúncia mordaz.

As falas públicas de Santarem parecem especialmente irônicas, como quando ele faz a declaração que o consagra na literatura e na política: “um país só é grande pela extensão do seu território e só é rico pelos valores acumulados no seu tesouro”; ou então ao expressar seu gosto excessivo pela tainha, possuindo inclusive uma “maneira especial de chupar uma cabeça de tainha”.

Santerem falara cinco horas, sem goles d'agua, sem pigarro, sem murros na tribuna, “sobre a necessidade imperiosa de se fomentar a pesca da tainha e o comércio do bucho, porque a tainha constituía o mais saboroso alimento dos povos da

ilha e do continente e o bucho – o mais sólido alicerce da indústria de cola e dos seus derivados”. Ao terminar o seu discurso Santerem estava canonizado [...]

A imprensa urrou de orgulho: um mês depois já se falava em Santarem para presidente da província: correu até um abaixo assinado ao Imperador.

É que Santerem condensara no seu discurso todo um vasto programa de governo. (*O Estado*, 23/03/1952, p.2).

A figura de Santarem parece um tanto quanto burlesca, sem expressar, sequer de longe, a seriedade da preocupação quanto à legitimidade da literatura catarinense impressa por Cesário nos anos 1920 e menos ainda a sua nobreza em 1917. Este escritor fictício catarinense, descrito de forma risível e considerado pelo renomado Cazal como “mediocre” e como um homem público com qualidades negativas, é intensamente aplaudido por alguns de seus conterrâneos, conforme Cesário narrou no capítulo de suas Memórias em que primeiro mencionou Santarem. Nesta ocasião (cinco semanas antes da publicação da carta), conta que ouvira em uma farmácia de Florianópolis alguns cavalheiros comentando sobre o escritor:

-É o nosso orgulho, meus senhores! Os outros Estados nos invejam e gostariam de animar um vulto tão extraordinário. Baldomão é um exemplo! Baldomão é um simbolo! Baldomão é Santa Catarina, meus amigos! (*O Estado*, 17/02/1952, p.2).

Não condiz, portanto, com a mesma preocupação de legitimar e valorizar a literatura catarinense presentes quando da utilização de Cesário Braz na revista *Terra*, em 1920. O tom predominante não é mais o acusador e sim irônico e burlesco. Baldomão de Santarem, uma figura tratada com desprezo, seria o grande representante de Santa Catarina.

Othon d’Eça estaria assim demonstrando uma ácida crítica ou uma descrença? Fato é que a seriedade com que a literatura catarinense fora encarada em 1920 se modificava, e Cesário Braz, o “sultão perdulário da Frase” que iluminaria a Arte catarinense, não passava de um personagem esquecido, perdido depois da Revolução Federalista, que nada mais teria a ensinar a seus conterrâneos.

Cesário Braz é uma personagem de temporalidade descontínua, que serve a distintas finalidades. Se em um primeiro momento fez-se clara a apreensão com a posição da literatura catarinense dentro da história da literatura brasileira – uma lacuna que atordoava e que para enfatizar tal denúncia precisou-se legitimar esta figura inventada –, em sua última aparição, mais de trinta anos depois, talvez o intuito fosse muito mais o de entreter seus leitores, brincar com a ficção e recriar um cenário da Revolução Federalista. Nas duas ocasiões, há em Cesário uma teatralidade na qual se misturam personagens e acontecimentos fictícios e reais, além de uma narrativa que justapõe gêneros literários.

Em sua carta a Casal, ao falar sobre o fictício escritor Santarem, Cesário afirmava que para desvendá-lo deveria “usar as artes conjugadas da novela, da fábula e da paleontologia” (*O Estado*, 23/03/1952, p.2). Tal combinação é também necessária para se entender a figura que foi Cesário Braz, uma vez que, para além do caráter ficcional, analisar sua criação implica em escavar a história da literatura catarinense, o contexto de disputa por legitimidade literária nos anos 1920 e as diferentes buscas por uma identidade que a representasse, percebendo assim como foi possível sua criação e transformação.

CAPÍTULO II

Altino Flores e a demarcação do campo literário catarinense

Gosto de definir atitudes.

(Altino Flores. Revista *Terra*, n.6, 05/08/1920, p.8)

É a partir de Altino Flores que procurarei identificar uma série de operações que tinham como intuito principal construir a sua “Geração” e seu grupo de escritores como instauradores da literatura em Santa Catarina³⁷. Esses escritores receberiam por ele o epíteto de *novos* e seriam centrais, de acordo com seus próprios escritos, para se começar a literatura no Estado. A preocupação de Cesário Braz se fez presente e enfática nos escritos de Altino Flores, pois fora um de seus criadores, e ele a demonstrou de maneira a procurar estabelecer quais seriam os escritores capazes de representar o Estado por meio de sua crítica literária.

Atormentava Altino Flores o fato de que “nunca ninguém, nas Letras pátrias, tomou a sério o movimento intelectual de nosso Estado” (*O Dia*, 02/03/1916, p.1), e desejava que seu grupo remediasse a situação. Altino Flores vislumbrou um futuro de progresso, representando a expressão do que seria o movimento temporal e espacial na modernidade trabalhados por Reinhart Koselleck (2006). Nesse período

abre-se o fosso entre a experiência anterior e a expectativa do que há de vir, cresce a diferença entre passado e futuro, de modo que a época que se vive é experimentada como um tempo de ruptura e de transição, em que continuamente aparecem coisas novas e inesperadas. (KOSELLECK, 2006, p.294).

³⁷ Geração é uma categoria de análise que será aqui entendida a partir da formulação de Jean-François Sirinelli (2006). Apesar de ser um elemento de periodização, deve ser interpretada de forma elástica, com gerações mais “longas” ou mais “curtas” e não baseadas em escalas temporais pré-estabelecidas. Isso porque, além do fator natural, “biológico”, a geração está intimamente ligada a um acontecimento que perpassa a auto representação daqueles sujeitos. É, portanto, uma construção e classificação autoproclamada ou instituída por outros.

A ênfase não se encontrava mais no passado, que deveria ser superado, e sim no futuro, um tempo de promessas e de progresso, que iria redimir Santa Catarina no cenário da literatura nacional, com a conquista do papel que merecia – o horizonte de expectativas é, portanto, ampliado. Seu próprio tempo, entendido como fundador, é um tempo de transição, onde há a formação de um novo grupo de escritores que iria de fato constituir as letras no Estado. Há na revista *Terra* um texto em que Altino Flores expressa notoriamente a presente questão, quando afirma:

Ainda não nos compenetrámos de que é preciso olhar para o futuro, ter a fronte erguida e abraçar antes o pessimismo franco do que o otimismo bobo e deluso. Nada mais prejudicial do que parar, no meio da agitação moderna, a olhar para o umbigo, como também nada mais ridículo do que andar com o cadáver do passado às costas...

O nosso passado nada é; e, atualmente, no tocante a letras e artes, nada somos. Resgatemos, pois essa dura mas real situação, preparando-nos com absoluta segurança para a obra do futuro, que requer, não espadachins impulsivos, mas cérebros ilustrados, não patriotas paroleiros, mas gente que pense, estude e saiba onde tem o nariz. (*Terra*, n.8, 22/08/1920, p.7).

Altino Flores conquistou um lugar central nessa tentativa de demarcação do campo literário catarinense. Seu papel como crítico literário foi consolidado a ponto de Mário Pereira afirmar que Altino Flores seria “o mais ativo e combativo crítico das letras e das artes em Santa Catarina. Esta a opinião *quase unânime* sobre Altino Flores de quantos se debruçaram sobre sua obra e a situaram no panorama da produção cultural catarinense *entre os anos 20 e 70*” (Mário Pereira, In: PEREIRA, 2010, p.135, grifos meus).

Essa afirmação, publicada pela primeira vez em 1996 no jornal *O Estado*, integra os textos reunidos no livro *Altino Flores: fundador da ACI* [Associação Catarinense de Imprensa] (2010), organizado por Moacir Pereira. Acredito que tal coletânea seja fundamental para entender a construção que se pretendeu criar sobre Altino Flores, contribuindo para consagrar sua produção e reatualizar sua memória. Trata-se de uma compilação que reúne oito escritores, sendo que todos estiveram entre os membros da Academia Catarinense de Letras. Os

textos foram escritos em anos diferentes, desde 1984 (ano do falecimento de Altino Flores) até a publicação do livro³⁸, alguns haviam sido publicados pela primeira vez na imprensa. Apesar da diferença temporal, todos apresentam ideias muito semelhantes no tocante ao reconhecimento e à autoridade conferidos a Altino Flores. De acordo com o prefácio, a edição teria então como objetivo o “zelo pela imortalidade da sua memória” (PEREIRA, 2010, p.14) a partir de perfis com “multifacetadas opiniões” (idem) – que não se mostraram tão diversificadas assim – sobre o mais fervoroso crítico literário do século passado em Santa Catarina.

Pretendo aqui problematizar a formação dessa “opinião quase unânime” criada em torno da imagem de Altino Flores, além de destacar a longa duração apontada – “entre os anos 20 e 70”. Procuo então perceber as consequências da legitimação de um único indivíduo como crítico literário em Santa Catarina e como muitas das interpretações que formulou continuam vigentes de alguma maneira na história da literatura catarinense.

2.1 O crítico da “Geração da Academia”

Altino Flores é lembrado por sua atuação no magistério, no jornalismo e na política da cidade de Florianópolis. Foi professor de Português e Geografia e Inspetor Escolar da Escola Normal (hoje Instituto Estadual de Educação); ligado ao partido da UDN, foi chefe da Casa Civil em três governos diferentes³⁹; como jornalista participou, fundou e dirigiu diversas publicações: seu primeiro ensaio se deu aos 14 anos, quando criou com Haroldo Callado o pequeno semanário *O Estudante* (1906). Dirigiu, entre outros, *O Argo* (1912), *Dun-Dun* (1914) e a revista *Terra* (1920-1921). Mais tarde, nos anos de 1925 a 1944, seria redator, diretor e proprietário de *O Estado*, periódico de maior circulação na cidade durante o período – continuando a publicar ali mesmo após essa data. Por sua iniciativa, criou-se a Associação

³⁸ Além de Moacir Pereira, o livro conta com textos de: Jali Meirinho (s/d), Norberto Ungaretti (2009), Lauro Junkes (mesmo artigo publicado em *Textos Críticos*, de Altino Flores, 2006), Flávio José Cardozo (1985), Theobaldo Costa Jamundá (1984), Péricles Prade (1994) e Mário Pereira (1996).

³⁹ Durante os governos de Luiz Gallotti, Irineu Bornhausen, Jorge Lacerda e Heriberto Hülse (que concluiu o mandato de Jorge Lacerda em função de seu falecimento).

Catarinense de Imprensa (ACI), da qual foi o primeiro presidente; também figura como um dos fundadores da Academia Catarinense de Letras; foi um destacado sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e correspondente do Instituto Histórico de Minas Gerais.

Para além destas instituições, pode-se citar sua participação como sócio fundador do Figueirense Futebol Clube; é tido como grande incentivador do remo em Santa Catarina, esporte de grande popularidade na cidade no período – era torcedor do Clube Náutico Martinelli, para o qual fez várias campanhas de arrecadação de fundos; ainda criou e presidiu a Sociedade Catarinense Protetora dos Animais. É lembrado por sua participação na maçonaria e em muitas situações procura-se destacar seu papel como pai de família, com uma vida regrada, apenas saía de casa para ir ao trabalho e tinha como principal atividade a leitura. Conta-se que Altino Flores lia muito, lia os clássicos e procurava lê-los no idioma original. Assim aprendeu o francês, que inclusive lhe rendeu o cargo de professor de francês da Escola Normal e de agente consular da França em Santa Catarina. Sua imagem como autodidata é recorrente, reforçada pelo fato de não ter concluído os estudos formais, em função do falecimento de seu pai, o que o forçou a procurar atividade remunerada – “não teve curso superior, mas enfrentou com espantosa qualificação e sólida formação aqueles que possuíam bacharelado” (PEREIRA, 2010, p.16). Possuiria “níveis de conhecimento muito superiores a outros canonicamente diplomados” (JUNKES, In: FLORES, 2006, p.15). Em notícia do jornal *O Estado* que o parabenizava por assumir o cargo de professor de História e Geografia da Escola Normal, teceu-se um longo discurso elogioso a Altino Flores, destacando-se que, apesar das dificuldades – principalmente financeiras – da vida, “soube vencer por seus próprios esforços” (*O Estado*, 04/10/1920, p.1). Teve, assim, uma vida plural e longa. Nasceu em uma família pobre de Capoeiras, então bairro de São José, iniciou os estudos no Colégio Coração de Jesus⁴⁰, frequentou a Escola Pública do professor Luís Pacífico das Neves, o Liceu de Artes e Ofícios e o Ginásio Santa Catarina, o qual precisou abandonar em 1908, durante o quinto e último ano. Morreu aos 92 anos, devido a um câncer na laringe.

Alguns de seus escritos foram publicados em livros – estes foram elencados por Lauro Junkes:

⁴⁰ Na orelha do livro *Sondagens literárias* (FLORES, 1973), Percival Callado Flores, filho de Altino Flores, menciona as escolas frequentadas por seu pai e esclarece que o Colégio Coração de Jesus possuía curso misto em sua fundação.

Pela Memória de Renan e O Caso Renan e os Processos Episcopais (1923), *No Mundo das Coisas Pequenas* (1924), *Goethe, os “Novos” e os “Velhos”* (1949), *Schiller* (1959), *Do Sonho à Miséria e à Morte* (1970) e *Sondagens Literárias* (1973). Escreveu, em coautoria com Haroldo Callado, a revista-opereta *Cadê o Bastião*. (JUNKES, In: FLORES, 2006, p.19).

Haveria outro, chamado *Bazar da Província*, do qual Altino Flores conta ter destruído os originais em um momento de desencanto e, por fim, uma tradução do francês *Souvenirs de la Vie Littéraire* de Antoine Albalat.

Contudo, sua principal produção se deu na imprensa periódica de Florianópolis, em meio a revistas e jornais, onde atuou durante toda a sua vida. A escrita ficcional seria mais restrita ao tempo da juventude e estes textos, bem aqueles mais estritamente jornalísticos, não encontraram a mesma repercussão daqueles destinados à crítica literária – apontamentos sobre livros e escritores do período ou destinados ao combate polêmico. Há, por exemplo, uma grande diferença entre a repercussão dos textos que escreveu para a revista *Terra* e sua colaboração em *O Olho/A Phenix* – no primeiro, com postura crítica e combativa, e no segundo, uma atividade principalmente de jornalista – os textos de *Terra* são bastante mencionados nos estudos que tratam de Altino Flores, ao contrário dos outros, que não contaram com a mesma repercussão. As produções de maior destaque de Altino Flores na história da literatura catarinense são, portanto, as que possuem um caráter combativo e incisivo, pois, como ele mesmo ressaltou: “gosto de definir atitudes” (*Terra*, n.6, 05/08/1920, p.8).

Em entrevista concedida a Celestino Sachet (1978), à pergunta “qual o gênero literário que mais se identifica com seu espírito e por quê?”, Altino Flores, depois de censurar outras categorias, contestava:

A tudo isso, prefiro a Crítica, a História Literária, a Biografia (de artistas e homens de Letras). Sinceramente simpatizo com aqueles que estudam as figuras modestas, quase obscuras, que suscitaram, embora canhestamente, as primeiras emoções literárias na aurora da nossa evolução cultural provinciana. (FLORES, 2006, p.376).

Altino Flores, possivelmente, tornou-se também uma dessas “figuras obscuras”, como ele mesmo se denominou em 1940, no IX Congresso Brasileiro de Geografia (idem, p.196). Após sua morte, a revista *Signo*, da Academia Catarinense de Letras (publicada a partir de 1968), não dedicou uma edição em sua homenagem – como foi o caso de alguns de seus sócios-fundadores: Othon d’Eça, Edmundo da Luz Pinto e Henrique da Silva Fontes. Seus escritos não conquistaram a simpatia de novos escritores catarinenses, o que foi emblemático no caso do Grupo Sul, muito diferente do que ocorrera com Othon d’Eça.

Apesar de desconhecido, no sentido de não ter se tornado um escritor catarinense de grande vulto – seria o que Sérgio Miceli (2001) denominou de “intelectual de província” –, foram suas interpretações as que em grande medida perpetuaram na história da literatura catarinense. Assim, Altino Flores, ainda que entendido como este homem multifacetado, será aqui pensado em seu papel de crítico literário, o grande crítico e polêmico da “Geração da Academia”, temido por sua língua viperina, grande defensor da “verdade” e purista da língua.

Altino Flores possui alguns textos nos quais procura definir a função da crítica literária. Parece-me pertinente começar com alguns deles, pois é a partir de tais conceitos que iria criar seu próprio papel. Em 1918, pela revista *Oasis*, publicou um artigo de nome “A quarta espécie de crítica”, no qual colocava:

As três espécies de crítica, tão perfeitamente definidas por Almachio Diniz⁴¹, são:

- 1 - a crítica otimista;
- 2 - a crítica hedonista;
- 3 - a crítica pessimista. (FLORES, 2006, p.279).

A primeira delas teria como representante o escritor francês Anatole France – “que pensa descobrir em todas as obras más um fundo bom, uma parcela de utilidade”; a segunda seria confundida com a filosofia e reduz o papel de crítico ao de espectador, “apenas obrigados a analisá-las sem curar dos seus valores estéticos”. Tão somente a terceira espécie seria a verdadeira, “segundo o nosso pensar”, pois “só a

⁴¹ Almáquio Diniz foi um crítico conhecido por sua “extravagância intelectual”, conforme colocou Arnoni Prado (2015). Afastou-se dos modelos críticos baseados em um naturalismo cientificista, como o de Sílvio Romero que partia da tradição da Escola do Recife.

pessimista traz em si a exigência de obras progressivamente melhores”. Contudo, ressalta que “o crítico leal, justo e inflexível é raro. A amizade é peia que nos trava...” (idem).

Nesse sentido, Altino Flores se colocava contra o costume de trocar elogios entre os membros de um mesmo grupo e, sem declarar diretamente, estaria assumindo para si a função de um “crítico justo”. Antônio Machado-Neto (1973), ao analisar a estrutura social da vida literária entre 1870-1930, afirmou que “*elogios e ataques* eram as armas desses competidores da pena” (MACHADO-NETO, 1973, p.136). O enaltecimento entre os pares era atitude recorrente, que servia para valorizar os amigos e sua própria igreja literária. Para os amigos haveria, de acordo com Altino Flores, uma quarta espécie de crítica – a crítica “X.P.T.O”⁴²: “tem de apreciar a obra do autor A? Bem: A é amigo deles, duma boa e sólida amizade, e, só por isso, o sagram superior e perfeito, artista que *consigo a fama leva*” (FLORES, 2006, p.280).

Por seu lado, Altino Flores se caracterizou muito mais pelo “ataque aos outros” do que pelo “elogio aos seus”. A crítica depreciativa seria um elemento positivado, enquanto o elogio era repudiado. Ao escrever suas impressões sobre o livro *Terra Catarinense*, de Crispim Mira, pela revista *Terra*, Altino Flores inicia justamente reprovando o texto assinado por “A. Correia” que vangloriava a obra daquele:

Nada mais fácil que elogiar, em se tratando de coisas literárias. Dizem que menos difícil ainda é criticar. Não creio. Quando, pelo menos, se exerce crítica sensata, apoiada em provas e documentos, a censura se torna trabalho árduo, por isso que não é feito ao ar e exige conclusões decisivas como um problema de matemática. O elogio é que não necessita dessas precauções. (*Terra*, n.6, 05/08/1920, p.7).

Sua postura em relação a valorizar a crítica seria mantida ao longo dos anos, sendo mesmo lembrada na famosa polêmica *Goethe, os “Novos” e os “Velhos”*, travada com representantes do Grupo Sul em 1949.

⁴² X.P.T.O é a abreviação da palavra grega “Christus”, que significa Messias. X.P.T.O é também utilizada para designar qualquer coisa que seja muito boa ou sofisticada.

Crítica não é pedagogia, e tão pouco tem o poder de aumentar ou diminuir o valor de quem quer que seja. A sua ação, porém, exercida franca e sinceramente, é muita vez oportuno raio de luz a desvendar perspectivas ignotas. As consciências bem intencionadas não repudiam esses clarões benéficos. (FLORES, 2006, p.53-54).

Colocava-se assim no lugar de um escritor mais experiente, que poderia “clarear” o caminho dos iniciantes que estivessem dispostos a seguir seus conselhos – o que, a seu ver, não foi exercido pelos integrantes do Grupo Sul.

Com Tito Carvalho, em 1931, Altino Flores ressaltou novamente a função “pedagógica” de sua crítica, a importância do juízo sincero que deveria ser reconhecido para melhorar a obra do escritor:

Tito Carvalho reconhece que nossa mocidade já passou e é tempo de mostrarmos ter adquirido o critério e a tolerância necessários para agirmos como homens de educação perante qualquer divergência de ideias ou de sentimentos. Certamente ainda haverá por aí, dentre os da minha geração, quem se arrepie e abespinhe com a mais leve crítica. Mas nós justamente devemos demonstrar com a nossa atitude a contraste de sua verde e cômica inexperiência. (FLORES, 2006, p.193).

A postura de Altino Flores se assemelhava ao papel desempenhado por Monteiro Lobato na polêmica da exposição de Anita Malfatti em 1917, quando afirmou:

Há de irritar-lhe os ouvidos, como descortês impertinência, esta voz sincera que vem quebrar a harmonia de um coro de lisonjas. Entretanto, se refletir um bocado, verá que a lisonja mata e a sinceridade salva. O verdadeiro amigo de um artista não é aquele que o entontece de louvores e sim o que lhe dá uma opinião sincera, embora dura, e lhe traduz chãmente, sem ressalvas, o que todos pensam dele por detrás. (BUENO; ERMAKOFF, 2005, p.613).

Um último escrito de Altino Flores a respeito do papel da crítica me parece aqui oportuno, este do ano de 1978, em entrevista a Celestino Sachet, pensando retrospectivamente em sua atuação:

O que tenho feito são desambiciosas apreciações literárias, de possível caráter interpretativo e, também, judicativo, pois não me arreceo de discordar, de opor, de corrigir, sempre que isso me parecer útil homenagem à verdade, à objetividade, à justiça. Mas isso será legitimamente Crítica? – perguntará alguém. E eu a responder com o provérbio espanhol: *Cada uno tiene su modo de catar pulgas*. (FLORES, 2006, p.377).

Apesar de não ter assumido para si diretamente a denominação de crítico literário, Altino Flores claramente se colocou nesse papel, exercendo-o ao “seu modo”, e a função que lhe coube na história da literatura catarinense foi justamente esta. Inclusive, o livro que reúne em maior quantidade seus textos esparsos em revistas, jornais e pequenas publicações recebe justamente o nome de *Textos críticos*. Procurou, portanto, não se denominar dessa forma, deixando a outrem conceder-lhe o título – a estratégia se repetirá no que diz respeito à denominação de seu grupo como “*novos*”, sancionado em 1916.

Altino Flores seria pertencente a uma forma de crítica literária tida como de “rodapé, ou “jornalística”, estudados por Randal Johnson (1995) e Flora Sússekind (2003). Apenas a partir dos anos 1940 o modelo da crítica literária iria se transformar:

Em sintonia com as primeiras gerações de formandos das faculdades de Filosofia criadas nos anos 1930, percebe-se em meados da década de 1940 tensão cada vez mais evidente entre um modelo de crítico pautado na imagem do ‘homem de letras’, do bacharel, e cuja reflexão, sob a forma de resenhas, tinha como veículo privilegiado o jornal; e um outro modelo, ligado à ‘especialização acadêmica’, o crítico universitário, cujas formas de expressão dominantes seriam o livro e a cátedra. (SÚSSEKIND, 2003, p.15).

Nesse sentido, foi sintomática a campanha de Afrânio Coutinho contra os rodapés e seu conflito com Álvaro Lins, “um ‘crítico à moda antiga’”. Johnson comenta a campanha de Afrânio Coutinho no período

contra a “crítica de jornais” como tentativa de remodelar o sistema literário brasileiro, substituindo-o por outro praticado no espaço das universidades. Até então, predominaria a “crítica jornalística semanal, elaborada por apenas um crítico que normalmente ocupava espaço fixo num jornal” (JOHNSON, 1995, p.174). Tais sujeitos possuíam “enorme poder no julgamento das obras literárias”, dentre os quais cita Tristão de Ataíde nos anos de 1920 e Álvaro Lins na década de 40 – este recebera a alcunha de “imperador” ou “reitor” da crítica brasileira. “O poder destes críticos era tal que suas opiniões afetavam tanto a avaliação das obras literárias como a venda de livros ou ainda, em outras palavras, a legitimação e a consagração pelo público” (idem). A partir da década de 1940, então os antigos “homens de letras” entrariam em conflito com uma geração de críticos formados pelas faculdades do Rio de Janeiro e São Paulo, resultando o que Sussekind chamou de “passagem do crítico-cronista ao crítico-*scholar*” (SÜSSEKIND, 2003, p.18).

Também Brito Broca (1956), em seu estudo *A vida literária no Brasil – 1900*, se deteve sobre os principais críticos literários do período. Para ele, os representantes do gênero em 1900 eram ainda os do século passado: José Veríssimo, Sílvio Romero, Araripe Júnior, Nestor Vitor e João Ribeiro, que permaneceriam até 1919 com o aparecimento de Tristão de Ataíde. José Veríssimo é quem possui uma análise mais detida no trabalho, sendo sua crítica considerada de caráter militante – “raramente se limitava à atitude de simples comentarista; seu empenho era geralmente firmar uma opinião, julgar” (BROCA, 1956, p.231). Apesar disso, afirma que “não se lhe conhecem os ‘ódios’, de que foram possíveis os maiores críticos, embora injusto com Sílvio Romero, quando lhe dedicou apenas três linhas na ‘História da Literatura Brasileira’” (idem, p.231, 232) – Sílvio Romero havia polemizado largamente com o outro em 1909 publicando o livro-panfleto *Zeferíssimas Ineptas da Crítica* (BUENO; ERMAKOFF, 2005), repleto de pesadas críticas e ataques pessoais. Assim, na *História da Literatura Brasileira*, de José Veríssimo, poucas linhas seriam dedicadas a Sílvio Romero, o que Brito Broca avaliou ser devido ao ressentimento ou como forma de vingança entre os dois intelectuais. Para Brito Broca, esse caso seria uma exceção no comportamento de José Veríssimo, pois o crítico “várias vezes mostrou como desconhecia as razões do coração no exercício da crítica” (BROCA, 1956, p.232), tendo por vezes tecido árdios comentários desfavoráveis a amigos seus e ídolos da época. O autor considera assim seu “juízo independente e corajoso”.

Quanto a Altino Flores, sua atuação como crítico literário não pode ser vista como imparcial. Ainda que houvesse a preocupação por parte de Altino Flores ou outros integrantes da ACL em considerá-lo como um crítico justo, pois brigava com os integrantes de sua própria geração, quando o fez não utilizou a mesma linguagem que ao tratar os demais. Assim, quando censurou o regionalismo de Tito Carvalho, o nomeou como “meu preclado amigo”, e seus outros companheiros criticados são em outras situações descritos em termos elogiosos. As polêmicas mais contundentes foram reservadas aos sujeitos de outros grupos, ou gerações, como veremos adiante – há para Altino Flores dois pesos e duas medidas no tratamento crítico.

No livro organizado por Moacir Pereira (2010), há alguns textos selecionados de Altino Flores; neles não há, de fato ofensas pessoais e comentários preconceituosos como os dedicados aos escritores catarinenses de fora de sua geração. Podemos aqui mencionar o estudo de Elizabeth Jelin (2002), o qual ressaltava que “toda narrativa del pasado implica una selección. La memoria es selectiva; la memoria total es imposible” (JELIN, 2002, p.29). Paul Ricoeur (2007), em importante estudo sobre a memória, também ressaltou que “lembrar-se não é somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, ‘fazer’ alguma coisa. [...] O que este verbo designa é o fato de que a memória é ‘exercitada’” (RICOEUR, 2007, p.71). Todo recorte implica em uma exclusão para que se destaquem determinados aspectos e sejam silenciados outros: nos textos reunidos de Altino Flores escolheu-se mostrar sua erudição e seu comprometimento em relação ao jornalismo.

O professor Theobaldo Costa Jamundá, por exemplo, em conferência que homenageava Altino Flores em 1984 e transcrita no livro, afirmou que: “pelo talento e pela inteligência, exerceu uma liderança. Assumi o papel de líder o (sic) manteve-se nele, com a altivez que foi o seu leito, molde de sua vida”, (COSTA, In: PEREIRA, 2010, p.117) assim, de acordo com a perspectiva do autor, Altino Flores “sempre foi destaque entre os destacados” (idem). Este papel de destaque não possui contornos muito definidos, afinal, Altino Flores seria líder do quê? Destaque entre quem? É talvez colocado como emblema de sua “geração”, representando a Academia Catarinense de Letras, alguns jornais e revistas que fundou, dirigiu ou colaborou, enfim, há um processo de tornar seu discurso como único, como o mais representativo, hegemônico em sua época.

Altino Flores tornou-se o que Michael Pollak (1984) chamou de “testemunha autorizada”, ou “guardião da memória”. Uma forma de

garantir que certo discurso se tornasse legítimo em detrimento de outros, assim “a escolha das testemunhas feita pelos responsáveis pela associação é percebida como tanto mais importante quanto a inevitável diversidade dos testemunhos corre sempre o risco de ser percebida como prova da inautenticidade de todos os fatos relatados” (POLLAK, 1984, p.7). Na história da literatura catarinense do começo do século XX, a versão que permanece “verdadeira” é aquela da qual Altino Flores foi um dos criadores. Nesse espaço, se empenhou em delimitar grupos, graus de importância e estabelecer relações de continuidade ou ruptura.

Faz-se necessário problematizar esta hegemonia, pois, como coloca Elizabeth Jelin, “en cualquier momento y lugar, es imposible encontrar una memoria, una visión y una interpretación únicas del pasado, compartidas por toda una sociedad” (JELIN, 2002, p.5). De acordo com a pesquisadora, em geral, nos períodos em que se encontra maior consenso sobre o passado, a versão se refere à história contada pelos vencedores dos conflitos. A fundação da Academia Catarinense de Letras teve como principal função servir como instância de consagração, estabelecendo entre as diferentes “igrejinhas” literárias do período aqueles que deveriam ser institucionalmente reconhecidos, como analisou Felipe Matos (2014). Moacir Pereira (2010) reifica essa concepção ao afirmar que:

Os nomes mais respeitados das letras, os pesquisadores mais notáveis do estado e os jornalistas mais prestigiados se uniram, em diferentes momentos, na fundação, refundação ou manutenção das três entidades culturais mais importantes de Santa Catarina. (PEREIRA, 2010, p.61).

As três entidades seriam a Academia Catarinense de Letras, a Associação Catarinense de Imprensa e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, os quais tinham em comum muitos dos seus membros, sendo que o próprio Altino Flores participou de todos eles.

Theobaldo Costa Jamundá ressaltou que Altino Flores podia receber reações diferentes da mesma pessoa, como aquelas manifestadas pelo jornalista Gustavo Neves:

Disse-me, mais de uma vez, que a severidade de Altino Flores lhe fizera bem, lhe obrigara a aprender a escrever e a assumir a profissão de jornalista. O rigor do diretor de *O Estado*

fecundava. Entretanto, não foram poucas as conversas, nas quais falou o mesmo Gustavo Neves que a crítica de Altino Flores era corrosiva e esterilizava. (JAMUNDÁ, in: PEREIRA, 2010, p.107-108).

O caráter corrosivo de muitos dos seus textos por vezes encontrou enfrentamentos, o que causava as chamadas polêmicas. Estas poderiam ter maior ou menor agressividade e repercussão, de modo que, como ressaltou Lauro Junkes, seria “impossível discorrer sobre a carreira literária e jornalística de Altino Flores sem aludir ao caráter polêmico, que lhe era praticamente inerente” (JUNKES, in: FLORES, 2006). Em muitos casos torna-se difícil analisar as polêmicas literárias pela ausência de publicações disponíveis nos acervos e, como grande parte dos textos de Altino Flores foram incisivos e provocantes, nem sempre ficará claro quais deles receberam respostas.

As polêmicas foram importantes no campo da literatura catarinense no período, sendo, além de um gênero literário praticado e apreciado para fins de agitar a vida intelectual, uma ferramenta para a demarcação de grupos. Procuro agora percorrer algumas delas que versaram sobre tal propósito – Altino Flores definiu os escritores contemporâneos como *novos*, *novíssimos* e *velhos* –, e no capítulo seguinte me deterei sobre outras cujas repercussões puderam ser mapeadas em publicações variadas.

2.2 A polêmica como ferramenta para a demarcação de “grupos” ou “gerações”

O discurso polêmico fazia parte de uma tradição intelectual muito presente na imprensa brasileira no século XIX e início do XX. A polêmica é aqui entendida como um gênero literário, como parte integrante da vida literária da época, acontecendo com grande frequência e em termos mais ou menos agressivos. Antonio Machado Neto (1973) se deteve sobre sua importância durante a chamada república das letras. De acordo com o autor:

Raro era o homem de letras e até, mesmo, o homem público que tivesse passado a vida sem experimentar a vivência belicosa da polêmica. Tal era a sua frequência, que tinha foros de gênero literário, que alguém poderia cultivar e no qual

fosse, por assim dizer, um especialista. (MACHADO-NETO, 1973, p.147).

Santa Catarina estava inserida nesse contexto e alguns escritores, jornalistas ou cronistas discorreram sobre tal papel. O escritor Carlos da Costa Pereira, por exemplo, natural de São Francisco do Sul (SC), em seu livro *Minhas memórias*, enfatiza a importância das polêmicas ao recordar sua atuação na imprensa. De acordo com o autor, sua segunda colaboração em jornal, sob pseudônimo, gerou um comentário desfavorável, “mas não cedi ao desalento e revidei. Foi a primeira vez que terci armas pela imprensa” (PEREIRA, 1996, p.49). Assim, seria uma ferramenta presente desde o princípio de sua vida literária, afirmando que o tom sério não era do seu agrado: “eu gostava de fazer ironia e, para melhor expandi-la, provocava polêmicas, deliciando-me com o ridículo em que metia os adversários que me surgiam pela frente” (idem, p.51).

Altino Flores procurou definir e enaltecer a polêmica literária e, também à semelhança do que fizera com o papel da crítica, não a descreveu em termos de sua própria atuação. A citação que segue está presente no *Anuário Catarinense* de 1948, no qual tratou a relação de Virgílio Várzea com Eduardo Nunes Pires – aliás, quando historicizou a literatura catarinense, as polêmicas literárias receberam constante destaque. Nesse caso, inicia o texto com uma possível definição para o gênero:

Polêmica literária é coisa que em geral advém quando se atitam valores intelectuais em concorrência, ou quando a juventude, por insensata paciência, supõe que os ‘velhos’ estejam de pé atrás a barrar-lhes a investida aos desejados e prováveis triunfos. Nas mais das vezes, a contenda provém de vaidades feridas ou de incompreensões tornadas irreduzíveis por excesso de amor próprio. Na história das Literaturas, porém, se registram grandes polêmicas em torno de teorias, ideias e tendências diversas, havendo-se celebrado esses conflitos não só pelas figuras envolvidas neles, senão também porque servem de marcos de referência à luminosa ascensão da inteligência humana.

Em regra, é a polêmica fenômeno ocasional, acidental e, conseqüentemente, transitório. Morre e esquece com pasmosa facilidade. Tem se visto

mesmo o disparate de dois polemistas, após haverem reciprocado os mais ferinos doestos perante o leitor deliciado ou escandalizado, acabarem por se apertar mutuamente as mãos, reconciliados, muito risonhos, muito camaradas, como se entre eles nada houvesse acontecido. (FLORES, 2006, p.223-224).

O caráter ocasional e transitório aqui apontado reflete algumas de suas próprias experiências. Destas, pode-se mencionar o caso ocorrido com Othon d’Eça, já narrado por Iaponan Soares (2002) que provocou a ameaça de um duelo de espadas; a polêmica travada com Barreiros Filho, que resultou no livro *No Mundo das Coisas Pequenas*⁴³. Altino Flores ainda alude a duas situações com Laércio Caldeira – “ele e eu, por duas vezes polemicamos (sic) em jornais. Mas tudo esqueceu. Desde muitos anos, depois que ele daqui se transferiu para Niterói, onde faleceu, mantivemos correspondência mais ou menos assídua e sempre afetuosíssima” (FLORES, 2006, p.261). A primeira delas teria se dado “a propósito da atraente plaqueta *Cinza e Bruma*, de Othon d’Eça; e a ‘Igreja dos Fiéis’ impressa em Niterói em 1947” (idem, p.261). E a segunda em relação ao livro *Introdução à História do Comércio Catarinense*, de Laércio Caldeira, impresso em Florianópolis em 1920. Altino Flores atribuiu essas contendas a “ásperos entrecuchos de opiniões, possivelmente derivados de pontos de vista mal definidos ou meras arranhuras de vaidade” (idem).

Houve ainda polêmicas com outros companheiros de sua “geração”, como com Mimoso Ruiz e os já referidos Tito Carvalho, a propósito do regionalismo em sua literatura, Othon d’Eça, Laércio Caldeira e Carlos da Costa Pereira. Com este Altino Flores manteve constante correspondência epistolar e até mesmo dedicou-lhe a publicação do livro *Goethe, os “Novos” e os “Velhos”*. O livro em questão foi resultado de sua mais famosa polêmica, com o Grupo Sul – esta, no entanto, entra no *rol* das contendas travadas com membros de fora da sua “geração” e que não possuíam finais tão reconciliadores.

Outro livro que resultou de polêmicas foi o seu *Sondagens Literárias* (1973), a propósito de minuciosas correções de datas, ortografia, informações e interpretações do livro de Osvaldo Ferreira de Melo (filho): *Introdução à História da Literatura Catarinense*, além de outro texto referente à novela *Rocamaranha*, de Almiro Caldeira de

⁴³ O opúsculo *No Mundo das Coisas Pequenas* não pôde ser localizado para esta pesquisa.

Andrada. O principal oponente era filho de Osvaldo Melo, outro membro fundador da ACL, o que não impediu Altino Flores de deslegitimar sua carreira iniciante, tratando-o com sarcasmo de “distinto historiador das letras catarinenses”, sendo por vezes contraposto ao “mestre Lucas Boiteux”, este muito mais admirado por parte de Altino Flores. Seu julgamento seria abrandado anos depois, quando comentou o ocorrido pelo jornal *O Estado*, aos 90 anos: “quando [...] apareceu a interessante *Introdução à História da Literatura Catarinense*, do Prof. Osvaldo Ferreira de Melo (filho), julguei conveniente retificar certos fatos, certas datas, certos juízos nela exageradas pelo seu inteligente Autor” (FLORES, 2006, p.268).

Ao editar o livro *Sondagens Literárias*, adicionou uma introdução póstuma aos textos ali redigidos, na qual afirmou que

Desde então, envolveram de maneira notável esses dois escritores: aquele, dando-nos um romance que lhe está assegurando a ascensão à galeria dos maiores ficcionistas de Santa Catarina; o segundo, versando temas pedagógicos, com inegável perspicácia, o que lhe há de granjear, por fim, merecida autoridade. (FLORES, 2006, p.92).

Ou seja, no entendimento de Altino Flores, sua crítica teria talvez possibilitado aos escritores se aprimorarem – ou seguirem outros caminhos nos quais seriam melhor sucedidos.

Altino Flores pode então ser considerado um dos especialistas na categoria da polêmica, mantendo seu posto durante muitos anos na cidade de Florianópolis. Era um gênero literário envolvente para o público leitor, sendo que sua repercussão se dava apenas por conta do respaldo recebido. Assim, para Machado-Neto

Não somente havia o polemista, isto é, o intelectual *versado no gênero*, como, ainda mais que isso, existia um público das polêmicas, tão aficionado ao gênero como se pode ser hoje aficionado ao futebol ou ao romance policial. [...] Tivemos, com ela, um auditório ressonante que assistia diariamente aos grandes lances polêmicos das veredas da pena. Pagava e aplaudia... ou vaiava... os grandes espadachins da letra de forma. E o jornal apresentava mais uma sessão atrativa, ao estilo do folhetim. (MACHADO-NETO, 1973, p.147)

O meio privilegiado para a polêmica foi de fato a imprensa, que possibilitava a repercussão e o prestígio dos nomes ali envolvidos. Flora Süssekind se deteve sobre a questão, enfatizando que em muitas ocasiões o motivo que ocasionara a polêmica era irrisório e os pontos de vista muito semelhantes, mas interessava aos polemistas manter a questão para garantir seus nomes em destaque na circulação do periódico. Para a pesquisadora a polêmica era

Forma de discussão privilegiada no Brasil da virada do século, [...] funcionava então como um meio de angariar prestígio, de, com pequenos debates gramaticais e querelas sobre detalhes de pouca monta, exibir cultura, além de realçar os contornos do próprio perfil intelectual no mesmo movimento com que se procuravam desqualificar os mais diversos oponentes. O exercício jornalístico do duelo costumava assegurar ao crítico ao menos mínima nomeada. Não importavam propriamente seus critérios ou possível rigor argumentativo para os leitores de jornal do período. O que aumentava a confiabilidade de um crítico era sua capacidade retórica nas muitas polêmicas que se sucediam, sob quaisquer pretextos, na imprensa. Daí a preferência por afirmações bombásticas, por tiradas que parecessem inteligentes, a proliferação de citações literárias ornamentais e uma referência constante, e via de regra discordante, aos outros críticos em atividade. Interessava sobretudo o efeito. Interessava impressionar rapidamente o leitor. (SUSSEKIND, 2003, p.58-59).

Seria mais uma ferramenta para “agitar” o meio intelectual da época, uma preocupação recorrente entre os escritores locais que se sentiam isolados da vida literária do Rio de Janeiro, grande modelo para os catarinenses.

Ainda que a Capital Federal fosse a referência, não foi recorrente nos textos de Altino Flores uma concepção de atraso ou isolamento. Ao falar sobre os nomes de sua geração na entrevista realizada por Celestino Sachet (1978), apontou que, apesar de a maioria não ter deixado livros publicados, disseminaram sua atuação por meio da imprensa: “todos, [...] com maior ou menor assiduidade, frequentávamos

as colunas dos jornais da capital, do interior e de outros Estados, com as mais diversas e dispersas colaborações, inclusive as indefectíveis polêmicas” (FLORES, 2006, p.366). Difícil seria quantificar essa colaboração, porém, mais importante do que saber se essa “assiduidade” fora volumosa, o que interessa é a sua representação: Altino Flores considerou, ou quis transmitir a ideia, que sua geração não possuiu uma atuação tão limitada, transgredindo os limites da cidade de Florianópolis. Essa noção é importante, pois vai de encontro à concepção tantas vezes reiterada de atraso e isolamento da capital catarinense, mostrando assim sua integração, suas convergências e trocas.

Na Capital Federal, o gênero da polêmica era bastante praticado, muitas se tornaram famosas e contaram com publicações. Machado-Neto (1973) comenta que apenas a biografia de Medeiros e Albuquerque alude a dez polêmicas travadas pelo intelectual. Este, junto com Sílvio Romero e Carlos de Laet eram, para o pesquisador, os campeões da modalidade. Algumas delas estão reunidas na publicação *Duelos no serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil (1850-1950)*, organizada por Alexei Bueno e George Ermakoff. Segundo os organizadores, a polêmica teria se tornado um modismo literário de grande popularidade.

A polêmica em seu período áureo vivia como duelo de verve e de inteligência verbal, contenda virtuosíssima, apreciada mais pelos meios do que pelos fins, despertando uma atenção quase esportiva por parte dos leitores, o que sem dúvida, como fenômeno social, desapareceu. (BUENO, 2005, p.11).

Se em Florianópolis Altino Flores fora o principal representante do gênero, outros também não escapariam do processo. Marcelo Téó (2007) identifica algumas delas na escrita de crônicas relativas à temática musical, como entre os colunistas João Barbosa e Sebastião Vieira, que apesar de amigos teriam posições políticas muito divergentes, sendo este comunista e aquele integralista. Para Sebastião Vieira, “vale a ‘velhíssima verdade latina: *si vis pacem para bellum*’ que, segundo o próprio, deve ser conhecida para se escrever crônicas em Florianópolis. O provérbio adverte: ‘se queres a paz, prepara-te para a guerra’” (TÉO, 2007, p.178).

Machado-Neto e Roberto Ventura também relacionaram a polêmica com a linguagem de guerra e combate – assim, “para refletir uma carreira artística ou literária, a palavra será sempre liça, luta, embate” (MACHADO-NETO, 1973, p.150). Os termos utilizados eram então agressivos e belicosos. Altino Flores possui bons exemplos de tais formas de tratamento, principalmente quando se desentendeu com escritores pertencentes a outros grupos que não o seu. Para Roberto Ventura, tal característica insere-se dentro do discurso evolucionista do naturalismo, que visa à sobrevivência do mais forte – “à argumentação evolucionista, são incorporadas tradições da cultura popular sertaneja, como a linguagem do desafio e o código de honra” (VENTURA, 1991, p.143).

Mesmo sendo considerada como gênero literário, a polêmica não possuía nenhuma fórmula fixa e foi praticada de diversas formas. O livro *Duelos no serpentário*, por exemplo, se propõe a reunir algumas polêmicas entre 1850 a 1950 “que pudessem representar o gênero em uma coletânea” (BUENO; ERMAKOFF, 2005, p.8). A obra reuniu 16 polêmicas, mostrando também a variedade do gênero, uma vez que todas são muito variadas em relação ao método em que cada opinião divergente foi tratada.

Altino Flores foi também uma figura privilegiada para o estudo da polêmica, um “especialista” no gênero, adquirindo a fama de imbatível. Valeu-se dela para aumentar a repercussão e o prestígio de seus textos. Teve como característica o aspecto combativo de seus escritos, discorria sobre questões gramaticais, utilizava citações estrangeiras que demonstrassem erudição e por meio de apelos a críticas pessoais visava ao descrédito do adversário. Utilizou o discurso na forma de polêmica como ferramenta para fazer crítica literária, fixar seu nome e estabelecer as posições de cada escritor dentro do campo da literatura catarinense.

Altino Flores identificava o grupo ao qual pertencia como uma “geração”. É significativo o uso desse termo em detrimento de outras expressões, como “grupo”. Ao contar determinado encontro com Othon d’Eça, Altino escrevera: “revelou-nos ele [...] que estava a escrever as ‘memórias’ do ‘grupo’ (*leia ‘geração’*) a que pertencêramos, mas que, todos, aparecíamos ali sob pseudônimos” (FLORES, 2006, p.257, grifos meus). As memórias de Othon d’Eça não vieram a público, mas esse pequeno fato serve também para ilustrar que a preocupação com a formação narrativa de tal “grupo” não fora preocupação exclusiva de Altino Flores. Para o crítico, a palavra geração seria então mais apropriada para enquadrar esses sujeitos.

No caso da “Geração da Academia”, sua formulação está ligada a um evento fundador evidente – a fundação da Academia Catarinense de Letras, em 1924. Contudo, ao utilizar o termo “geração”, Altino Flores não se refere a todos os 40 integrantes da Academia – seu sentido seria mais restrito e flexível. Dentre os membros da ACL, alguns seriam *velhos* ou *novíssimos*, no entendimento de Altino Flores. Outros ainda ocuparam um espaço dúbio, como Araújo Figueredo, que foi membro fundador da ACL, mas também participou do “grupo” de Cruz e Sousa – Altino Flores o considera por vezes como pertencente à sua geração e em outros momentos é tido como um dos *velhos*, conforme peça a situação.

É provável que a primeira formulação oficial do grupo dos *novos* tenha sido feita por Diniz Junior em 1912, em artigo que será analisado em seguida, no qual nominou Altino Flores, Othon Gama, Laércio Caldeira, Barreiros Filho e Thomás Fontes. Altino Flores, em uma série de textos publicadas em 1916 no jornal *O Dia*, também importante para esse contexto, afirmaria sobre o grupo: “*O Estado* [jornal florianopolitano] nomeou-os: Barreiros Filho, Haroldo Callado, João Crespo, Alberto Barbosa e Tolentino Junior. Acrescentarei à lista Laércio Caldeira e Velho Costa” (*O Dia*, 03/02/1916, p.1). Em 1940, no discurso que Altino Flores pronunciou para o IX Congresso Brasileiro de Geografia, intitulado “Esboço da evolução das letras em Santa Catarina”, dá grande destaque à sua “geração”, que teria dado ao Estado “uma mais larga compreensão literária” (FLORES, 2006, p.213). Sua geração foi neste último texto expandida, sendo constituída por alguns dos *novíssimos*, como Ildefonso Juvenal, e também por Araújo Figueredo. Para tal congresso, Altino Flores procurou, portanto, dar uma dimensão alargada ao conceito, de modo a aumentar sua importância no sentido de terem consolidado uma literatura em Santa Catarina⁴⁴. Em *Goethe, os ‘Novos’ e os ‘Velhos’*, de 1949, Altino Flores dá os nomes: Laércio Caldeira, Mâncio da Costa, Barreiros Filho, Othon d’Eça, Ivo

⁴⁴ Altino Flores citou nesta ocasião alguns nomes que não figuram como fundadores da ACL – tanto sucessores como outros que nem fizeram parte dessa instituição. A idade também não pode ser considerada um fator que aglutinasse esses sujeitos. Citarei alguns com a respectiva data de nascimento: Altino Flores (1892), Othon d’Eça (1892), Barreiros Filho (1891), Laércio Caldeira (1890), João Crespo (1887), Ivo d’Aquino (1896), José Boiteux (1865), Diniz Junior (1887), Henrique Fontes (1885), Araújo Figueiredo (1865), Lucas Boiteux (1881), Henrique Boiteux (1862), Tito Carvalho (1896), Oswaldo Cabral (1903).

d'Aquino, João Batista Crespo, Haroldo Callado, "etc". Já na entrevista dada a Celestino Sachet, em 1978, consideraria apenas Othon d'Eça, Laércio Caldeira de Andrada, Barreiros Filho, Antônio Mâncio Costa e a si próprio⁴⁵. As nomeações desencontradas servem aqui para demonstrar o argumento de que os nomes dessa suposta geração foram muito maleáveis.

É, portanto, difícil mapear quem Altino Flores considerava como pertencente à sua geração. Foi uma categoria flexível e imaginária, servindo mais a fins práticos, a pedido de cada situação, do que algo como uma demarcação mais rigorosa. Talvez Othon d'Eça, ao tratar os sujeitos que Altino Flores considerou como pertencentes a uma "geração" como integrantes de um "grupo", estivesse utilizando um conceito mais apropriado para a situação. Nesse caso, a análise de Raymond Williams (1999) sobre grupos culturais, em especial o grupo Bloomsbury, pode ser aqui elucidativa.

Esse grupo se define como "fundamentalmente um grupo de amigos"⁴⁶, sem princípios codificados, ao que Williams salienta "existem grupos culturais muito importantes que têm em comum um corpo de práticas ou um *ethos* que os distinguem, em vez de princípios ou objetivos definidos em um manifesto" (WILLIAMS, 1999, p.140). Nesse sentido é que procura encontrar posições implícitas e as "estruturas de sentimentos do grupo" – conceito caro a Raymond Williams. A amizade entre os membros iniciou na Universidade de

⁴⁵ Além destas ocasiões, conforme já mencionado, em 1917, nos textos sobre Cesário Braz escritos por Othon d'Eça no jornal *O Dia*, a "geração" de escritores listada possuía os nomes José d'Acampora, Laércio Caldeira de Andrada, Haroldo Genésio Calado e Leopoldo de Diniz Martins Júnior. Já Salim Miguel, na introdução da antologia sobre Othon d'Eça (1992), nomeia os principais nomes da "Geração da Academia" como Altino Flores, Mâncio Costa, Henrique Fontes, Barreiros Filho e Othon d'Eça.

⁴⁶ Ao mencionar os nomes pertencentes ao grupo, Leonard Woolf listou: Vanessa Bell, Virginia Woolf, Leonard Woolf, Adrian Stephen, Karin Stephen, Lytton Strachey, Clive Bell, Maynard Keynes, Duncan Grant, Mosgan Foster, Saxon Sydney Turner, Roger Fry, Desmond MacCarthy, Molly MacCarthy, Julian Bell, Quentin Bell, Angelica Bell, David (Bunny) Garnett. O que Raymond Williams considerou uma preocupação em não diminuir a importância de seus membros, ressaltando assim o fato de se tratar de um grupo de amigos – "inclui algumas pessoas cujo trabalho poderia ser amplamente respeitado se o próprio grupo não fosse lembrado, e outros em quem este não é claramente o caso, e outros ainda quem é difícil distinguir entre a reputação individual e o efeito da associação no grupo e suas memórias" (WILLIAMS, 1999, p.144).

Cambridge, a qual foi considerada como uma simples localidade por Leonard Woolf quando dissertou sobre o grupo, "ao invés de ser a instituição social e cultural altamente específica que ela era e é" (idem, p.141), segundo Williams.

Também no caso do "grupo" de Othon d'Eça, ou dos membros da "geração" de Altino Flores, muitos tiveram em comum a passagem pelo Ginásio Catarinense. Em texto que homenageava Laércio Caldeira de Andrada, Altino Flores conta que se conheceram nessa escola, mencionando ainda outros nomes:

Lá foram entrando também Haroldo Callado, Othon d'Eça, Barreiros Filho, Jocelyn Viegas, Francisco Teotônio Alves, José d'Acampora, para citar somente aqueles que, desde logo, se acamaradaram por afinidades das suas ingênuas pretensões literárias. (FLORES, 2006, p.259).

O Ginásio Catarinense (atual Colégio Catarinense) foi o único estabelecimento de ensino no Estado a oferecer o ensino secundário durante a Primeira República. Sua criação e instituição foi analisada por Norberto Dallabrida (2001) – assim, se “na maioria dos Estados da federação brasileira, havia vários colégios de ensino secundário, geralmente um mantido pelo poder estadual e outros estabelecidos pela iniciativa privada” (DALLABRIDA, 2001, p.20), em Santa Catarina o único espaço era dirigido por padres jesuítas alemães e cobrava altas taxas de matrícula e mensalidade, sendo destinada apenas aos meninos. Para o público feminino, a opção era o curso normal profissionalizante, que após a Primeira Guerra Mundial passou a ser oferecido pelo Colégio Coração de Jesus, dirigido pelas Irmãs da Divina Providência, com regime de internato. A escolarização possível para aqueles que não tinham condições financeiras era apenas o nível primário ministrado nas escolas comunitárias e públicas.

Dallabrida se preocupa então com o papel do Ginásio Catarinense na homogeneização cultural de várias gerações de estudantes da elite catarinense. O número de alunos do colégio era reduzido e o de formandos, ainda menor. “Em 1910, quando se formou a primeira turma de ginasianos, o colégio tinha 225 alunos, sendo 150 externos” (idem, p.219). O regime de externato possuía mensalidades mais baratas e era destinado apenas aos alunos com famílias na região de Florianópolis, que era a origem da maioria dos matriculados. No total, entre 1910 e 1930, o número de formandos foi somente 244,

distribuídos de forma irregular ao longo dos anos, com a média de 12 por ano. Esses números indicam a rigorosa seleção escolar e a elitização do ensino secundário – Altino Flores, por exemplo, abandonou o colégio por motivos financeiros após a morte de seu pai.

Tal ensino tinha caráter propedêutico, ou seja, possuía como principal finalidade viabilizar o ingresso no nível superior. O aluno formava-se após os cinco anos do ensino como “bacharéis em ciências e letras” e ingressava em cursos superiores: “Direito, Medicina, Engenharia ou nas escolas militares, que lhe facultava futuro profissional promissor” (idem, p.31). O curso de Direito foi o mais procurado, como o era em todo o país, e facilitava o ingresso na burocracia estatal. Em Santa Catarina, o primeiro estabelecimento de ensino superior foi criado somente em 1917, o Instituto Politécnico, que reuniu cursos superiores de Farmácia, Odontologia, Comércio e Agrimensura, mas poucos de seus alunos eram egressos do Ginásio Catarinense. Depois, em 1932, se deu a fundação da Faculdade de Direito de Santa Catarina.

O Ginásio Catarinense surgiu após a Revolução Federalista, “sendo arquitetado pela fração da elite catarinense vitoriosa na guerra civil de 1893-4, em consórcio discreto e seguro com o clero europeu que se afirmava na direção da Igreja Católica” (idem, p.261). Assim, fechava-se o único ginásio estadual público, entregando sua administração nas mãos dos jesuítas, de forma a torná-lo privado e religioso. Ainda que a doutrina católica não fosse, em tese, exigência para os alunos, e as aulas de religião não tivessem caráter obrigatório, estas acabavam contando para a pontuação das premiações que homenageavam os “melhores” alunos, revestidas de grande valor simbólico, inclusive com a presença das principais autoridades do Estado.

Em 1916, em polêmica que envolveu pelo menos os jornais *O Imparcial*, *O Oriente*, *O Olho* e *O Clarão*, discutia-se o fato de que o colégio não aceitara como pensionistas os filhos de um militar, que queria matricular seus filhos dispensados das aulas de religião – o colégio só aceitaria se os alunos ficassem na categoria de externato. O jornal *O Imparcial*, defendendo o Ginásio Catarinense, afirmou:

Subvencionado pelo governo do Estado, é claro que o Ginásio Santa Catarina não pode fazer distinção de crenças religiosas na admissão de alunos externos, mas no internato e como meio pensionistas, usando de um direito e sem ferir

qualquer disposição constitucional, aceitará quem ele quiser.

[...] ‘O Oriente’, órgão maçônico, com o fim único de tratar o *grave fato*, em edição especial, foi, gratuitamente, distribuído em profusão [...].

Em vão foram os seus ataques. A Justiça triunfou e o Ginásio Santa Catarina, elevando-se cada vez mais no conceito do público, continuará a prosperar e a fazer honra à instrução em nosso Estado. (*O Imparcial*, n.7, 04/03/1916, p.2).

A publicação em questão era dirigida por Amphiloquio Gonçalves, que fora aluno do Ginásio Catarinense, e inclusive recebera a premiação de primeiro lugar na disciplina Português referente ao terceiro bimestre de 1907 – conforme identificou Norberto Dallabrida (2001, p.168). Apesar de ter estudado na mesma instituição que formaria os membros do grupo de Altino Flores e Othon d’Eça, Amphiloquio Gonçalves pertenceu ao grupo dos *novíssimos*. Quando Altino Flores nomeou esse grupo, em 1916, o nome de Amphiloquio Gonçalves não fora mencionado, tampouco o jornal *O Imparcial* apareceu quando elencou as publicações dos *novíssimos*. Contudo, *O Imparcial* tem forte diálogo com a *Folha Rosea*, esta sim listada por Altino Flores.

Em larga polêmica iniciada pela revista *Terra* em 1920, que discutia os nomes dos escritores do Estado, Othon d’Eça refere-se aos textos de Amphiloquio como “artigalho”, e o chama ironicamente de “Fifi” ou “Fifizinho”: “você, escreveu com o pé, Amphiloquio. E foi, de fato, com a pata, Fifi, que você me sujou de lama a gáspea dos botins”. A utilização de apelidos nas polêmicas foi arma de ataque frequente, como comentou Brito Broca (1956), na referida polêmica de Sílvio Romero com José Veríssimo, por exemplo, aquele criara diversas formas de tratamento: Tucano Empalhado, Zé Burríssimo, Zezé...

No final do artigo de Othon d’Eça, os ataques se intensificam ainda mais, valendo-se inclusive de sua deficiência física:

Quando você ler esta carta, já estarei longe daqui. Mas, fique certo que irá comigo, entre a bagagem do porão, a lembrança deste sábado dourado em que o vi trotando em roda de jardim, com a crina ao vento, a cauda erguida num assomo de puro-sangue, mas lamentavelmente a manquejar sobre as suas três patas e meia... (idem, p.12).

Outra estratégia utilizada no artigo de Othon d’Eça contra Amphilouquio Gonçalves que era também recorrente foi o apontamento de erros gramaticais cometidos por este no texto anterior, acompanhados de críticas severas. O procedimento em questão fora utilizado sobretudo por Altino Flores em outros momentos, sendo considerado grande purista da língua – “Altino Flores foi mesmo, e sobretudo, um devoto e um soldado da palavra” (CARDOZO, in: PEREIRA, 2010, p.96). Significava deslegitimar o sujeito em termos literários, se cometia erros ortográficos não poderia ser escritor de mérito. Brito Broca afirma que

As discussões sobre pontos de gramática eram muito frequentes no século passado. Mesmo quando outros motivos arrastavam os escritores a um debate, este se inclinava, não raro, para o esmiuçamento dos erros de português, a emulação do conhecimento do idioma. (BROCA, 1956, p.192).

O caso mais famoso na área se deu com Rui Barbosa, a propósito do “Parecer” sobre o Código Civil, que no lugar de formular críticas em termos legislativos, realizou extensa correção gramatical.

Amphilouquio Gonçalves serve aqui, portanto, para relativizar a importância do Ginásio Catarinense, no sentido de não ser um fator determinante para o enquadramento nos grupos literários. Cabe ressaltar que, para desgosto de Othon d’Eça e Altino Flores, o nome de Amphilouquio Gonçalves figurou nos quadros da Academia Catarinense de Letras, embora Altino Flores não o mencionasse sequer no Congresso de Geografia como integrante de sua geração.

O Ginásio possuía, além da religião, forte preocupação com o comportamento, “incutindo-lhe vigor, disciplina, trabalho, obediência, liderança” (DALLABRIDA, 2001, p.261). Sobre o currículo, Dallabrida analisa que a Primeira República marcou a “predominância das disciplinas de cunho literário – línguas e conhecimentos geográficos, históricos, filosóficos, artísticos, religiosos” (p.125), ainda que em relação ao período anterior as disciplinas científicas tenham aumentado de importância – pois durante o Império os estudantes secundaristas bacharelavam-se somente em Letras, passando para o título de “Ciências e Letras” na Primeira República. Assim, em grande medida o Ginásio Catarinense contribuiu para formar o que Raymond Williams (1999) chamou de um conjunto de práticas ou um *ethos*, conferindo-lhes distinção social e um *habitus* compartilhado.

2.3 *Novos, novíssimos e velhos*

Em novembro de 1920, publicou-se nas primeiras páginas da revista *Terra* um artigo que fora escrito para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro oito anos antes – uma conversa entre o catarinense Diniz Júnior e o destacado cronista carioca João do Rio⁴⁷. O primeiro deles tinha a intenção de divulgar os atuais escritores talentosos de sua terra, que se destacavam após um período de vazio e abandono das letras, segundo afirmava. Diniz Junior procurava então a proteção de João do Rio para “a geração que vem cantando, com brilhantíssimo espírito, as virtudes estéticas, hoje ressurgidas” (*Terra*, n.20, 14/11/1920, p.4), e dava-lhe cinco nomes: Altino Flores, Othon Gama, Laércio Caldeira, Barreiros Filho e Thomás Fontes⁴⁸. Dentre eles, Altino se destacava por ser “o mais completo, pela educação estética, tem muita originalidade e uma ousadia de frases encantadora” (*idem*).

Felipe Matos explica a relação entre esses novos escritores e Diniz Junior, jornalista e escritor florianopolitano que já alcançara destaque na imprensa da Capital Federal. Desde 1911 os jovens Altino Flores, Haroldo Callado e Barreiros Filho se reuniam no gabinete de trabalho de Othon d’Eça para serões literários; nos encontros, o nome de Diniz Júnior foi introduzido por Othon d’Eça e todos ficaram impressionados com sua escrita. Desejaram conhecê-lo e logo o contato foi feito, pois Othon d’Eça afirmou que Diniz Junior “não apenas já conhecia o grupo de intelectuais que se formava em Florianópolis, como havia manifestado o desejo de conhecê-los pessoalmente” (MATOS, 2014, p.45). Do Rio de Janeiro, Diniz Júnior tornou-se protetor e divulgador desse grupo de escritores catarinense, seu “patrocinador”⁴⁹.

Quanto a João do Rio, Brito Broca (1956) ressaltou seu costume de apresentar, proteger e criar espaço para os escritores principiantes:

⁴⁷ Cesário Braz foi relacionado com estes dois jornalistas: era “inseparável de Diniz Junior” (jornal *O Dia*, 11/04/1917) e teria sido chamado de “o Ático” por Paulo Barreto [João do Rio], “o artista da Emoção e da Raridade” (jornal *O Dia*, 13/04/1917, p.2).

⁴⁸ O texto foi transcrito de forma integral na revista *Terra*, com a única correção dos nomes: *Oltino* Flores e *Haercio* Caldeira.

⁴⁹ Em 1950, no jornal *O Estado*, Othon d’Eça também mencionaria a importância de Diniz Junior para o seu “grupo”, dentro da polêmica com o Grupo Sul. Ressaltou ainda que “Diniz Junior nos lia Fradique” (*O Estado*, 05/12/1950, p.7).

Os contemporâneos descreveram-no como uma criatura particularmente encantadora, amigo dos escritores novos, favorecendo os jovens de talento que apareciam nas redações dos jornais. Deu a mão a Diniz Júnior, a Batista Júnior, a Nogueira da Silva e outros. Os estreantes de valor mereciam-lhe com frequência um artigo de estímulo. (BROCA, 1956, p.240)

João do Rio é também bastante mencionado e estimado nos jornais florianopolitanos do período. Na revista *Oasis*, de 1918, há uma página dedicada ao famoso cronista carioca, com foto e uma caricatura intitulada “O Chefão” e a legenda: “Com gente fina não se brinca”; o texto que acompanhou as imagens foi do português Julio Dantas e descrevia o carioca em termos muito elogiosos. Na revista *O Olho*, de 1916, se enaltecia a *Revista da Semana*, publicação da Capital Federal, “cujo prestígio, nas rodas elegantes e letradas, é indisputável, possui como seus cronistas mundanos, João do Rio, o mestre ilustre, e Marquês de Denis, nome simpático de um patricio nosso, a quem hospedamos, agora” (*A Phenix*, n.36, 24/12/1916, p.1).

Mas, dentre as publicações pesquisadas, foi a revista *Panal*, de 1924, a que mais trouxe referências a João do Rio, sendo editada três anos após sua morte. Há um texto acompanhado de uma foto sua que o trata em termos de “maravilhoso e incomparável escritor e príncipe do jornalismo brasileiro” (*Panal*, n.2, julho/1924, p.22); a reprodução de grande artigo em sua homenagem escrito por Marquês de Denis, transcrito da *Revista da Semana*; e um texto de Altino Flores sobre o jornal *A Patria*, tido como “um grande órgão da imprensa brasileira”, ilustrado por uma montagem com a página do jornal e uma foto de Diniz Junior, seu atual diretor. A publicação fora fundada por João do Rio e, de acordo com Altino Flores:

Passou ela, após a morte desse intemorato batalhador, a ser dirigida pelo sr. Diniz Junior, que há muitos anos vinha terçando armas na imprensa carioca, ao lado do autor da *Alma encantadora das ruas*, do qual foi um dos maiores amigos e de cuja memória é, hoje, um dos mais fiéis veneradores. (Idem, p.13).

O prestígio de João do Rio no meio local fica, por essas três publicações, exemplificado, bem como sua relação com Diniz Junior. Assim, uma apresentação do grupo dos *novos* escritores catarinenses feitos pelas duas personalidades adquire uma proporção para eles muito importante, sendo lembrada mesmo em 1931 por Altino Flores: “quando Diniz Junior [...] nos apresentou, com uma cara ilustre e desvanecedora e bondosa, a João do Rio...” (FLORES, 2006, p.191). Ainda mais tarde, em 1950, Othon d’Eça também iria comentar sobre o papel de Diniz Junior de forma muito contundente:

Toda a ressonância do nosso grupo [...], para além dos Ratonos ou dos Naufragados, devemos a Diniz Junior, que nos abriu, para uma colaboração domingueira e amorável, o suplemento literário da GAZETA DE NOTÍCIAS, a que Paulo Barrêto então imprimia um ritmo mais vivo e mais moderno.

Creio que, fora isso, mais tarde, tivemos apenas algumas tiras de prosa e verso à lume fora de Santa Catarina: V. [Altino Flores] graças a Portugal e eu: - por mercê de Monteiro Lobato, de que possuo, no meu arquivo, algumas cartas de um quente estímulo e um desanuviado otimismo⁵⁰. (*O Estado*, 05/12/1950, p.7).

Repetir a entrevista da *Gazeta de Notícias* de 1912 na revista *Terra* de 1920 é, então, bastante significativo. Para Felipe Matos, o texto “estabeleceu as bases de interpretação da vida literária catarinense na virada do século” (idem, p.60). Também de acordo com Marco Antonio Castelli (1982), a sua republicação em 1920 tinha a “função explícita de mostrar, não sem alguma pretensão, que a literatura de Santa Catarina começa com aqueles nomes mencionados” (CASTELLI, 1982, p.22). Em seu trabalho, Castelli ressaltou a relação da revista *Terra* com a

⁵⁰ O reconhecimento na Capital Federal levaria os escritores catarinenses à consagração no campo intelectual. A colaboração em periódicos, a publicação de livros nas casas-editoras mais conhecidas, frequentar bares, saraus, confeitarias, livrarias, entre outros eram instâncias de prestígio para a vida literária. O Rio de Janeiro era, neste período, importante dentro da geografia do espaço literário brasileiro.

Geografia do espaço literário refere-se à perspectiva analisada por Pascale Casanova (2002) que se dedicou ao estudo da literatura em escala mundial, cuja grande capital seria Paris.

tentativa de projeção da literatura catarinense: “um fato que imediatamente nos salta aos olhos é a constante preocupação do grupo não apenas com a estagnação das letras catarinenses, mas, sobretudo, com a falta de uma literatura dita catarinense” (ide, p.87), sendo entendida como uma questão que antecede a publicação e continua após seu término. Para Castelli, Altino Flores seria “a figura mais preocupada com o fato” (idem).

O diálogo entre João do Rio e Diniz Junior assumiu de certa forma o papel de discurso fundador daquele grupo que logo receberia a alcunha de *novos*. Foi instituído por personagens autorizados no cenário nacional e partiu não de Florianópolis, mas do Rio de Janeiro, o que contribuía para sua legitimação. Começava a delinear-se então a formação de uma memória coletiva que teve como objetivo manter a coesão interna do grupo. Como colocou Pollak, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1984, p.7). Ao reforçar sua união, criam-se também as fronteiras, quem está dentro e quem está fora do grupo. Nesse sentido, em 1916 Altino Flores estabeleceria o grupo dos *novíssimos*, denominação irônica para os outros escritores contemporâneos “menores”.

Por meio do jornal *O Dia*, se deu a publicação de outros quatro textos fundamentais para a construção dos grupos no período. Circularam entre três de fevereiro a dois de março e eram assinados por Altino Flores com o título “O momento literário” (nome do livro homônimo de João do Rio, no qual enfeixa as entrevistas que realizou com escritores que entrevistou). Aqui, o crítico se refere a três grupos: os *novos*, os *novíssimos* e os *velhos*. É interessante como Altino Flores introduz sutilmente a ideia de que seu grupo seria os *novos*, sem querer assumir de fato o título, mas ressaltando que essa era a forma como eles estavam sendo chamados por outros jornais. Sua maior preocupação parece ser desqualificar os outros, de forma a construir seu grupo por oposição em termos de importância e talento. Logo no primeiro texto, fazendo um balanço das recentes obras literárias produzidas no Estado, lança a questão:

Antes de tudo: quais são os *novos*?

O Estado nomeou-os: Barreiros Filho, Haroldo Callado, João Crespo, Alberto Barbosa e Tolentino Junior. Acrescentarei à lista Laércio Caldeira e Velho Costa.

Mas, numa dada época literária, que é ser *novo*?
 É ter poucos anos? É ter ideias novas?
 Nem uma coisa, nem outra. [...]
 Logo – não há *novos*, não há nada. Há, simplesmente, uns moços que sentem na alma os frêmitos duma emoção artística superior e que procuram traduzi-la na plástica dos períodos esculturais e na harmonia embaladora das rimas. (*O Dia*, 03/02/1916, p.1).

Ainda que declare não existir *novos*, o próprio texto leva como subtítulo “Os ‘velhos’ e os ‘novos’”. Mas é apenas no final do último artigo, no mês seguinte, que Altino parece, por fim, discretamente aceitar o termo – após citar os principais escritores lidos por seu grupo, afirma: “é por eles que quase todos os *novos* (prevalece o título!) se sentem influenciados” (*O Dia*, 02/03/1916, p.1). No entanto, está claro que desde o princípio é a sua intenção colocar essa denominação para o grupo – um grupo já eleito por Diniz Júnior quatro anos antes.

Contudo, os únicos nomes em comum nas duas listas (de Diniz Junior em 1912, e de Altino Flores, 1916) foram os de Othon d’Eça e Barreiros Filho, com o possível acréscimo de Altino Flores, que modestamente não se nomeia em seu artigo. Volta-se assim à questão de que os integrantes desse grupo seriam bastante flexíveis e inconstantes, nunca um elenco determinado e sim um conjunto idealizado.

Esse grupo foi estabelecido principalmente por contraste, seja em relação aos *velhos*, que já não mais produziam livros em Santa Catarina, ou aos *novíssimos*, que produziam “péssimos” livros. Ao falar do último grupo, Altino Flores coloca que “eles se contrapuseram por si mesmos aos meus amigos” (*O Dia*, 10/02/1916, p.1). Seriam os

Representantes da reação contra a reação bem-fazente de Laércio Caldeira, Barreiros Filho, Haroldo Callado, Alberto Barbosa, João Crespo e Tolentino Júnior, não são mais nem menos do que os célebres autores do celebérrimos *Contos Singelos*, *Prelúdios vespertinos*, *Panfletos Comemorativos*, etc. etc. etc.
 São os... *novíssimos*. (*O Dia*, 03/02/1916, p.1).

Os *novíssimos* eram aludidos em relação às suas obras e aos jornais em que publicavam, mas nenhum dos quatro artigos mencionou seus nomes, ao contrário dos *novos*, sempre bem demarcados. Altino

Flores está preocupado em definir a função, o talento e a importância de seu próprio grupo, os outros escritores contemporâneos aparecem apenas para lhes servir de contraste. Os *novíssimos* seriam responsáveis pela literatura de Santa Catarina não ter a qualidade que merece, são contraproducentes na intenção de se continuar (ou criar?) na terra de Cruz e Sousa a literatura com o reconhecimento nacional desejado. Como purista da língua, Altino Flores afirmava: “Em primeiro lugar, falta-lhes o de que mais se questiona em Literatura: o conhecimento da língua em que se escreve; depois: sentimento artístico, emoção, alma afinal” (*O Dia*, 10/02/1916, p.1).

O autor dos *Contos Singelos* é Ildelfonso Juvenal, escritor negro, também aludido de forma racista como “limpa-chaminés”. Ele é, para Altino, um

Ilustre desconhecedor do ABC, que redige jornalecos em Florianópolis, abrindo na opinião pública seteiras por onde visar à reputação dos que se chamam: João Cresso, Haroldo Callado, Barreiros Filho, Alberto Barbosa, Laércio Caldeira e Tolentino Júnior!” (*O Dia*, 17/02/1916, p.1).

Menciona-se, nesse terceiro artigo, os mesmos nomes do grupo dos *novos* colocados da semana anterior, de modo a reforçá-los. Apesar da intensa adjetivação negativa com relação a todos os *novíssimos*, todo o racismo e preconceito de classe que seriam ressaltados em muitos outros textos de Altino Flores, as rivalidades, as “picuinhas literárias”, seriam iniciadas e perpetradas sempre pelos outros. Altino Flores, o mestre da polêmica, é capaz de afirmar que “ponho-me aterrorizado, a pensar como será capaz uma pessoa de se pôr detrás dum pseudônimo qualquer com os bolsos cheios de calhaus, para apedrejar aos que têm a consciência limpa, como homens, e a pena impoluta, como artistas” (idem).

Por sua vez, os *novíssimos* também se defendiam e atacavam Altino Flores e outros *novos*. Possuíam publicações nas quais veiculavam textos literários, noticiosos e as indispensáveis polêmicas. Os nomes de *novos* e *novíssimos* frequentemente se misturavam em publicações, como se poderá ver no capítulo seguinte, sendo a demarcação de grupos não totalmente excludente e intensificada ao longo do tempo. Um dos periódicos, talvez o mais combativo, criado pelos *novíssimos* foi a *Folha Rosea*, em 1915. O seu artigo de abertura,

espécie de editorial, foi bastante contundente ao apontar qual seria “A nossa mira”:

Surge hoje entre risos e festas a modesta revista ‘Folha Rosea’.

-O que pretendemos fazer? perguntarão todos, cheios de curiosidade.

-O que pretendemos fazer, respondemos pressurosos: = é unicamente pugnar pelos interesses dos ‘Novos’; facilitando-lhes meios de desenvolver suas ideias.

Sim, porque então, eles têm sido uns mártires.

Ora, o grupo dos ‘beletristas’ a tirar-lhes o mérito; ora parte da imprensa a ridicularizar as suas produções.

Enquanto a mocidade paranaense associa-se, para unidos desenvolverem a literatura no seu Estado, a nossa mocidade desunida, uma parte deixa-se ficar imóvel, outra: vive nos cafés, quer no jardim, nos bondes, a ridicularizar as produções literárias dos principiantes.

O saber, é privilégio de meia dúzia de rapazes, que, nasceram sábios, tornaram-se imortais, e não de voar amanhã em aeroplanos às regiões Parnasianas...

Mas os ‘Novos’ erguem-se hoje, e a ‘Folha Rosea’ há de demonstrar que os pequenos podem ainda ser grandes. (*Folha Rosea*, n.1, 15/11/1915, p.2).

Ou seja, os *novíssimos* de Altino Flores também clamavam para si o título de *novos*, por sua vez, Altino Flores e seu grupo seriam os *beletristas* e sabichões. Os editores da *Folha Rosea* lamentavam a desunião entre os escritores catarinenses e contestavam a sua suposta inferioridade. O editorial surgia como uma espécie de defesa, afirmavam ser atacados pelos outros e pretendiam demonstrar seu valor literário dentro da publicação. Apontavam ainda para os privilégios dos *beletristas*, com uma vida regrada nos cafés e no Jardim Oliveira Belo (dentro da Praça XV de Novembro), locais de encontro e sociabilidade da elite da cidade. Pelo próprio nascimento e *status* social, os escritores *beletristas* já nasceriam sábios, enquanto os que aqui se clamam *novos* parecem precisar lutar para conquistar seu espaço e reconhecimento. O Ginásio Catarinense possui um importante papel nesse sentido, pois, de acordo com Dallabrida (2001), as elites o concebiam como uma

“estratégia de reprodução”, pelo fato de realizar a “reconversão” do capital econômico em capital cultural” (DALLABRIDA, 2001, p.252).

Acredito que a nomenclatura que se elege para destinar cada grupo seja de fato um problema para o presente trabalho, uma vez que cada um clama para si nomes coincidentes e para os outros, diferentes. Como a distinção de grupos é, em certa medida, artificial, uma vez que os integrantes citados em cada grupo não são sempre os mesmos e seus nomes se misturem em algumas publicações e instituições, ficarei com a proposta de Altino Flores por entender que seu papel de crítico para a formação desse campo literário foi central. Contudo, entendo o perigo de que adotar a nomenclatura dos consagrados pode implicar em reforçar ainda mais seu papel. A construção proposta por Altino Flores de *novos X novíssimos* foi muito mais perpetuada do que a mencionada pela *Folha Rosea* de *beletristas X novos* e, conseqüentemente, o espaço que cada um desses grupos conquistou na memória da literatura catarinense foi desproporcional.

Encontrar as publicações e os espaços dos sujeitos integrantes da *Folha Rosea*, e de outros que podem ser associados ao grupo, é tarefa muito mais difícil do que perseguir os *novos* oficializados. Os “poetas menores”, os *novíssimos* de Altino Flores, estão à margem da literatura catarinense até hoje. As revistas e jornais que publicaram são mais dificilmente localizados nos acervos, ainda que haja alguns títulos, são pouquíssimos os números de cada um – não pude encontrar sequer a revista do Centro Catarinense de Letras, instituição oficial que fazia oposição à ACL em 1925. Também são poucos desses escritores que receberam maior espaço em pesquisas, sendo a dissertação de Lucésia Pereira (2001) sobre Trajano Margarida uma das poucas exceções. Alguns dos exemplares localizados serão tratados no capítulo seguinte, privilegiando aqueles encontrados em maior número ou os períodos como 1915 e 1916, nos quais criaram-se muitas novas publicações e o tema da disputa de espaço, os nomes e as polêmicas foram evidenciados.

A *Folha Rosea* será então importante para tais questões, inaugurando algumas disputas com caráter combativo e nomeando grupos. Os *beletristas*, por suas páginas mencionados, não aparecem nomeados, à semelhança da estratégia de Altino Flores nos textos do jornal *O Dia*. Por outro lado, os nomes dos *novos* estariam entre os participantes da *Folha Rosea* e encontram-se listados ao final do exemplar (o que não era comum nos jornais da época, que poucas vezes nomeavam os colaboradores e raros eram os textos assinados):

Secretário – João Melchiades

Colaboradores: Professor Amphilóquio Pires, Professor Trajano Margarida, Almeida Coelho, Nicolau Nagib Nahas, Crispim de Freitas Junior, Nelson Gama, Celso Coelho, João Paiva, Agrícola Guimarães, Geraldino Azevedo, Antonio Peixoto (*Folha Rosea*, n.1, 15/11/1915, p.8).

A partir do segundo número, os nomes de Trajano Margarida e Antonio Peixoto não mais apareceriam entre a listagem dos colaboradores. Em relação a Trajano Margarida, possivelmente sua ausência se daria devido ao surgimento de outra publicação: *O Imparcial*, dirigida por Amphilóquio Gonçalves. Na notícia de seu lançamento, a *Folha Rosea* ressaltava: “Entre as inúmeras penas que colaboram no novel colega, salienta-se a do esperançoso poeta conterrâneo sr. Trajano Margarida” (*Folha Rosea*, n.2, 05/12/1915, p.5). Os dois jornais possuíram bastante diálogo, participando, inclusive, juntos da polêmica em defesa de Ildefonso Juvenal, contra o racismo, como se verá no próximo capítulo.

As ideias naturalistas são entendidas por Roberto Ventura (1991) como centrais para o discurso polêmico e como ferramenta para a crítica literária. Ao analisar a formação da crítica literária dentro do pensamento social brasileiro, Ventura elege o crítico sergipano Sílvio Romero como ponto de partida para compreender tal construção. Sílvio Romero adotou os preceitos naturalistas defendidos por von Martius, ao estabelecer as diretrizes para a historiografia brasileira a partir dos critérios defendidos no concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1845: “como se escreve a história do Brasil”. O projeto para a identidade da nação passava então pela concepção de uma “unidade racial e cultural, resultante do cruzamento das três raças, rumo ao progressivo branqueamento” (VENTURA, 1991, p.42). Sílvio Romero privilegiou a ideia do cruzamento das raças para a formação da literatura brasileira, enquanto outros críticos, como Araripe Júnior, colocariam ênfase sobre o meio. Ainda que abordando um projeto sincrético, os preceitos de Romero eram hierárquicos e evolucionistas, considerando a inferioridade das raças “não brancas” e projetando um futuro de branqueamento.

O discurso polêmico na crítica literária valia-se de preceitos racistas como forma de desqualificar o adversário. Altino Flores utilizaria tais argumentos com bastante frequência – emblemático nos casos em que procurou difamar Cruz e Sousa. Alguns dos *novíssimos*

eram também negros e mulatos, como Ildefonso Juvenal, que Altino Flores chamava de “limpa-chaminés” e estabeleceu uma comparação com Cruz e Sousa no texto intitulado “À sombra de Cruz e Sousa”, publicado na revista *Terra*.

Cruz e Sousa foi um bem e foi um mal para as letras catarinenses: foi um bem porque, dando-nos versos admiráveis tornou o nome do nosso Estado conhecidíssimo entre os demais; foi um mal porque, por ser negro, despertou em todos os negros de Santa Catarina, que acompanham a evolução literária do Brasil pelo texto dos almanaques, a veleidade de poetas...

Ildefonso, p. ex, é um destes. Coursou a escola primária e, por deficiências mentais e financeiras não pode ir além. Coitado! Nesse ponto nenhuma culpa lhe cabe. [...] Tendo obtido, não sabemos por que meio, uma coleção de *Almanaques do Rio Grande do Sul*, embebeu-se dela que, ao fim de quarenta e três dias, cinco horas, nove minutos e quinze segundos, se achou grávido de inspiração literária...

Foi então que, em movitos sucessivos e surpreendentes, entrou a bolçar para a publicidade os mais grotescos fetos em prosa e verso. [...]

[Ildefonso] lamentou-se de ser negro e vangloriou-se de não saber gramática – virtude esta que distingue, aliás, a muitos filhos do belo país do Congo [...]

Mas, então, esse pobre literatelho não poderá de forma nenhuma ser o sucessor de Cruz e Sousa?

É claro, ou, melhor, é escuro que não (*Terra*, 17/11/1920, p.9).

A sucessão de Cruz e Sousa é uma questão recorrente, que remete à atribuição de papéis aos *velhos*. Estes possuem um lugar ambíguo nas análises de Altino Flores: por um lado, para legitimar sua importância, a ACL se colocou como herdeira daquela outra geração, contudo, por outro, a notoriedade principalmente de Cruz e Sousa não poderia ofuscar seu próprio grupo.

Altino Flores acentuou ainda o caráter personalista na formação do grupo dos *velhos*: “por esse tempo Gama Rosa assumia a presidência da província de Santa Catarina e congregava aqui ‘refulgente plêiade de

“jovens e assinalados talentos” (*O Dia*, 02/03/1916, p.1). Segundo Roberto Ventura, essa seria outra das características do discurso polêmico, que possuía o intuito de colocar “o debate literário e cultural para o plano da discussão entre personalidades” (VENTURA, 1991, p.77). Tal interpretação a respeito de Gama Rosa, formulada inicialmente em grande medida por Altino Flores, foi outra que se perpetuou na história da literatura catarinense. De acordo com Luiz Alberto de Souza (2014), é recorrente a interpretação de que o grupo chamado “Ideia Nova” foi resultado da ação de um “herói civilizador”, a partir de análises que não consideram o contexto social, político e econômico no qual estavam inseridos. Assim

Tomando o ambiente social e político da década de 1880 apenas como plano de fundo para as suas conjecturas, certos intérpretes não compreenderam a formação do chamado “Grupo da Ideia Nova” como um fenômeno profundamente enraizado na conjuntura do fim do Império. Pelo contrário, de acordo com esses autores, o seu surgimento seria algo episódico, fruto de uma intervenção individual e localizada. No caso, a nomeação do médico e político liberal Francisco Luiz da Gama Rosa ao cargo de presidente da Província de Santa Catarina. (SOUZA, 2014, p.179).

Altino Flores procurou relativizar a importância desses escritores para a literatura catarinense ao colocar que os *velhos* teriam se consagrado na Capital Federal, sem conferir importância ou preocupar-se em dar evidência para Santa Catarina – no próprio jornal *O Dia*, Altino Flores critica Virgílio Várzea no sentido de que “esqueceu-se dele a terra do seu nascimento” (*O Dia*, 10/02/1916, p.1). Portanto, não deram a devida importância a Santa Catarina e teriam atuado principalmente no Rio de Janeiro e outros Estados⁵¹.

⁵¹ Também Celestino Sachet compactuou com muitas ideias colocadas por Altino Flores. Dentro de sua concepção sobre a identidade catarinense, Luiz Delfino era “antes, um escritor universal. Do que brasileiro ou catarinense” (SACHET, In: SILVA; PIAZZA, 1970, p.88), já Cruz e Sousa, “é o grande Cruz e Sousa depois de ter saído do Estado. [...] Sua literatura não é ‘catarinense’, no sentido de alma e gente regional” (idem, p.89). Não haveria nos referidos escritores “qualquer dos grandes temas de nosso Estado”, ao contrário de Araújo Figueiredo, “agora sim, um simbolismo bastante catarinense” (idem).

Além disso, outros argumentos que Altino Flores utilizou para deslegitimar a geração anterior é de que eles teriam potencial, mas não souberam aproveitá-lo; de que eles seriam representantes de uma literatura ultrapassada; e, no tocante a Cruz e Sousa, possui vários textos que o depreciam com análises que o explicam por sua “raça”, podendo por vezes ser considerado como o “maior poeta de sua raça” (FLORES, 2006, p.211) – em seus termos, Cruz e Sousa “é, sobretudo, a resultante do entrechoque e a reação das suas origens étnicas, da sua cultura superficial e dispersiva, do seu orgulho tímido e dos preconceitos ambientes” (FLORES, 2006, p.221). Se por vezes expressa admiração à obra de Cruz e Sousa, em outros casos simplesmente o despreza: “a grande verbosidade ritmada de Cruz e Sousa absorveu a atenção do catarinense” (idem, p.235). Como Altino Flores pretendeu dar importância ao seu grupo, era necessário não conferir muito destaque a Cruz e Sousa – na revista *Terra*, por exemplo, deu-se espaço para muitos escritores catarinenses e não há nenhum texto de Cruz e Sousa publicado.

No entanto, alguns dos escritores dessa geração permaneceram em Florianópolis, como Araújo Figueredo e Santos Lostada. Sobre eles, Altino Flores destacou que não tiveram importância e não se preocuparam com os *novos*: “um, que, como Araújo Figueredo, devia estar à frente do nosso movimento intelectual e no entanto se recusou a prestar o seu valiosíssimo apoio à vida artística de Santa Catarina, - é Santos Lostada” (*O Dia*, 10/02/1916, p.1). Apesar de tudo, por vezes Araújo Figueredo figurou entre os nomes da “geração” de Altino Flores e expressou por ele grande admiração.

Em outros momentos, interessa acentuar mais a ruptura, de modo a criar a imagem de um presente instaurador no cenário da literatura catarinense: “a minha geração estreou cheia de esperanças e, mesmo, fazendo esplendorosas promessas dalgumas das quais fui o confiante herdeiro” (FLORES, 2006, p.191).

Essas citações são muitas vezes contraditórias, procuro aqui ressaltar a pluralidade e ambiguidade do pensamento de Altino Flores, uma vez que suas narrativas na constituição da história da literatura catarinense não foram necessariamente coerentes e lineares. Acredito que nem todas as idas e vindas foram necessariamente conscientes ou intencionais, porém o que pretende é a legitimação para a sua geração – embora esse próprio desejo seja por vezes abalado por retrospectivas negativas.

Nesses casos, Altino Flores demonstra pessimismo ao analisar os méritos de sua geração. Lamentava que poucos escritores deixaram

livros publicados – o que, para Altino Flores, seria uma exceção apenas em Othon d’Eça e Laércio Caldeira (FLORES, 2006, p.366). Iaponan Soares (2002) percebeu tal sentido e, ao formular uma “entrevista imaginária” a partir da coleta de textos de Altino Flores, colocou uma frase expressa em outros momentos pelo crítico que resume a questão:

ENTREVISTADOR: Você disse certa vez que nenhum literato da geração posterior a Cruz e Sousa se notabilizou em Santa Catarina. Esta geração é a sua. Agora pergunto: faltou, acaso, quem o merecesse?

Altino Flores: Não. Simplesmente faltou quem o quisesse. (SOARES, 2002, p.47).

Em grande medida, Altino Flores e seu grupo não conseguiram alcançar o reconhecimento desejado. Moacir Pereira salienta que “Santa Catarina tem muitos débitos a saldar com Altino Flores, hoje homenageado apenas no nome de uma escola estadual no município de Anitápolis” (PEREIRA, 2010, p.26). O livro *Altino Flores: fundador da ACI* é uma forma de recuperar a memória desse catarinense, lutar contra o esquecimento.

2.4 Altino Flores como um crítico generoso e justo

Altino Flores é, de certa forma, um “ilustre desconhecido” para as letras catarinenses. Theobaldo Costa Jamundá expressou este sentimento ao afirmar que “o intelectual da espécie de Altino Flores nunca é entendido no centro, embora seja a exata posição em que insiste em ficar” (JAMUNDÁ, In: PEREIRA, 2010, p.108). Lauro Junkes também mencionou o fato de que Altino Flores “ficou um pouco à margem literária no estado” (JUNKES, In: PEREIRA, 2010, p.82); contudo, considerou que fora o primeiro a se interessar pela literatura catarinense, “ele começou a estudar nossa literatura e a promovê-la” (idem, p.79). Essa noção de “promovê-la” me parece fundamental, porque lhe incomodava o “vazio” do espaço literário de Santa Catarina dentro da história da literatura brasileira. Altino Flores procurava preencher, estabelecer contornos, colocar (e tirar) nomes – no limite, criar o que deveria ser a “literatura catarinense”.

O tratamento de Altino Flores como um crítico justo foi reforçado pelos futuros integrantes da Academia Catarinense de Letras, os quais o

descreveram como “inteligente, culto, corajoso, íntegro, enérgico, mas generoso e justo” (UNGARETTI, In: PEREIRA, 2010, p.78). Poderia ser rigoroso, mas “o que destaca em primeiro plano é o amor à verdade, à clareza da língua e a sinceridade de propósitos, princípios que ele não dispensava como fundamentais na atividade intelectual” (SOARES, 2002, p.39). Ainda quando ressaltado seu papel de crítico agressivo, este é positivado:

Seu forte foi liquefazer no ridículo o contendor incauto. Quando polemizava, valia-se do escárnio. Escarnecia para ferir. O preço da sua verdade conservou-o distanciado, num respeito que uns falavam alto, dizendo que admiravam, porém, colocavam reticência cautelosa. (JAMUNDÁ, In: PEREIRA, 2010, p.122).

Porém, colocava-se que “tinha absoluta consciência dos limites da crítica, jamais enveredando pelos ínvios caminhos da ofensa pessoal. Afinal, à deriva permanecia o ataque à honra. Era, portanto, um cavalheiro limitado pelo círculo da ética” (PRADE, In: PEREIRA, 2010, p.130). Um dos argumentos em que se ancora a ideia de ser um crítico “justo” é o fato de ter travado polêmicas com seu próprio círculo de amigos e familiares.

O livro *Altino Flores: textos críticos* foi organizado por Lauro Junkes e publicado em 2006. Em entrevista de Moarcir Pereira com Lauro Junkes (PEREIRA, 2010), este narrou o porquê da decisão de editar o livro e acredito que sua resposta representa muito bem a imagem criada de Altino Flores principalmente por outros integrantes da ACL quanto ao seu papel de crítico:

Porque sempre considerei Altino Flores uma personalidade muito forte e a primeira pessoa no estado que se interessou vivamente pela literatura catarinense. [...] Nos estudos que venho realizando sobre a literatura catarinense, chamou-me a atenção que, no começo do século XX, ele já batalhava pela qualidade da literatura, comentava os livros que apareciam, sempre com espírito muito crítico. Nada passava pelo crivo dele. Era crítico, mas não destrutivo. A crítica era em busca de valores. Quando encontrava um texto mal escrito, não perdoava. Quando verificava um erro sobre referências históricas ou bibliográficas,

fazia comentários implacáveis. Era muito ácido. Mas sempre em busca da verdade. Não queria rebaixar os outros ou considerar-se melhor, mostrar conhecimentos. Estava sempre em busca da verdade. Em todos os sentidos: intelectual, literário, histórico, religioso. Agia sempre de acordo com suas convicções. (JUNKES, In: PEREIRA, 2010, p.79-80).

O depoimento de Lauro Junkes certamente agradaria a Altino Flores, pois colocou para ele justamente as características que mais apreciava na crítica literária. Lauro Junkes, como outros membros da ACL, iriam, portanto, reificar o papel e a importância de Altino Flores.

É, portanto, recorrente entre os escritores que pertencem ou pertenceram à Academia Catarinense de Letras conferir papel de proeminência a Altino Flores como crítico e porta-voz de sua geração. Nesse sentido, as ideias que Altino Flores contribuiu para construir em seu tempo recebem respaldo e se tornam consagradas. Também seu filho, Percival Callado Flores, na orelha do livro *Sondagens Literárias* (FLORES, 1973), apontou para o papel que entendia ser buscado pelo pai:

talvez conviesse acrescentar ter sido ele um dos componentes do 'grupo' que, na capital catarinense, procurou avivar, embora pelas simples colunas dos jornais, o gosto da Arte literária, depois da morte de Cruz e Sousa e a ausência de Virgílio Várzea. Por sinal, dentre os seus galhardos companheiros, foi o espírito mais combativo. É que, a seu ver, num meio onde escasseava o interesse por assuntos de Literatura, impunha-se suscitar debates e controvérsias em torno deles, sempre que se oferecesse ocasião, pois silêncio e imobilidade assinalam morte, enquanto que vida é agitação e luta. Uma vez admitido o pressuposto de que rara, raríssima é a obra literária que se não ressinta de quaisquer defeitos, - na ideação, na estrutura, na forma ou no estilo, - cabe ao crítico o dever de discerni-los e, sem desprimor, argui-los. (FLORES, 1973).

Seria então o “espírito mais combativo” dessa geração, empenhado em procurar garantir o que entendia como sendo de

qualidade para a literatura de Santa Catarina. Preocupava-se com o futuro do campo literário, colocando-se no papel de um dos “cérebros ilustrados”, que “pense, estude e saiba onde tem o nariz”, conforme escrevera no artigo da revista *Terra* apresentado no início deste capítulo. A crítica literária foi seu meio e a polêmica sua ferramenta para procurar estabelecer as diretrizes de tal literatura.

À semelhança de Sílvio Romero, o discurso polêmico perpassou a obra crítica de Altino Flores. Roberto Ventura (1991) procurou mostrar que as polêmicas de Romero eram “indissociáveis de sua crítica literária e filosófica, em que os ataques individuais se confundem com a pregação político-social”, sendo um “traço representativo de sua obra e época” (VENTURA, 1991, p.77). A polêmica era parte de um modelo universalista de intelectual e deixava de ter destaque à medida em que “desaparecia da cena histórica o bacharel combatente, com seu saber enciclopédico, substituído por escritores e intelectuais partidários ou especializados” (idem, p.167). O paradigma naturalista perdeu espaço para concepções específicas dentro de cada disciplina, o que se deu, segundo o autor, sobretudo a partir da década de 1930. Para Altino Flores, a escrita polêmica seria inseparável de sua atuação como crítico literário, presente ainda na publicação de *Goethe, os ‘novos’ e os ‘velhos’* em 1949, resultado da disputa travada no jornal *O Estado* com os membros do Grupo Sul – momento no qual o grupo de Altino Flores já seria tido como dos *velhos*.

Altino Flores tornou-se então praticamente o único crítico de seu período – um período alargado em 50 anos, de acordo com Mário Pereira (que, conforme já citado, o considerou o “mais ativo e combativo” crítico entre os anos de 1920 e 1970). Os outros, apagados por não possuírem atitudes tão combativas, ou esquecidos por não terem se consagrado na imortalidade da ACL, foram despojados de seus papéis. O historiador Felipe Matos (2014) analisa como o discurso de autolegitimação da “Geração da Academia” foi tão eficiente que foi aceito inclusive pelos membros do Grupo Sul, os quais tinham sérias rivalidades com Altino Flores. Assim

A visão de Salim Miguel sobre a vida literária catarinense da Primeira República, embora desqualifique a atuação dos acadêmicos, coaduna, em parte, com o discurso construído por Altino Flores sobre o mesmo contexto: a “Geração da Academia” foi a única expressão cultural de sua época. (MATOS, 2014, p.31).

Por fim, no livro *Sondagens literárias*, de 1973, o qual apontava erros e criticava as interpretações de Osvaldo de Melo (filho) em seu estudo *Introdução à História da Literatura Catarinense*, Altino Flores inicia assim seus apontamentos:

Sempre nos pareceu mais decente e construtivo pôr em público a nossa opinião acerca de uma obra literária, do que depreciá-la, à puridade, no decurso de eventuais palestras, muito embora esse menoscabar *quase nunca* se origine da prevenção pessoal contra o Autor, ou vise à gratuita demolição do seu trabalho. (FLORES, 1973, p.7, grifos meus).

Esse “quase nunca”, em tom confessional, inverte o sentido da frase, pois admite que, mesmo que “nem sempre”, suas críticas puderam sim ter origem em desavenças pessoais e visar à demolição do trabalho. Nem todas as críticas contundentes de Altino Flores discorriam acerca do trabalho literário de determinado sujeito apenas em termos linguísticos, estéticos, muitos se valiam de ofensas pessoais, de preconceitos raciais e quanto à origem social do escritor. Em muitos deles sua crítica não procurava ser “construtiva”, mas destrutiva, visando ao descrédito do escritor perante a opinião pública.

Procurei, portando, mostrar aqui, a partir de fragmentos de diferentes textos, como se deu essa construção da literatura catarinense por parte de Altino Flores. Foi ele quem sistematicamente procurou formular uma memória para o seu "grupo", ou sua "geração", e a crítica literária e a polêmica foram as armas que utilizou para construir deliberadamente os papéis, a autoridade, as rupturas e continuidades entre os diferentes escritores, todos categorizados. Mobilizou uma série de argumentos para diminuir a importância de Cruz e Sousa, Virgílio Várzea, Araújo Figueredo e outros dos *velhos*, com o objetivo de dizer que não existia literatura catarinense, e que sua geração irá criá-la, preencher um vazio. Com relação aos seus contemporâneos “menores” valeu-se de outras justificativas que os deslegitimassem. Contudo, procurei ressaltar também que a memória não é coerente, o papel dos grupos e quem participava deles poderia mudar conforme o tempo e a finalidade desejados por Altino.

Optou-se por construir sua memória como de um crítico justo, em busca da verdade, representante da ACL, e seu aspecto combativo é positivado. Para que a positivação possa prevalecer, silenciam-se os

escritos em que coloca fortemente o preconceito e as ofensas pessoais. Altino valeu-se de seu lugar privilegiado na vida olímpica e intelectual de Florianópolis para “liquefazer no ridículo” seus opositores, “definir atitudes”, e conseguiu, em grande medida, criar uma memória para a história da literatura catarinense.

CAPÍTULO III

O lugar da revista *Terra* na história da literatura catarinense

‘Terra’ aparecerá a quatro do mês vindouro, marcando o início do revigoramento mental catarinense.
(Jornal *Republica*, 21/01/1920, p.1)

A revista *Terra* recebeu destaque nos estudos sobre a literatura catarinense do período. Foi entendida como representativa do grupo que viria a se tornar a “Geração da Academia”, sendo colocada como importante para unir os intelectuais que integrariam a instituição. *Terra* seria então o coroamento de tal grupo, que ensaiava sua participação nas letras desde o início do século XX, com publicações na imprensa e a formação de grupos reunidos a partir do Ginásio Catarinense – como o Centro Catarinense de Estudantes, criado em 1909⁵². Esta concepção está de acordo com algumas das notícias a respeito da revista que foram publicadas em outros jornais da época, nos quais se ressaltava que “‘Terra’ marcará uma época nas letras catarinenses, de que ela é a súpula e o mais glorioso atestado” (*O Estado*, 10/03/1920).

Assim, a revista conquistou legitimidade dentro da história da literatura do Estado, reforçando o prestígio de alguns dos escritores ali presentes e a importância da Academia Catarinense de Letras. Corroborou-se então a construção proposta por Altino Flores, de modo a tornar “os intelectuais da ‘Geração da Academia’ as únicas expressões literárias dignas de nota de seu tempo” (MATOS, 2013, p.29).

⁵² O Centro Catarinense de Estudantes foi entendido por Felipe Matos como um dos primeiros espaços de sociabilidade da “Geração da Academia”.

O Centro Catarinense de Estudantes, mesmo de vida breve, foi um *locus* de sociabilidade que aproximou aqueles ginásianos que se reconheciam como grupo e compartilhavam do mesmo capital social, estreitando e produzindo laços relacionais que seriam levados por alguns de seus membros ao longo de suas trajetórias no campo cultural local, traçando o processo de constituição das redes de sociabilidade. Alguns membros do Centro já se conheciam antes da sua fundação, pelo convívio escolar e pelas demais sociabilidades da cidade. (MATOS, 2014, p.53).

Dentro dos estudos da literatura catarinense, Celestino Sachet foi o primeiro a se dedicar mais especificamente sobre a revista *Terra*, com seu livro *As transformações estético-literárias dos anos 20 em Santa Catarina* (1974). Este trabalho pretendia suprir o que chamou de “lacuna do estudo sobre a ‘Geração da Academia’” (SACHET, 1974, p.8). Esta geração seria desconhecida do público e da crítica por não ter publicado obras representativas, sendo sua produção esparsa e presente principalmente em periódicos locais, levando ao “desinteresse da crítica em mensurar a laboriosa e dura atividade intelectual do grupo de moços, dentro de outras coordenadas que não apenas o livro publicado” (idem, p.7). Apesar da pouca ou nula existência de estudos até o período de sua pesquisa, os anos de 1920 são entendidos por Sachet como de “Vanguarda Catarinense” e a revista *Terra* seria a porta-voz para seus desejos e lutas.

Este grupo, entendido então como uma “Vanguarda” (com maiúscula), teria como objetivo redimir o cenário literário local do marasmo em que se encontrava ou do atraso do romantismo. Para Sachet, os marcos iniciais de tal geração foram a publicação do *Anuario do Estado de Santa Catharina para 1917 e Cinza e Bruma*, de Othon d’Eça, em 1918 – “mais que um livro, um símbolo” (idem, p.34). Por fim, 1920 seria o ponto de amadurecimento dos literatos catarinenses, no qual

hã de encontrar-se nas escadarias do Palácio de Hercílio Luz a Imprensa, com o **Anuário de 1920** e com o livro **Pela Terra Catarinense** do jornalista Crispim Mira; a História, com o excelente livro **Pequena História Catarinense** de Lucas Alexandre Boiteux; a Arte e a Literatura, com os 21 números da revista **Terra** e a Sociedade Catarinense de Letras com seu elo entre os intelectuais da capital. (Idem, p.65).

Carlos Humberto Corrêa (1996 e 1997) e Marco Antonio Castelli (1982) seguiram a mesma concepção proposta por Sachet. Para o primeiro:

Nenhuma outra publicação refletiu tanto o pensamento dominante da intelectualidade catarinense de uma época, quanto esta revista em seus vinte e quatro números. A revista não chegou a transformar os ideais estéticos da sociedade,

como o fez, nos inícios da década de 50, a revista *Sul*⁵³, porém refletiu perfeitamente o gosto dominante. (CORRÊA, 1997, p.147).

Corrêa também analisa a publicação de *Terra* como crucial para o grupo, representando seu ápice. Assim, no livro *Lições de cultura e política: a Academia Catarinense de Letras, sua criação e relações com o poder*, há um capítulo dedicado à revista, nomeado “O amadurecimento cultural e a revista *Terra*” (CORRÊA, 1996). No ano seguinte, com seu *História da cultura catarinense*, a publicação também recebeu um capítulo específico, agora com o título “A revista *Terra* e a criação da Academia Catarinense de Letras”. Ou seja, também foi enfática a associação do periódico com a criação da instituição.

Já Marco Antonio Castelli (1982) dedicou sua dissertação ao estudo da revista em *A revista Terra: contribuição para o estudo da literatura em Santa Catarina*. Destacou a preocupação do periódico com a literatura catarinense, sua suposta ausência ou falta de qualidade, acentuando a importância de *Terra* para superar em parte este marasmo:

A verdade é que, desde 1900, *Terra* foi o acontecimento cultural mais importante, pelo menos em Florianópolis, seguindo-se a fundação da Sociedade Catarinense de Letras, composta, em sua maioria, pelos elementos do grupo, então preocupados com a estagnação cultural catarinense. (CASTELLI, 1982, p.166).

Acredito que *Terra* conquistou um lugar canônico dentro da história da literatura catarinense. Guardadas as devidas proporções, podemos fazer uma associação da revista *Terra* dentro do Estado de Santa Catarina com a posição que a revista *Orpheu* veio a conquistar em Portugal. No livro organizado por Carlos Felipe Moisés (2014) em homenagem ao centenário da publicação do periódico português, o autor ressaltou que “*Orpheu* está longe de ser um episódio datado. Sua importância não se deve apenas ao tumulto que seus dois únicos

⁵³ Sobre a memória instituída a respeito do Grupo Sul, de que seriam responsáveis por redimir o atraso nas letras do Estado de Santa Catarina, ver: MATOS, Felipe. *Armazém da Província: Vida Literária e Sociabilidades Intelectuais em Florianópolis na Primeira República*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

números provocaram, mas sobretudo aos seus desdobramentos” (MOISÉS, 2014, p.11). Tal conclusão já havia sido exposta no cinquentenário da revista por João Gaspar Simões, que afirmara: “o acontecimento revestiu-se de tal magnitude que nunca em Portugal se publicara uma revista de tão curta vida que mais longa vida viesse a dar à literatura e à arte nela representadas” (idem, p.215).

Dentro da história da literatura catarinense, a revista *Terra* encontrou também vida longa, sendo grande referência nos estudos que se dedicaram ao período da Primeira República ou à formação da Academia Catarinense de Letras.

Nos arquivos, a publicação também possui um lugar privilegiado, é possível encontrá-la nos acervos da Biblioteca Pública de Santa Catarina, no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, ainda na Academia Catarinense de Letras me deparei com algumas de suas páginas, além de estar digitalizada pelo Núcleo de Pesquisa em Informática, Literatura e Linguística⁵⁴. Neste, com exceção da revista *Terra*, os únicos periódicos digitalizados são *O Moleque* (1884-1885), que tinha Cruz e Sousa como um dos diretores; *Sul* (1948-1957), do grupo homônimo, também canônica na história da literatura catarinense; e *Litoral* (1958-1960), que tinha em seu quadro membros da ACL e do grupo *Sul*.

Uma das principais vias usadas para afirmar a importância da revista *Terra* foi sua associação com a Academia Catarinense de Letras. Dentre os 40 fundadores da ACL, 18 escreveram nas páginas da revista *Terra*, e todos os seus diretores e principais colaboradores estavam entre eles⁵⁵. Foi assim constante nos estudos sobre a revista sua relação com a criação da Academia, sendo entendida como sua “porta-voz”. Porém, esta argumentação me parece problemática. Procuro aqui expor as questões que giraram em torno desta associação.

⁵⁴ O NUPILL realiza a digitalização de arquivos relativos à literatura catarinense em seu projeto Portal Catarina, disponível em: <http://www.portalcatarina.ufsc.br/>.

⁵⁵ Há dois nomes, Joe Collaço e José Boiteux, que não assinaram nenhum texto na revista *Terra*, mas que o jornal *O Estado* afirmou compor seu quadro. Estes nomes foram considerados nesta contagem, principalmente porque Joe Collaço foi algumas vezes aludido na revista e José Boiteux devido à sua importância na articulação entre a política e a cultura.

3.1 A revista *Terra* e a Academia Catarinense de Letras

A associação entre a revista *Terra* e a ACL foi tão constante que pode ser verificada em qualquer menção à publicação. Castelli foi enfático ao afirmar: “sobretudo, há que se registrar que o grupo reunido em torno de Terra o responsável maior pela fundação da Academia Catarinense de Letras” (CASTELLI, 1982, p.3). Contudo, foram muitos os que escreveram nas páginas da revista, colaboradores de diversas origens e tendências literárias – há cerca de 20 nomes que assinam pelo menos duas vezes na publicação e muitos com apenas uma assinatura ou abreviação, cuja origem é difícil localizar. Deve-se ressaltar que a maioria dos textos presentes na publicação não era assinada, as autorias aparecem principalmente quando se trata de um texto literário, poema ou de críticas literárias, como nos três primeiros números, nos quais todos os textos eram assinados.

A seção “Artes e letras” foi considerada por Corrêa como “o carro chefe ideológico da publicação” (CORRÊA, 1997, p.148). Tinha Altino Flores como principal autor e foi dentro dela que se iniciou uma importante polêmica. A discussão é aludida constantemente dentro dos estudos da literatura catarinense e trata sobre a ideia de se fundar uma Academia de Letras. Altino Flores narrava a ocasião em que ele e Othon d’Eça, ainda estudantes do Ginásio Catarinense, tiveram a ideia de fundar uma Academia. A ideia circulou em 1910 no jornal literário *Argo*, que tinha Altino Flores como um dos redatores e se definia como um “órgão literário, humorístico e científico”. Os dois primeiros números do *Argo* estão disponíveis no acervo da hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina. No primeiro número, Altino Flores aparece como um dos redatores, junto com José d’Acampora; na edição seguinte, permanece apenas o segundo.

A matéria intitulada “Uma Academia (ideia de O. G. E. [Othon Gama d’Eça])” foi assinada por Altino Flores. Escreveu que, “numa seleta roda de amigos amantes das letras, O. G. E. emitiu uma ideia colossal e disforme porque até hoje nenhum dos nossos companheiros a publicou: a fundação de uma ‘Juventutis Academia’ (academia da mocidade)” (*Argo*, 20/02/1910, p.2). Seguia contando as vantagens da empreitada para a “regeneração daquela parte da mocidade” e os possíveis critérios para que se pudesse integrá-la.

Na revista *Terra*, Altino Flores afirmou que logo ao findar a publicação de *Argo* o projeto foi abandonado.

Em 1920, era o jornal *A Semana* que voltava a expor tal desejo. A matéria divulgada em *A Semana*⁵⁶ afirmava que Santa Catarina era o único Estado a não possuir um “ateneu literário”, valorizava os escritores locais e sugeria vários nomes para compor a instituição:

Bem seria que Santa Catarina, a semelhança dos outros Estados, tivesse também a sua academia de letras.

Ao nosso ver, é este Estado o único que ainda não possui o seu ateneu literário.

-Por quê?

-Descuido talvez, é essa a única resposta que achamos para o caso.

Elementos nós temos no nosso Estado. Precisamos no entanto é de iniciativa. [...]

Temos aqui espíritos apreciáveis e finos talentos.

Temos aqui gente da velha e da nova geração literária brasileira.

Da velha geração, podemos com prazer citar entre outros nomes, para membros da academia, os seguintes:

Oscar Rosas, [...] Vieira da Rosa, Lucas Boiteux,, Virgilio Varzea, José Arthur Boitex, Crispim Mira, Oscar Ramos e outros.

Da nova geração: Edmundo Luz Pinto, Altino Flôres (sic), Adolpho Konder, Nereu Ramos, Othon Gama d’Eça, Alfredo Luz, Jõe Collaço, Diniz Junior, João de Oliveira, Hollanda Cavalcante, Abelardo Luz, Haroldo Callado, João Crespo, Heitor Luz, Henrique Fontes, Laercio Caldeira, Ivo de Aquino, Arthur Galetti, Barreiros Filho [cortado na digitalização]

Bem seria, que essa ideia fosse aproveitada. A intelectualidade precisa da sua casa, do seu panteão.

Aqui fica a nossa ideia, ao sabor dos cultores da arte, do ritmo e da palavra.

Santa Catarina precisa ter a sua representação intelectual. (*A Semana*, n.5, 08/07/1920, p.3).

⁵⁶ *A Semana* não indicava em seu expediente os nomes dos diretores ou colaboradores fixos. Indicava-se apenas ser “Propriedade de uma associação”. Está disponível para consulta na hemeroteca da BPSA apenas nos números 3, 4, 5 e 7, publicados entre junho e julho de 1920.

Muitos dos nomes aqui colocados iriam de fato compor a futura ACL e circularam também nas páginas da revista *Terra*. Em alguns estudos, o jornal *A Semana* é considerado como representante dos *novíssimos*, com a presença de escritores como Ildéfoso Juvenal e Nicolau Nagib Nahas – e é entendido como uma publicação que faz oposição à revista *Terra*. Felipe Matos (2014) apontou que estas publicações teriam disputado um mesmo mercado, com leitores e publicitários divididos, o que poderia ter suscitado o fim de ambas (MATOS, 2014, p.147). Contudo, ainda que representasse os escritores *novíssimos*, incluía os *novos* de Altino Flores entre os literatos que poderiam compor uma academia local.

Há nesta publicação ainda outra matéria que cabe ser mencionada, por complexificar ou relativizar o grupo dos escritores tidos como *novíssimos*. Intitulava-se “Cuspídura da ingratidão” e tratava-se de uma forte queixa ao escritor João Melchiades. A matéria afirmava que o diretor de *A Semana* era Aurino Soares – apesar de não especificado no expediente da publicação –, que fora também fundador da *Revista Ilustrada*. No entanto, no momento em questão já não se encontrava mais no quadro deste periódico:

Quando a ‘Revista’ estava com os seus alicerces bem solidificados no conceito público, a convite de seu organizador, entrou para a redação da mesma o Sr. João Melchiades, cognominado ‘Jangainha’, que naquele tempo não era ninguém, pois andava publicando artigos na ‘seção livre’ dos jornais da terra.

Obrigado a mudar de residência para o Rio Grande do Sul, em companhia de sua família, Aurino Soares passou a este a Redação da ‘Revista’ [...]

Meses depois Sr. Aurino Soares voltava do Rio Grande e, em conversa, perguntou-lhe se o admitia novamente à frente da ‘Revista’, tendo o mesmo respondido negativamente. Em vista dessa resolução, Aurino Soares, auxiliado por distintos conterrâneos, organizou A SEMANA. Despeitado, o pequenino diretor da ‘Revista’ andou batendo com a ponta da língua no céu da boca, falando mal daquele a quem a Gratidão lhe ordenava que não injuriasse. (*A Semana*, n.4, 01/07/1920, p.3).

Assim, os *novíssimos* tampouco se tratavam de um grupo determinado e possuíam também conflitos entre eles. O periódico *A Semana* procurou dar visibilidade a alguns deles sem, contudo, desmerecer literatos como Altino Flores e Othon d’Eça, que, de acordo com a matéria ali publicada, deveriam compor uma academia literária em Santa Catarina.

Já Altino Flores respondeu à ideia da formação de uma academia proposta por *A Semana* em artigo publicado na revista *Terra*, reprovando a ideia. Para o autor, não haveria número de literatos suficientes para ocupar os 40 lugares – e uma academia com 15 membros “era uma vergonha, um opróbio para a ‘terra de Cruz e Sousa, Luis Delfino e tantos outros’ – como reza o discurso bairrista”. Também não se poderia contar com os escritores tidos como “velhos”, pois “eles não sabiam nada do que se passava no terreno da Arte Nova”. Concluía então que “a dificuldade não está na quantidade de sócios, mas sim na qualidade [...] A meu ver, seria contrassenso fundar uma Academia com literatos que não escreveram ainda nenhuma obra e outros que já escreveram abundantes, mas péssimas” (revista *Terra*, n.17, 24/10/1920, p.4-5). Demonstrava assim depreciar grande parte do material literário produzido no Estado – para ele, só havia aqui oito ou dez “homens de letras”, “o resto é uma ciganaria literária de quinta classe” (idem).

Nesta mesma edição da revista *Terra*, Othon d’Eça acentuava o posicionamento de Altino Flores afirmando que:

nós atravessamos uma época de extrema penúria poética. [...]

Atualmente, em rimas, Santa Catarina faz doer o coração mais duro.

Apenas Araujo Figueredo e João Crespo vibram, de quando em quando, a grande lira de Apolo, dando-nos esses versos que nos toam n’alma como um consolo e uma remissão.

Mas, Araujo e Crespo são apenas *dois* poetas e, numa população de mais de quatrocentos mil crâneos, que sorte terão *duas únicas* liras a vibrar? (Idem, p.7).

Este texto não está assinado, no entanto, em função da grande repercussão que gerou nos jornais da época, Othon d’Eça acabou por se identificar. Além destes dois poetas citados, o restante das poesias aqui publicadas seria “um amontoado de chatices ignobilmente rimadas”.

Araujo Figueredo pertencera ao grupo Ideia Nova junto com Cruz e Sousa, Virgílio Várzea, Santos Lostada e outros. Conforme colocado no capítulo anterior, Araujo Figueredo era por vezes considerado um dos *velhos* e por vezes como parte da “Geração da Academia” – instituição que viria a ocupar como fundador⁵⁷. Foi colaborador da revista *Terra*, assinando um poema em cada um dos três primeiros números. Após a mudança de formato, não apareceu mais a sua assinatura, porém teve seu nome aludido em duas ocasiões: neste texto de Othon d’Eça e por Altino Flores elogiando-o por pretender lançar um livro com poemas inéditos de Cruz e Sousa. Quanto a João Crespo, assinou cinco poemas na revista *Terra* (nos números 2, 3, 10, 16 e 20) e também foi membro fundador da ACL. Castelli o considerou “o mais definido poeta parnasiano” (CASTELLI, 1982, p.39) de sua geração. Cabe ainda mencionar que era tio de Othon d’Eça.

A resposta ao artigo de Othon d’Eça da revista *Terra* se deu pelo jornal *A Semana*⁵⁸, assinado sob pseudônimo – Carlos Humberto Corrêa (1997) afirma ser esta de autoria de Ildefonso Juvenal. Interessa aqui transcrever também alguns trechos desta resposta:

A citação de Araújo Figueredo como poeta de merecimento, encheu-nos também da mais justa admiração, pois, somente de certo tempo para cá é que seu nome tem sido lembrado pelos sabidos da terra! No bom tempo em que aquele que supomos o autor do artigo, nas suas fagueiras ilusões de moço, idealizava organizar uma Academia Catarinense de Letras nesta Capital, excluindo os ‘velhos’, por certo não teria a suprema ventura de penetrar nos umbrais de tão sonhado ‘Palácio Encantado’, por não possuir a mágica ‘varinha de condão da Arte Nova!’

Santa Catarina, como todos sabem, possui, além de Araújo Figueredo e João Crespo, muitos outros poetas de valor, entre os quais podemos citar Octaviano Ramos, que é, sem favor, um dos

⁵⁷ Araújo Figueredo foi, de acordo com Lauro Junkes, “chamado no seu tempo de ‘príncipe dos poetas catarinenses’, de ‘São Francisco de Assis da poesia catarinense’” (FIGUEREDO, 2009, p.189). Lauro Junkes publicou em 2009 um extenso volume reunindo suas poesias até então encontradas apenas em periódicos e pequenas publicações.

⁵⁸ Esta edição do periódico *A Semana* não se encontra disponível na hemeroteca da BPSC e não pôde ser localizada nos acervos pesquisados.

nossos cultores da arte que imortalizou Cruz e Sousa; Delminda Silveira não fica aquém com seus lindos versos [...]; Arnaldo Santiago que tem estrofes admiráveis [...]; Caetano Costa, etc, etc... [...] E quem pode negar o merecimento de Trajano Margarida, como poeta, apesar de seu pouco cultivo? [...] Por acaso os poetas são feitos a martelo, ou a poesia, como a oratória, é um dom que se traz do berço, havendo necessidade unicamente de aprimorá-lo pelo estudo? [...] Sejamos mais amigos de nossa terra e, sobretudo, amigos da verdade e da justiça. (A *Semana*, 29/10/1920, Op. Cit in: BERTOLINO, 1963, p.60).

Continuando a polêmica em torno dos escritores “de merecimento” da cidade, foi pelas páginas do jornal *O Estado* que Othon d’Eça rebateu novamente. Concordava com os nomes de Delminda Silveira e Octaviano Ramos, mas não se manifestou quanto aos outros. A discussão se estendeu por mais alguns números nos dois jornais, sendo Othon d’Eça rebatido por Amphiloquio Gonçalves. Na edição de número 20 da revista *Terra*, foram publicadas algumas das respostas de Othon d’Eça. Neste número há dois artigos dedicados a tal discussão. O primeiro, não assinado, tem o título “De palanque”. Nele defendia-se o posicionamento inicial de Othon d’Eça ao eleger apenas dois poetas para a cidade: “Othon d’Eça, pelas colunas desta revista [...] esboçou mui de corrida uma opinião inteiramente pessoal e ligeira, - sobre a poesia em Santa Catarina” (*Terra*, n.20, 14/11/1920, p.11). Passava então a rebater as acusações feitas por Amphiloquio Gonçalves, (já que, de acordo com o texto, este o acusara de “ignorante em matéria de varnaculismo”) e apontava-se para os erros que Amphiloquio cometera com críticas severas.

Pouco depois, ainda em 1920, foi fundada a Sociedade Catarinense de Letras, que mais tarde (1924) receberia a nomeação de Academia. A iniciativa partiu de José Boiteux, convocando 21 nomes para o primeiro encontro, dentre eles 11 se fizeram presentes em *Terra*. A notícia a respeito da criação da Sociedade circulou pelos jornais do período, como no jornal *Republica* (já citado no primeiro capítulo), que listava os nomes de todos os convocados. Contudo, na revista *Terra* não houve qualquer menção ao fato. Acredito que considerar a revista *Terra* como responsável única e direta pela formação da Academia é, portanto, excessivo.

Castelli (1982) afirmou esta relação inúmeras vezes; para ele, os componentes da *Terra* estavam “diretamente vinculados à criação da Sociedade Catarinense de Letras” (CASTELLI, 1982, p.22), mas o autor parece relativizar um pouco a questão logo a seguir, afirmando que

O fato de terem à sua disposição um órgão de imprensa, através do qual apregoam suas ideias, não quer dizer que esse órgão seja o porta-voz da Sociedade Catarinense de Letras, mais tarde Academia, [...] pois curiosamente, *Terra* não é usada sequer para uma nota a respeito do evento dos mais importantes da literatura local. (Idem, p.23).

Também Corrêa tratou o surgimento da Sociedade como consequência direta da revista: “*Terra* deu oportunidade aos intelectuais de várias tendências e com atividades diferentes, proporcionando o surgimento da Sociedade Catarinense de Letras naquele ano de 1920” (CORRÊA, 1997, p.149). Ainda Felipe Matos, em sua monografia, apontou a revista como a “publicação da Academia Catarinense de Letras” (MATOS, 2005, p.56), que, em rigor, ainda nem existia.

Apesar do periódico ter contribuído para reacender o debate sobre a criação de uma instituição oficial, os depoimentos de Altino Flores e Othon d’Eça foram contundentes ao afirmar sua impossibilidade. E então, a criação da Sociedade, um acontecimento importante para as letras locais do período, não teve espaço nas páginas da revista. A vinculação com a Sociedade ou Academia serve principalmente para aumentar a legitimidade de tal publicação, porém é reducionista tanto ao se pensar na criação de *Terra* com uma finalidade específica, quanto ao se pensar na instituição como tendo sido gestada por um único periódico – deixando tantos outros de lado e excluindo diferentes formas de sociabilidade.

Reducionista é também colocar a revista *Terra* e a Sociedade/Academia como compostas por um grupo homogêneo dos *novos*, como o fez Sachet (1974): “os ‘novos’ surgem com um porta-voz que seria só deles: a revista **Terra**; e se organizam numa instituição, que haveria de ser só para eles: a ‘Sociedade Catarinense de Letras’” (SACHET, 1974, p.66). A publicação e a instituição aparecem para Sachet então como projetos bem definidos e demarcados, não permitindo ver as nuances e contradições de um conjunto vasto de intelectuais.

As revistas são entendidas aqui como importantes espaços de sociabilidade e responsáveis por congregar intelectuais e projetos. Para Jean-François Sirinelli (In: RÉMOND, 2003), os jornais e revistas são espaços de agregação e instituem redes sociais específicas, com forças de adesão e exclusão. É pertinente, portanto, considerar a revista *Terra* como importante para agregar alguns dos literatos que fariam parte da Sociedade e Academia Catarinense de Letras, porém os nomes de muitos destes sujeitos já se encontravam juntos em outras publicações, como *Argo* (1910), *O Olho*, *A Phênix* (1916) e *Oasis* (1918).

Dentro da revista pode-se perceber ainda a relação estabelecida nas redes de parentesco e convívio social. Altino Flores e Othon d'Eça nasceram no mesmo ano (1892), tendo, inclusive, cursado o Ginásio Catarinense juntos, como já comentado. Ivo d'Aquino era quatro anos mais jovem e era marido da prima de Othon. O estudo de Paschoal Pítsica (1997) comenta a este respeito que: “Othon, criado entre os primos, [sua mãe faleceu quando tinha dois anos, e o autor não comenta a respeito de seu pai] tinha Irene como irmã. Este carinho por Irene era estendido ao seu marido, Ivo D'Aquino” (PÍTICA, 1997, p.192). Ivo d'Aquino foi presidente da ACL e quando foi para o Rio de Janeiro cumprir mandato no Congresso Nacional, em 1945, passou a presidência da Academia Catarinense de Letras a Othon d'Eça, que permaneceu no cargo por vinte anos. Já Barreiros Filho, um dos nomes mais presentes na revista *Terra*, era cunhado de Altino Flores e apenas um ano mais velho que este. Os dois foram professores da Escola Normal na mesma época, da qual ambos foram diretores, e, além disso, trabalharam por longo período no jornal *O Estado*.

Assim, percebemos um pouco melhor como eram estreitas as relações entre os diretores da revista *Terra* e alguns de seus colaboradores, uma vez que “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, In: RÉMOND 2003, p.249), sendo, portanto, “um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais” (idem). Os diretores e muitos colaboradores contavam com pouco menos de 30 anos e a revista *Terra* foi um dos espaços que possibilitavam sua visibilidade e consagração.

As revistas são importantes para se compreender algumas das estruturas de sociabilidade, mas, como como acentuou Jacqueline Pluet-Despatin (1992), o mundo das revistas é uniforme e cada uma delas é um “meio”, ou apresenta a forma de um “tecido humano” que tem suas estruturas, seu modo de funcionamento. Para a autora, o traço característico de uma revista reside no fato de que ela é o ponto de

encontro de itinerários individuais em uma crença comum, tendo também a vocação de recrutar novos sujeitos – o termo agrupamento deve aqui ser entendido como ação de reunir, e não como um grupo fechado, evoca assim a ideia de movimento e mudança. A revista possui forte caráter de criação coletiva, de troca intelectual e funciona ou tende a funcionar como uma instância normativa, ela se torna um lugar de poder e suscita a concorrência (PLUET-DESPATIN, 1992).

A dinâmica da criação de tantas publicações na imprensa de Florianópolis durante o período deve levar em conta esta faceta, pois, para além das dificuldades de manter sua periodicidade e pagar as despesas, o grande número de revistas está relacionado a formas de congregações de intelectuais. Como veremos adiante, as publicações procuravam se opor ou apoiar, de certa forma respondendo umas às outras.

Porém, de acordo com a mesma autora, embora um projeto coletivo, a revista incorpora menos um grupo do que uma pessoa, que lhe dá seu impulso principal. Nos estudos que se referiram à revista *Terra*, a referência a Altino Flores como principal articulador foi constante.

Para Corrêa, a publicação era “a união de professores e intelectuais liderados por Altino Flores” (CORRÊA, 1997, p.147). Em seu estudo sobre o Centro Catarinense de Letras, Corrêa aponta também para o papel que Altino Flores exercera no período, pois este espaço era também integrado “por alguns membros da Academia Catarinense de Letras, descontentes com o rumo que ela tomava, principalmente sob a regência obscura de Altino Flores” (CORRÊA, 1997, p.164). Castelli, ao falar sobre Altino Flores, foi ainda mais enfático: “sua participação em Terra faz-se de tal forma marcante que nos leva a pensar ser ele o único dono da revista e responsável por ela, coisa que ele próprio deixa evidente na Santelmo, um ano depois, ao escrever a frase ‘minha revista Terra’” (CASTELLI, 1982, p.24-25). Seria, em sua perspectiva, o “crítico e mentor de Terra” (idem, p.168).

A atuação de Altino Flores, com seu forte caráter combativo e polêmico, pode ter contribuído para que a revista *Terra* fosse, de certa forma, mais restrita do que a ACL. Amphilóquio Gonçalves, por exemplo, fez parte daquela instituição, mas foi duramente atacado pela publicação.

A formação de uma Academia de Letras seria um lugar de projeção e consagração muito maior do que a publicação de uma revista – era “a glória que fica, eleva, honra e consola”, conforme a famosa frase de Machado de Assis que serve como lema da Academia Brasileira

de Letras. Assim, Castelli, cujo estudo é bastante centrado no desejo de reconhecimento daqueles escritores, afirmou que “a Academia é, decididamente, a meta que une o grupo e não propriamente a revista” (CASTELLI, 1982, p.24). Conforme já colocado, acredito que esta concepção seja reducionista, porém não inviabiliza o desejo de institucionalização por parte de tais intelectuais.

Theobaldo Costa Jamundá, membro sucessor da ACL, conta sobre quando perguntou a Altino Flores se teria sido contra a fundação da instituição. De acordo com Jamundá, a resposta de Altino Flores foi a seguinte:

“...sendo a academia imaginada do modelo francês, a sua fundação era simples e fácil, o seu funcionamento ficava na dependência da existência do preenchimento de quarenta cadeiras”. Aí, calou-se. Preferiu olhar-mo com ar de riso dentro dos olhos.

Voltando da reticência, continuou: “aceitei ser um dos seus fundadores, com José Boiteux, Henrique Fontes, Othon d’Eça, Clementino Brito, Barreiros Filho...” [...] E os outros convocados por José Boiteux. A minha decisão esteve e ainda está relacionada com o alto valor que dou às academias de letras. O meu problema sempre foi com a suficiência intelectual de pessoa para ser acadêmico”. E concluiu: “já antes de 1920, como hoje em 1971, valorizei as academias e duvidei de capacidades intelectuais de acadêmicos”. (JAMUNDÁ, in: PEREIRA, 2010, p.108-109).

Para Altino Flores, nem todos os membros da ACL deveriam constar na instituição. Porém, sua presença era um “mal necessário” para a formação da Academia, possibilitando que aqueles considerados de maior valor se consagassem.

De acordo com Felipe Matos (2013), “os laços que uniam os acadêmicos eram menos literários e mais sociais, por vezes clientelistas” (MATOS, 2013, p.72). A Academia servia principalmente como uma instância de consagração e de reconhecimento entre os pares, por isso a preocupação de Altino Flores com relação aos nomes que a integrariam. Temos que ressaltar que Santa Catarina não era diferente do restante do Brasil durante a Primeira República – como expresso na famosa sentença de Afrânio Coutinho, afirmando importar mais a vida literária do que a literatura. Os intelectuais se interessavam pelos saraus

literários, pelos sodalícios, pelas rodas literárias em livrarias e cafés, pela vida boêmia, pelas polêmicas, pelas redações de jornais e revistas, etc.

A criação da Sociedade/Academia também esteve relacionada ao desejo de projeção daqueles intelectuais para fora do Estado. Assim, a Sociedade Catarinense de Letras foi, para Sachet, “a instituição que os jovens vanguardeiros querem-na capaz de, tirando-os da pequenez de uma Província, levá-los para longe, tanto no tempo quanto no espaço” (SACHET, 1974, p.8).

3.2 Entre o regional, o nacional e o universal

Faz-se necessário, então, retomar a questão do reconhecimento de uma literatura catarinense, conforme já analisada a partir da criação de Cesário Braz. O próprio nome da revista, *Terra*, denotava tal preocupação. O texto que serve de apresentação à revista, presente nas primeiras páginas, com assinatura de Altino Flores e o título de “Intróito”, parece indicar os caminhos que a publicação pretendia trilhar. Para tanto, era feito um balanço da literatura brasileira contemporânea, na qual prevaleceria uma larga onda de imitação, com ausência de originalidade. Indicava-se a saída: o cosmopolitismo – o “grande ideal de Goethe” da literatura universal. Ou seja, seriam necessárias as sugestões e orientações vindas do estrangeiro, absorver as “produções literárias de países mais avançados e mais cultos” (*Terra*, n.1, março/1920, p.3). Conclui-se que por essas razões “TERRA não quer restringir o seu âmbito artístico às fronteiras do nosso Estado. O homem atual deve estender o olhar por horizontes mais dilatados. Delimitar terreno de ação para o espírito é agrilhoá-lo. O pensamento só é fecundo quando é livre” (idem).

O nome da publicação parece, assim, vir ao encontro da ideia expressada nesse primeiro texto. A revista se pretende universal, tanto em termos de não restringir o espírito e o pensamento de seus escritores, como no sentido de não se circunscrever a uma determinada região geográfica, Florianópolis, ou Santa Catarina, ou quem sabe até mesmo ao país.

Apesar das primeiras páginas terem apresentado tal direcionamento, muitos foram os textos de caráter regionalista ali presentes. Mesmo neste primeiro número, havia o conto “O Tropeiro” de Crispim Mira, que tratava de personagens regionais e de uma “cena típica” vivida por eles. Também estava presente a narrativa “O Itajaí” de

Alberto Barbosa, que tinha como tema o rio e seus pescadores. Na edição do mês seguinte, o próprio Altino Flores, autor das palavras de introdução da revista, assinou o texto literário “Casamentos cá da terra”, no qual descrevia a natureza, os tipos humanos, o casamento e a pobreza da cidade de Florianópolis. Marco Antônio Castelli (1982), a propósito desta postura do editor, afirmou que: “Santa Catarina, ou a ilha propriamente dita, traz à revista um discreto caráter regionalista, tal a constância do tema a despeito da posição contrária de Altino Flores, ele próprio regionalizando em ‘Casamentos cá da terra’” (CASTELLI, 1982, p.42).

Em sua pesquisa, Castelli identificou cinco escritos como crônica ou conto regional, de um total de 30 textos, sendo os autores: Alberto Barbosa, Altino Flores, Crispim Mira e Tito Carvalho. Além destes, Barreiros Filho, que assinava uma coluna intitulada “Sociais”, deixou uma série de pequenas crônicas com o título genérico “Os dias”, “cuja tônica é a superficialidade regionalista, mas o assunto gira em torno da filosofia (sic) do homem comum, a partir do diálogo entre o autor e um pescador, num dos trapiches da cidade” (idem, p.71)

Depois do sétimo número, a revista assumiria seu caráter regional no próprio nome: *Terra – Revista Semanal Catharinense*. Lucas Boiteux assinaria a coluna intitulada “História Catarinense”, iniciada na quinta edição da revista e que se manteve com certa regularidade até seus números finais. Logo, porém, acrescentou-se outra seção de nome “Síntese histórica da Independência”, de forma a demonstrar a intenção de não se circunscrever apenas ao âmbito estadual, à “pequena pátria catarinense”, mas integrar-se também à “grande pátria” brasileira⁵⁹. Esta tensão entre o nacional e o regional é, assim, inerente à revista, desde o seu nome até as matérias publicadas. O que mais uma vez estava em sintonia com o restante do país – durante a Primeira República, os intelectuais debatiam temas como regional/nacional, civilismo/militarismo, rural/urbano, tradição/modernidade, etc.

Para além da literatura, outro espaço que apareceu no período como possibilidade de visibilidade nacional foi o teatro. Em seus estudos sobre o período, Vera Collaço (2007) apontou a repercussão das primeiras tentativas do gênero de teatro de revista. Florianópolis recebia diferentes companhias teatrais de outras regiões – principalmente de São Paulo, mas também do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro –, mas durante a década de 1920 se iniciou aqui também a produção de peças.

⁵⁹ A noção de “pequena pátria catarinense” se refere à tese da autora Janice Gonçalves (GONÇALVES, 2006).

O teatro de revista teve destaque no país no início do século XX, apesar de já existir no século anterior. A partir de um viés crítico e cômico, realizava uma “re-visão” (por isso o nome “revista”) dos acontecimentos locais, apresentando críticas sociais e políticas. Celestino Sachet (1974) também fez referência às iniciativas teatrais dos escritores:

Vendo e aplaudindo as inúmeras companhias nacionais e estrangeiras que, habitualmente, aportavam à Capital, o Grupo da Academia passará a escrever teatro. E a encenar um belo número de peças tendo por base a vida e os costumes das gentes da Ilha de Santa Catarina (SACHET, 1974, p.135).

Assim, em 1920, Clementino de Brito, escreveu e apresentou *Casa de Brinquedos* e *Jardim Maravilhoso*, ambos voltados para o público infantil. De acordo com Vera Collaço, as peças “fizeram grande sucesso não somente em Florianópolis, mas também nas cidades vizinhas” (COLLAÇO, 2007 p.15). O alcance dos espetáculos teria então motivado outros escritores a seguir o caminho, como Mâncio da Costa com o teatro de revista “Seu Jéca qué Casá”, que teria também alcançado uma boa repercussão. Vera Collaço apontou então para uma matéria publicada no jornal *O Estado* por Gustavo Neves, em 19/09/1921:

“Em Florianópolis, a literatura não foi além das colunas de jornais e revistas. Contos, poesia, artigo de crítica, etc, tudo tinha a duração de um dia, - e lá se ia, no meio de duros artigos sobre isso e aquilo, de que a maioria do povo não quer saber. Tem livro? Coisa muito rara. [...] Sabe-se a causa disso: a dificuldade de edição. Eis porque se dá o aborto da quase totalidade dos livros catarinenses. [...] Isso quer dizer: ninguém, lá fora, sabe o que é a literatura catarinense. [...] Nestas circunstâncias, o nosso Teatro será de enorme utilidade; ao menos os viajantes que por aqui passarem dirão lá fora o que nos está faltando é só uma casa editora; porque capacidade para produzir nós a temos” (Gustavo Neves, *O Estado*, 19/09/1921. Apud: COLLAÇO, 2007 p.16).

O teatro passou a ser visto, por um momento, como um espaço de possível visibilidade para as produções de escritores catarinenses. No entanto, Vera Collaço se refere às elites locais de modo bastante amplo e abstrato, considerando a “jovem intelectualidade” como escritores pertencentes à ACL ou ao Centro Catarinense de Letras, sendo que, como veremos adiante, muitos dos que integraram esta segunda instituição eram oriundos de camadas mais pobres da população, os chamados *novíssimos* de Altino Flores. Outro problema nas análises de Collaço foi concordar com a afirmação genérica de Gustavo Neves em relação às “casas editoras”, considerando a ausência delas no período dentro da cidade. Tal afirmação não pode ser sustentada depois dos trabalhos de Felipe Matos (2005, 2008 e 2013), ao analisar a circulação e os espaços da cultura letrada em Florianópolis.

Clementino Brito integrou como fundador a ACL, o mesmo não foi o caso de Mâncio Costa. Na revista *Terra*, ao contrário, Clementino Brito não figurou como um dos redatores e Mâncio Costa apareceu apenas na relação apresentada pelo jornal *O Estado* que nomeava os colaboradores da revista, apesar de não ter sido encontrada a sua assinatura nas publicações. Este exemplo mostra novamente como as escolhas da revista *Terra* e da ACL não eram necessariamente coincidentes, de modo que é incorreto afirmar que o “grupo” que se reuniu em torno do periódico viria a fundar a instituição. O próprio José Boiteux, que convocou a primeira reunião para a Sociedade Catarinense de Letras e foi seu presidente, apesar de ter seu nome listado entre os redatores de *Terra*, à semelhança de Mâncio Costa, não assinou nenhuma publicação.

Os teatros de revista, que se dedicavam a mostrar a vida e os costumes da população, não eram do agrado de Altino Flores. Conforme apontou Sachet (1974), Altino Flores empreendeu forte campanha contra o regionalismo, sendo inclusive motivo para polêmicas com alguns de seus colegas, como Tito Carvalho, já aludido no capítulo anterior.

Para além do regionalismo, o teatro de revista foi duramente atacado em *Terra*, como na coluna de nome “Teatro”. Neste espaço e em várias outras reportagens, há a preocupação em condenar a empresa “Cancellá” de teatro de revista.

O teatro de revista serve como exemplo para a atitude moralizadora presente em *Terra*, que em suas páginas procurava discernir atitudes que deviam ou não ser tomadas pela população. O gênero do teatro de revista aparece como um espetáculo libidinoso, imoral e severamente condenado. O tom malicioso e sensual

característico em muitas dessas produções era o que mais desagradava alguns segmentos da sociedade, como no caso dos integrantes da revista *Terra*, para os quais, “por desgraça, ainda estamos aferrados às delícias grosseiras das revistas teatrais” (*Terra*, n.8, 22/08/1920, p.7). Há comentários e críticas acerca de determinadas companhias que passavam pela cidade – ao que parece os teatros de revista contavam com bastante aceitação, desagradando imensamente os redatores da revista *Terra*. Assim, publicou-se em uma coluna dedicada ao teatro o seguinte comentário:

Depois da temporada *Cancellia*, que, com suas peças duma crueza bestial, maculou o bom-nome da nossa plateia, temos, felizmente, uma companhia dramática, se não excelente, ao menos satisfatória. [...] A empresa Moura & Cia. penitenciou-se da série de sarrabulhos da última trupe, contratando a companhia que ora nos visita. Todos os nossos aplausos! E com esse seu gesto os srs. Moura & Cia. desmentem o boato que de boca em boca andava, de que preferiam só revistas porque estas lhes davam mais resultado. (*Terra*, n.18, 31/10/1920, p.12).

Parece que, contrariando a vontade de nossos redatores, em geral o teatro de revista contava com mais público do que outros grupos teatrais. Houve uma ocasião em que o jornal *O Estado* se defendeu de uma acusação feita pelo periódico *A Época* de que a revista *Terra* teria sido o único órgão da imprensa da capital que chamara atenção para a imoralidade dos espetáculos, cumprindo, portanto, com seu dever. Este fato, de acordo com *O Estado*, não seria inteira verdade, pois seu jornal “não raras vezes profligou com energia as faladas imoralidades de certas revistas” (*O Estado*, 18/10/1920, p.6).

Tal acontecimento demonstra a necessidade que os órgãos de imprensa sentiam em combater este tipo de espetáculo, como parte de sua função moralizadora. Imbuídos desta ideologia, talvez a revista *Terra* fosse a publicação que mais fortemente atacava estes grupos teatrais, já que o jornal *O Estado* afirma ser uma injustiça acusar de imoralidade todas as peças daquele gênero – acusação esta que a revista não se poupou de fazer.

As próprias revistas e jornais se controlavam, apontando o que uma publicação deixava de fazer ou não. O constante diálogo entre os periódicos do período possibilita também entender as redes de

sociabilidade, a formação e exclusão de agrupamentos. A partir de certos casos encontrados no período, proponho percorrer algumas dessas discussões, de modo a complexificar a formação de grupos e exemplificar essas trocas de farpas e de elogios.

3.3 Revistas e jornais em diálogo

Não pretendo realizar aqui uma história da imprensa. Apesar da importância fundamental do processo produtivo, da escolha do material, da forma de divulgação ou financiamento de tais produções, não é objetivo do presente trabalho o aprofundamento em tais questões, à maneira de Roger Chartier, de Robert Darnton ou, no Brasil, em pesquisas como as de Tania Regina de Lucca, para ficar apenas nos exemplos de maior visibilidade. No âmbito de Santa Catarina, o historiador Felipe Matos tem se dedicado recentemente com importantes resultados na questão.

Apesar de tangenciar alguns dos aspectos próprios da imprensa no período e de terem sido encontrados muitos indícios sobre tais questões nos periódicos consultados, o objetivo do trabalho visa à dinâmica das trocas entre as publicações. Procuro perceber no interior de jornais e revistas algumas redes de sociabilidade, a partir de menções umas às outras, envio de exemplares, elogios, críticas e polêmicas. Acredito que estas referências podem contribuir para demonstrar algumas relações entre os intelectuais do período, dando destaque à mobilidade entre os escritores e não à rigidez de grupos hermeticamente fechados.

A classificação entre “revista” ou “jornal” é um pouco delicada neste contexto. Ana Luiza Martins (2001), em importante trabalho sobre revistas de São Paulo na Primeira República, apontou para algumas características:

O que os distingue com frequência é a existência da capa na revista, acabamento que não ocorre no jornal; mais do que isso, é a formulação de seu programa de revista, divulgando no artigo de fundo, que esclarece o propósito e as características da publicação. (MARTINS, 2001, p.46).

Contudo, estas características não marcavam necessariamente a distinção entre jornais e revistas de Florianópolis. Muitos dos que se diziam “jornais” apresentaram um editorial expondo seu programa; já as “revistas” não necessariamente possuíam capas. Acontecia de uma mesma publicação ser chamada “revista” ou “jornal”, conforme o meio. A *Folha Rosea* foi um bom exemplo da situação. Considerando a si mesma como uma revista – “surge hoje entre risos e festas a modesta revista ‘Folha Rosea’” (*Folha Rosea*, n.1, 15/11/1915, p.2) –, não foi assim chamada por seus colegas, como *O Imparcial*, ao referir-se a ela: “apreciado jornal ‘Folha Rosea’” (*O Imparcial*, n.2, 19/12/1915, p.2). Apenas os três primeiros números de *Folha Rosea* estão disponíveis no acervo da hemeroteca da BPSC (não foi possível descobrir se houve a publicação de mais exemplares), sendo que os dois primeiros possuem uma capa e o último não. A capa do primeiro número é simples, apenas com o título da publicação na diagonal da página. A publicação possui 8 páginas, sendo a última dedicada ao expediente, e seu papel tem a cor rosa. Na terceira edição, o papel tem a coloração das páginas comuns de jornais, o periódico não possui capa e conta com quatro páginas.

Assim, empregarei genericamente o termo “periódicos” para tratar a maioria destas publicações. Serão chamadas revistas as publicações que possuem as características deste tipo de impresso mais demarcadas, com capa, maior número de páginas e maior ênfase em fotos e ilustrações. Foi o caso de *Terra* (1920-1921), de *O Olho/ A Phenix* (1916) e da *Revista Illustrada* (1908-1919)⁶⁰.

São muitos os títulos de jornais e revistas do período da Primeira República presentes nos arquivos. Encontram-se principalmente na Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC). No entanto, a fragmentação é grande, poucos são os números de cada publicação que se mantêm arquivados – em vários casos, apenas a primeira edição está disponível. A quantidade de títulos varia bastante conforme os anos, sendo intimamente relacionada à história da imprensa, à criação de tipografias, de um público leitor e, por outro lado, inseparável das questões de guarda, seleção e da história do arquivo.

Entre os anos de 1915 e 1920, há um grande aumento na quantidade de títulos armazenados no arquivo. Acredito que foi um período em que foram de fato criados muitos novos jornais, não sendo coincidência apenas da guarda efetuada. Construí os gráficos abaixo,

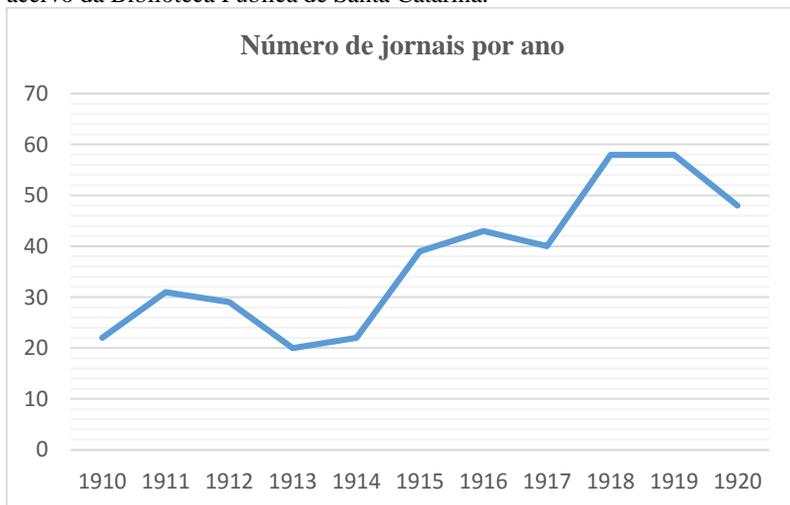
⁶⁰ Esta última, apesar de seu destaque durante o período, não entrou para as análises do trabalho devido ao tempo disponível para a pesquisa.

feitos a partir dos dados disponíveis no catálogo da BPSC, para ter uma dimensão da situação.

Gráfico1 - Número de jornais e revistas na Primeira República no catálogo do acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.



Gráfico 2 - Número de jornais e revistas na década de 1910 no catálogo do acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.



Assim, privilegiei os anos que tinham maior número de publicações disponíveis, procurando perceber melhor o constante diálogo entre eles.

O final do ano de 1915 e início de 1916 foi um momento fundamental. Aí foram criadas a *Folha Rosea* (15/11/1915), *O Imparcial* (05/12/1915), *O Olho* – revista humorística (01/01/1916), *O Olho / A Phenix* – Semanário Ilustrado (06/04/1916), dentre vários outros, que discutiam o problema do campo literário e intelectual, “definindo” certos grupos e realizando polêmicas.

Há também outras publicações que não se encaixam nos grupos de *novos* e *novíssimos*, como é o caso de *O Tição* (1915), infelizmente disponível apenas em seu primeiro número. O jornal foi representante da classe dos tipógrafos e afirmou: “sem contarmos com a colaboração das penas que fulguram em nosso meio e que se digladiam fisingando-se pelo jornalismo com J. maiúsculo nós temos somente um pequeno grupo que escreve, e que compõe as nossas aspirações” – e satiriza tanto os “beletristas” quanto os redatores da *Folha Rosea*: “desmiolados que vivem escouceando a pobre gramática” (*O Tição*, 20/11/1915, n.1, p.1).

A imprensa da cidade não se restringia, portanto, a dois grupos “antagônicos”. Além do mais, um dos objetivos do trabalho é mostrar que não eram tão antagônicos assim, em muitos momentos seus nomes são encontrados juntos das mesmas publicações.

O período em que circulou a revista *Terra* foi também de intenso debate entre as publicações, inflamados com a discussão sobre literatura catarinense. A Sociedade Catarinense de Letras tornou-se uma importante instância de consagração. O jornal *A Capital* descreveu assim o cenário:

Nunca, em nossa terra, o sangue esquentou as veias dos nossos letrados com tamanha ardência, como agora. [...] Ninguém agora pode silenciar, A ‘Sociedade Catarinense de Letras’ desperta-lhes o desejo – nova árvore da ciência, do bem e do mal, mostrando-lhes o tentador... bago de uva da fabula da raposa... (*A Capital*, n.2, 27/11/1920, p.2).

Porém, a institucionalização dos escritores já era aludida em anos anteriores. Fosse em 1910, no jornal *Argo*, ou em 1915, pela *A Urucubaca*. Este último criticava o jornal *A Semana* e escritores como Altino Flores e Barreiros Filho com texto intitulado “vencidos”. Altino Flores recebeu destaque no texto:

Passa-se domingo e vem novo domingo, e jamais se vê pendurado no gancho dos jornais expostos a venda no Amadeu, ‘A Semana’.... O Altino, o

Barbosa, o Ary, o Zé, que celebrizou-se pela sua chorosa crônica ‘Os novos’, que ali, discutiam calorosamente sobre o prosseguimento da jornada; traçavam mapas de novas operações; e davam à ‘Semana’ um impulso forte e vencedor [...] Foram vencidos! Comeram a bola!

Vencidos, hoje reduzidos a mudez, imóveis e frios, quais estátuas de mármore!

Perfeita demonstração de fraqueza... ... São atestados que mais comprovarão a derrota do Altino, hoje elevados aos paramos infinitos, com os cânticos e hinos d’ ‘O Estado’.

Muitas vezes os vencidos são felizes!

Deixemos ele viver em paz. Talvez, precisasse oficializar-se! (*A Urucubaca*, n.1, 22/08/1915, p.1).

De seu lado, o jornal *A Semana* criticava outros escritores. Disponível apenas em seu primeiro número⁶¹, datado de 15/11/1914 – um ano exatamente antes da criação da *Folha Rosea* –, mostrou nesta edição também uma postura combativa. Tratou certos escritores ironicamente como “os novos (?)”, mencionando suas iniciais. De acordo com a publicação, eles representariam “muitíssimos escritores piegas, notáveis jornalistas de cassange (?), ilustres poetas incompreensíveis e oradores de fancaria”, desconhecariam as regras da gramática e seus textos seriam repletos de “erros e monstruosidades”. Tais escritores estavam associados ao Centro Literário Castro Alves, “recentemente fundado nesta cidade” (*A Semana*, n.1, 15/11/1914, p.1).

Felipe Matos (2014) realizou um mapeamento de jornais e instituições da Primeira República em Florianópolis. Fundado em 1914, o Centro Literário e Recreativo Castro Alves pertenceu ao grupo tido como opositor da “Geração da Academia”.

O Centro Castro Alves reunia nomes como João Melchíades de Souza, Trajano Margarida e Nicolau Nagib Nahas, que cedia a sua casa, na Rua Tiradentes, para sediar a instituição. Possuía

⁶¹ Acredito que este jornal seja uma publicação diferente daquela mencionada a respeito da polêmica sobre a criação de uma academia de letras em 1920. Indicava tratar-se de “redatores e colaboradores diversos” e, diferente da outra, não há a referência de ser “propriedade de uma associação”.

como órgão oficial o pequeno jornal *O Litterato*. (MATOS, 2014, p.84).

Dois anos depois, outro espaço foi criado, fazendo oposição a este: o Centro Cívico e Literário. Era presidido pelo futuro acadêmico Laércio Caldeira de Andrada e, ao contrário do outro espaço,

O Centro Cívico e Literário revestiu-se de importante legitimação oficial, com a presença de representantes da elite política, militar, econômica e intelectual local, envolto em aparatos cerimoniais que expressavam a distinção de cada ator social, como o governador do Estado, transformado em presidente da sessão e introduzido ritualisticamente na sala de honra já ocupada pelos demais. O apoio de Felipe Schmidt à instituição a transformou na principal expressão cultural do seu mandato, revestindo as atividades do Centro com um ar de oficialidade. (Idem, p.87).

Muitos dos escritores que formariam a Academia Catarinense de Letras já se encontravam ali reunidos. O que demonstra também que a disputa por legitimação e oficialização estava em pauta durante toda a década de 1910 e não apenas quando da criação da Sociedade Catarinense de Letras.

Proponho então apontar algumas discussões veiculadas na imprensa do período, tanto de forma a demonstrar a preocupação com a literatura catarinense, quem poderia ou não escrever, certos agrupamentos e tentativas de consagração, como os próprios diálogos entre as publicações, procurando demonstrar alguns aspectos da sociabilidade dentro dos próprios periódicos. Abordarei certas questões dos anos 1920, devido ao surgimento da revista *Terra* e da Sociedade Catarinense de Letras, e dos anos 1915 e 1916, uma vez que o próprio contato com a documentação se mostrou fértil para as discussões entre escritores que procuravam conquistar seu espaço. O caso foi emblemático no jornal *O Dia*, com os textos de Altino Flores denominados “O momento literário”, já trabalhados no capítulo anterior – muitas das publicações que veremos agora procuraram se contrapor ou apoiar em alguma medida estes discursos de Altino Flores.

Em alguns momentos, o jornal *A Capital* realizou fortes críticas a jornalistas e escritores locais, porém não mencionava os nomes dos

sujeitos aos quais se referia. Há inclusive elogios a Altino Flores. Seus diretores, João Melchíades e Gustavo Neves, aparecem dentro da história da literatura catarinense em grupos distintos, sendo este um dos fundadores da ACL e aquele considerado “poeta menor”, ou *novíssimo*.

A *Capital* criticou a prática comum entre as publicações da época de publicar retratos e elogios de pessoas de importância política ou econômica na sociedade, chamando-os de parasitas e bajuladores:

Dizem-se jornalistas quase todos, e como tal dão amiúde em bajuladores sem vergonha que estampam *clichês* das pessoas de maior importância social em qualquer papelucho emporcalhado e ao fim do mês apresentam ao *homenageado*, a conta com o respectivo recibo completamente selado.

Tais indivíduos que fazem da bajulação interesseira sua única profissão de fé, não tem opinião fundamentada. (A *Capital*, n.4, 12/12/1920, p.1).

Contudo, a própria revista valeu-se de tal prática, como com o político Celso Bayma, que foi agraciado inclusive com um *clichê*. Ao que parece, a tipografia em que era publicado o jornal contou com algum imprevisto, de modo que por certo tempo foi impresso na oficina em que era publicado *O Estado*, o que rendeu fartos elogios ao diário e seu diretor:

A *Capital* está sendo impressa provisoriamente nas oficinas do conceituado jornal ‘O Estado’, gentilmente cedidas pelo sr. Augusto Lopes, diretor daquele brilhante vespertino que se impôs à simpatia do nosso povo pela sua nobre atitude de sempre, em defesa da terra catarinense. (A *Capital*, n.3, 07/12/1920, p.3).

Em alguns dos periódicos eram evidenciadas as oficinas da publicação, sendo estas por vezes coincidentes. A história da imprensa era constantemente lembrada, principalmente com homenagens a Gutenberg, seu inventor. Em 24/02/1916, data que marcava os 448 anos de seu falecimento, o jornal humorístico *O Olho* dedicou um número inteiro à ocasião. Sua última página homenageava a “imprensa da *Capital*”, dando a entender que várias das publicações presentes no período contavam com a oficina de fotogravura de *O Olho*.

Figura 1 - “Imprensa da capital”. Jornal *O Olho*, n.9, 24/02/1916, p.4.



Fonte: Hemeroteca da PBSC.

Os jornais e revistas pesquisados apresentam intensa comunicação entre si, citando uns aos outros. Uma de suas práticas era noticiar o recebimento de “visitas” – aparentemente, chamava-se assim

o recebimento de um exemplar de um periódico na redação de outra publicação. Em *O Imparcial* noticiou-se que:

Temos recebido, com regularidade, a visita dos apreciados colegas ‘Oriente’, ‘O Olho’ e ‘O Palhaço’ desta capital, ‘Folha do Sul’ de Tubarão, ‘Gazeta Orleanense’, de Orleans, ‘Jornal de Tijuca’ [...] Lamentamos que o mesmo não aconteça com os conceituados semanários ‘O Albor’ da Laguna, ‘A Voz do Povo’, de São Francisco, e ‘A Tesoura’ de Tijuca, que de algum tempo a esta parte não têm chegado às nossas mãos. (*O Imparcial*, n.7, 04/03/1916, p.5).

Se os jornais e revistas podem ser entendidos pelo que Jacqueline Pluet-Despatin (1992) chamou de uma estrutura de sociabilidade, denotam, por outro lado, também seleções e exclusão. O jornal *Oriente* era um órgão maçônico, neste período foi responsável por iniciar uma polêmica quando criticou a atitude do Ginásio Catarinense de não aceitar receber no internato alunos dispensados das aulas de religião. A discussão, já mencionada no segundo capítulo, envolveu, entre outros, o jornal *O Imparcial*. Apesar dos desentendimentos, o jornal *Oriente* enviou exemplares à redação de *O Imparcial* e este agradeceu a visita. O mesmo se passou com o jornal *O Albor*, de Laguna, que tratou de forma racista o escritor Ildefonso Juvenal – *O Imparcial* criticou duramente os redatores do jornal lagunense, mas ainda assim agradeceu a visita recebida.

Era comum que anunciassem o aparecimento de uma nova publicação ou mesmo a edição mais recente de certos periódicos – a revista *Terra* foi semanalmente noticiada nos jornais *O Estado* e *Republica* durante sua existência. Em algumas ocasiões, o número seguinte da publicação elogiada agradecia as menções recebidas, citando os nomes dos jornais e por vezes transcrevendo o texto. No caso da revista *Terra*, foi publicada uma matéria intitulada “O que disseram de nós”, afirmando: “excederam a toda gentileza as notícias que os nossos colegas o ‘Estado’ e a ‘Republica’ deram do nosso aparecimento” (revista *Terra*, 1920, n.5, p.10), e em seguida colocavam-se os textos encontrados nesses diários. A atitude servia então como forma de uma edição dar visibilidade à outra em termos elogiosos e esta retribuir na mesma medida. Por meio dessa forma de propaganda, criavam-se redes entre as publicações, sendo que a prática se tornava mais frequente entre as que possuíam maior afinidade entre o programa e os redatores. Por

vezes, agradecia-se também aos comerciantes e agentes comerciais que publicaram na revista, como o fez a *Oasis*, afirmando que pretendiam inserir 8 páginas de anúncio, mas como foram muitos os pedidos resolveram duplicar para 16 (revista *Oasis*, 1918, n.1, p.20). A publicação de anúncios era uma forma de conseguir fundos para a edição do periódico, a manutenção da infraestrutura da redação, o pagamento da gráfica, dos colaboradores (escritores, artistas, redatores, etc) e da estrutura física com secretaria, redação, vendas de assinaturas e anúncios publicitários, local de venda, entre outros.

As dificuldades financeiras eram constantes nas publicações. Por vezes, atrasavam números, modificavam o tipo de papel, até deixarem de conseguir se manter. Ao que parece, muitas pessoas deixavam de pagar pelos exemplares, sendo que pelo menos nas publicações *Folha Rosea*, *O Imparcial* e a revista *O Olho* anunciaram que “Todos aqueles que não devolverem a Revista no prazo de 3 dias, serão considerados assinantes, pelo que ficamos gratos”. Tal motivo é alegado como o principal responsável pelo término da publicação de *A Phenix*, que em seu último exemplar publicou a seguinte notícia assinada por seu diretor:

Aos Snrs. Assinantes que pagaram suas assinaturas até 31 de Março, únicos à quem devo uma satisfação, cumpre-me declarar que devido a falta de pagamento de muitos Snr. assinantes que até hoje receberam e gozaram a revista, as excessivas despesas a que fui forçado na primeira cobrança do norte do Estado, a não ter podido conseguir dos poderes públicos o auxílio necessário para que na Capital do Estado fosse mantida uma revista como eu idealizei, e, devido ainda ao exorbitante preço a que atingiu o papel, sou forçado a suspender a publicação d' 'A Phenix'. (*A Phenix*, 24/12/1916, n.36, p.1).

Ana Luiza Martins (2001) deu destaque às dificuldades financeiras das publicações do período. Muitas das revistas não passavam das primeiras edições, celebrizando a sentença de Olavo Bilac sobre o “mal de sete números”. Sobre a colocação de uma publicação no mercado, Martins destacou desde os colaboradores, o papel e a tipografia, até “a tarefa tão ou mais difícil de sua distribuição, a começar pelo angariar das assinaturas” (MARTINS, 2001, p.226).

A dificuldade de assinaturas e de garantir o pagamento dos leitores foi mencionada frequentemente nos jornais florianopolitanos.

Ana Luiza Martins ressaltou que uma das alternativas era a “venda em locais físicos e/ou pontos geográficos da cidade”, o que “reforçava sua colocação, sobretudo em se tratando de publicações menores, cujo possível consumidor desconhecia o hábito de assinar, ou não dispunha de condições para fazê-lo” (idem, p.232).

Em Florianópolis, as engraxatarias eram pontos de venda para muitas das publicações. O jornal *O Olho* anunciava que era “vendido nas engraxatarias: Amadeu Beck e João Mendonça”. Após a modificação para o formato de revista, *O Olho / A Phenix* noticiava: “esta revista só se vende na engraxataria à rua Republica” – no mesmo ponto encontrava-se *O Imparcial*, que, além de contar com a assinatura de leitores, anunciava estar disponível no ponto.

O jornal *O Imparcial* merece destaque também por apresentar como uma de suas bandeiras o discurso antirracista. O racismo era arma frequente dentro das polêmicas travadas na imprensa na época, conforme já colocado no capítulo anterior, e a publicação colocava-se contra tal prática. Seu diretor, Amphiloquio Gonçalves, futuro acadêmico, era rival de Altino Flores, conforme também já tratado no capítulo anterior. Ildefonso Juvenal se colocou contra o jornal *O Albor*, da cidade de Laguna. O caso iniciou a partir da referência ao escritor da seguinte maneira:

Transmitindo ao nosso colega ‘O Albor’, da Laguna, a notícia das homenagens prestadas a memória do inolvidável Conselheiro Manoel da Silva Mafra, o correspondente d’aquela jornal escreveu: ‘Da sacada da Pensão Familiar falou o preto Ildefonso Juvenal’.

O incorreto modo de proceder do aludido correspondente, procurando deprimir a gente de cor, causou, como era de esperar, péssima impressão e gerais censuras. (*O Imparcial*, n.2, 19/12/1915, p.2).

Outra das características do jornal *O Imparcial* foi o forte apelo ao patriotismo, principalmente a partir do enaltecimento de militares. As forças armadas ganhavam grande destaque dentro do contexto da Primeira Guerra Mundial e da Guerra do Contestado. Nesta última, os conflitos da região eram vistos sob a ótica do Estado, com a preocupação da demarcação de terras catarinenses. Nas notícias sobre o Contestado, a população da região era tratada de modo extremamente pejorativo, sendo considerada um grupo de fanáticos que precisavam da

intervenção militar e do governo para se tornarem mais civilizados. A Guerra de Canudos era entendida da mesma maneira, sendo Antônio Conselheiro visto como um dos “algozes da humanidade”.

Ou seja, ainda que fosse contrária ao discurso racista, *O Imparcial* não foi uma publicação preocupada com outros sujeitos marginalizados, e o próprio racismo era inserido dentro da visão patriótica:

Pretender menosprezar brasileiros por simples questão de cor é obra impatriótica que só espíritos mesquinhos podem aplaudir.

Negros foram, entre muitos que lutaram pelo engrandecimento da Pátria, Henrique Dias, que, na guerra com a Holanda, não teve quem o excedesse em bravura e dedicação pela causa que defendia. Marcilio Dias, o herói da Parnaíba, José do Patrocínio, o jornalista emérito por todos admirado, Luiz Gama, o abnegado defensor da gente de sua raça, e, finalmente, para não ir mais longe, o catarinense ilustre que se chamou João da Cruz e Souza, gloria de nossa terra e da poesia nacional.

Negros, porém, não foram Nero, Tibério e outros algozes da humanidade, Silvério dos Reis o infame denunciador da conspiração mineira, Lazaro de Mello, Antônio Conselheiro, etc, etc. [...]

Solidificar os laços de união entre todos os brasileiros e um dever imposto pelo patriotismo; pretender quebrar esses elos significa falta de bom senso e pouca educação.

‘O Imparcial’, sempre ao lado do direito, hipoteca ao Sr. Ildefonso Juvenal sua solidariedade no nosso protesto contra a insolência do correspondente d’ ‘O Albor’. (*O Imparcial*, idem).

A interpretação racial foi, de acordo com Lilia Schwarcz (1993), recorrente em análises que versavam sobre a constituição da nação e sua identidade. Mesmo a partir de modelos teóricos distintos, a questão do lugar das “raças” para a composição da nação foi constante. Como vimos no capítulo anterior, os discursos de Altino Flores eram caudatários da perspectiva de Sílvio Romero, entendendo a miscigenação como um caminho para o branqueamento.

O jornal *O Imparcial* referia-se a Altino Flores quando afirmou que:

Um distinto beletриста patricio, censurando impiedosamente os trabalhos de três jovens conterrâneos que ora se iniciam no cultivo das letras, não vacilou em aproveitar-se da diferença de cor de um desses estudiosos moços para insultá-lo, chamando-o de limpa-chaminés.

É lastimável que, vinte e oito anos após a promulgação da Aurea Lei, haja ainda quem considere a cor como motivo de superioridade ou inferioridade.

Infeliz Brasil! Muitos de teus filhos, que dizem ser patriotas, continuam desconhecendo a sublime significação da palavra IGUALDADE que adotaste em teu lema! (*O Imparcial*, n.7, 04/03/1916, p.3).

A citação fazia referência aos textos de Altino Flores intitulados “O momento literário”, publicados em fevereiro e março de 1916 pelo jornal *O Dia*. Os periódicos *O Imparcial* e *Folha Rosea*, ao contrário, procuravam valorizar os sujeitos negros na constituição nacional. Ildefonso Juvenal, tratado de forma racista por Altino Flores como “limpa-chaminés”, era um dos redatores da *Folha Rosea*.

Altino Flores e o redator de *O Albor* de Laguna foram então denunciados quanto aos discursos racistas nestas publicações. Outras atitudes racistas foram também rechaçadas pelo jornal *O Imparcial* – houve, por exemplo, uma série de textos quando o proprietário do “Rink Catarinense” impediu a participação de “homens de cor” no estabelecimento. O tema também foi tratado em termos nacionalistas, ao se afirmar no jornal que “nenhum brasileiro verdadeiramente patriota deve frequentar uma casa de diversões em que são menosprezados patricios” (*O Imparcial*, n.10, 18/04/1916, p.2).

Ao contrário do posicionamento de *O Imparcial*, o jornal *O Olho* se valeu de preceitos racistas para desqualificar os sujeitos e as publicações, como quando comentou sobre um conto de Ildefonso Juvenal:

A nossa ‘humorística’ colega ‘Folha Rosea’ estampou no seu segundo número um belo conto que assim terminava.

O sol no poente deixava transparecer os últimos raios de luz...

(assinado) *Ildefonso Juvenal*.

e... tudo escureceu!!!.. (O Olho, n.1, 01/01/1916, p.2).

Além do racismo, o jornal humorístico *O Olho* foi tema de polêmica circulada em diferentes publicações devido ao que publicou acerca de duas mulheres. Por meio destas, podemos perceber como era tênue o limite entre o humor e a ofensa pessoal.

Várias das publicações da época se diziam humorísticas, como *A Farpa*, *A Urucubaca* e *O Palhaço*, sendo que os editoriais com frequência destacavam a importância da crítica pessoal feita de forma irônica: “temos como único fito: a crítica humorística, sensata” (*A Urucubaca*, n.1, 22/08/1915, p.2). *A Farpa* foi ainda mais enfática: “o nosso único fim é criticar, mas com uma crítica leve que não ofenda ninguém. Infelizmente, afirmamos, que sem a crítica, nenhum jornal tem vida longa” (*A Farpa*, n.1, 11/02/1915, p.1).

Assim, era comum a publicação de textos que criticavam certas atitudes, muitas vezes de forma moralista, quase sempre sem nomear os sujeitos detratados. Em alguns casos, a identificação poderia ser possível, o que gerou conflitos. No jornal *Ipiranga*, por exemplo, que tratava de assuntos referentes ao Ginásio Catarinense, havia a publicação de “perfis” de alunos, sempre de forma irônica. O aluno Nestor Natividade escreveu uma carta à redação do periódico expressando seu descontentamento quanto ao texto que a ele se referia. Afirmava que, mesmo seu nome não sendo citado, o apelido utilizado tornava clara a identificação. Sua carta alegava que o texto “causou mal impressão entre meus colegas como também fiquei muito incomodado com tal notícia” e criticava as acusações recebidas, “posso lhe garantir que todas as aulas que faltei foram justificadas” (*Ipiranga*, n.3, maio de 1915, p.1).

As críticas pessoais deveriam ser feitas de forma calculada, sem dar muitas informações sobre a identidade dos sujeitos e sem tocar em certos temas. Retornando ao jornal *O Olho*, suas colocações geraram polêmicas que repercutiram pelo menos em *O Palhaço* e *O Clamor do povo*, pois tratou duas mulheres nos seguintes termos: “um prêmio à quem descobrir onde é o ninho de duas corujas que costumam aparecer no jardim, todos os domingos, das 16 às 21 horas!” (jornal *O Olho*, n.1, 01/01/1916, p.3).

O jornal *O Palhaço* criticou a publicação e afirmou alguns dos limites que a crítica deveria respeitar, a referência às mulheres como “corujas” foi considerada uma

crítica insensata que é arremessada até às moças que estão sob o abrigo dum texto, que constitui o lar e os umbrais dele é o esculápio sagrado que todos devem defender e respeitar.

[...]Criticaremos, de modo sensato, os moços e sempre respeitaremos a família, o lar e a mocidade.

Acima de tudo observemos as regras da moral. (*O Palhaço*, n.1, 30/01/1916, p.2).

Por ferir as “regras da moral”, o jornal *O Olho* foi detratado. *O clamor do povo* considerou que “a saída daquele jornal muito desassossegou o espírito das famílias de bem, não só pela linguagem perigosa, como pela maneira que começou a encarar as coisas” (*O clamor do povo*, n.1, 05/02/1916, p.2), de modo que o periódico em questão não se enquadraria nos moldes da imprensa satírica ou humorística.

As mulheres não poderiam ser alvo de piadas, uma vez que não pertenciam à esfera pública (PEDRO, 1994). Este modelo de masculinidade é pautado em ideais burgueses, sendo tais discursos formulados pelos próprios homens. As mulheres da alta sociedade podiam estar presentes no espaço público apenas dentro dos períodos e rituais estabelecidos: aos domingos, na saída da missa e no “footing”. Sua atuação no mercado de trabalho era bastante limitada, encontravam-se com mais frequência trabalhando como professoras, mas ainda com certos cuidados, pois não deveriam deixar de cumprir os papéis que lhes cabiam no interior da família.

O jornal *O Olho* recebeu então severas críticas por desmoralizar tais mulheres. Os homens, ao contrário, tinham muitas vezes suas atitudes criticadas, aludindo-se a “namoricos” e casos extraconjugais. Desde que os nomes não fossem divulgados, tais “fofocas” não geravam censuras de outras publicações.

Pouco depois, o jornal *O Olho* se tornou uma revista, com edição ampliada com ilustrações e clichês, demonstrando grande preocupação com o cuidado gráfico, em molde semelhante ao que viria a ser a revista *Terra*. Seu foco deixou de ser a crítica pessoal e humorística, vindo a dedicar-se muito sobre literatura e política, também com notícias e acontecimentos da vida social da “alta sociedade” local. Sua publicação

foi regular, entre abril e dezembro de 1916, num total de 36 exemplares, sendo que a partir de agosto seu nome mudou para *A Phenix*. Seus diretores foram Edmundo Silveira, Dario Golvêa, os mesmos nomeados como diretores do jornal homônimo em seu nono número⁶². A revista deixou de circular por questões financeiras, conforme já citado, e a mudança de nomenclatura foi justificada por ter

aparecido na Capital Federal uma revista intitulada ‘O Olho’, de licencioso programa, no qual se declara que ela seria ‘órgão de deboche’, fomos obrigados a mudar o nome do nosso hebdomadário, por medo de o ver confundido com a aludida revista do Rio, onde também temos grande número de assinantes. (*A Phenix*, n.19, 20/08/1916, p.1).

Assim como na revista *Terra*, há, portanto, nesta publicação a preocupação e o desejo de reconhecimento nacional. A literatura catarinense aparece com destaque desde o primeiro número. Seu editorial mencionava alguns dos novos escritores “de valor” da cidade que lutavam contra a estagnação das letras e sua projeção no país:

Assim que não será só uma revista graciosa, saltitante de *verve*, mas também um álbum de impressões artísticas, pelas quais se inferirá, sem dúvida, que, embora seja desoladora a estagnação que ameaça debilitar-nos mais e mais, se dela não tivermos mão, ainda contamos com elementos de valor, capazes de serem dados como verdadeiros modelos de honrosa tenacidade. [...]

Para não citar os que já firmaram a sua reputação literária, basta aludir aos novos pioneiros da Arte, representados em Alberto Barbosa, o impressivo e paradoxal cronista Laercio Caldeira, o esteta que voltou o melhor da sua arte à reforma do caráter catarinense, Haroldo Callado, espírito feito de rubros lampejos satíricos e altruísticos desprendimentos, João Crespo, o delicado autor de tão delicados sonetos, Barreiros Filho, o

⁶² O jornal *O Olho* foi pesquisado a partir da hemeroteca da BPSC, na qual estão presentes apenas o primeiro e o nono número. Sua edição de abertura apenas menciona que possui “redatores e colaboradores diversos”.

aquarelista *d'Os Dias*, e Altino Flores, o crítico desta geração.

Sim, a tenacidade desses moços é um exemplo vivo de que ainda nem tudo está perdido. [...] A nossa revista não tem outro fito a não ser o de amar estremecidamente o nosso Estado, fazendo-o conhecido além, lá fora, nos outros Estados da União, e alimentar incessantemente no seio do nosso povo a admiração pelas coisas e homens nossos. (Revista *O Olho*, n.1, 06/04/1916, p.1).

Pode-se perceber que os nomes dos escritores se assemelham aos colocados por Altino Flores como integrantes de seu grupo e, à exceção de Alberto Barbosa, todos pertenceriam à Academia Catarinense de Letras alguns anos mais tarde. Porém, em suas páginas também apareciam alguns dos escritores chamados por Altino Flores de *novíssimos*, como Trajano Margarida. Este, além de publicar poemas, teve divulgada a publicação de seu livro *Horas tristes* – “segundo nos consta, *Horas Tristes* é digno de toda a proteção pública” (*A Phenix*, n.19, 20/08/1916, p.42).

Os *novíssimos* de Altino Flores circulavam então em várias publicações do período, a separação de grupos proposta por Altino Flores não era tão nítida assim. Contudo, posteriormente, dentro da história da literatura catarinense, tais escritores encontraram muito menos espaço. As narrativas vão ao encontro das concepções de Altino Flores, como no caso de Carlos Humberto Corrêa (1997), que afirmou: “tinha razão Altino Flores quando disse que oito anos antes, Florianópolis não possuía escritores em número suficiente para criarem uma academia” (CORRÊA, 1997, p.151). Já Celestino Sachet muitas vezes não utiliza aspas ao utilizar a expressão “poetas menores”, o que parece indicar sua concordância com a classificação, além de os contrapor aos “grandes mestres” de forma irônica e pejorativa:

Ao lado dos grandes ‘mestres’ – vivos e mortos – que comandavam o comportamento da ‘jeunesse dorée’ dos anos vinte, circulavam pelos cantos da Ilha, alguns poetas menores, poetando quando as circunstâncias lhes despertassem a dura veia poética. (SACHET, 1974, p.50).

Ao descrever rapidamente esses escritores também é depreciativo, como no caso de Ildefonso Juvenal, que:

nada poderia ensinar aos moços da Sociedade Catarinense de Letras, com seus versos abarrocados, com sua poesia-querendo-ser-poema numa imitação risível do grande Luiz Vaz de Camões. (idem, p.52).

Muitos desses escritores, hoje marginais na história da literatura catarinense, em parte por terem sido excluídos da revista *Terra*, da Sociedade e Academia Catarinense de Letras, além de serem pouco valorizados pela crítica e pesquisadores do tema, se fizeram muito presentes na vida literária do período. Alguns deles também se institucionalizaram em outro espaço: o Centro Catarinense de Letras.

Criado em 1925, no salão da União Beneficente Operária, o Centro procurava se afirmar como um ambiente diferenciado. De acordo com Carlos Humberto Corrêa:

A instituição, que se dizia democrática, era composta de associados que não se presumiam *deuses das Letras*, numa clara alusão aos membros da Academia, mas sim *cultores modestos da arte da vernaculidade* (CORRÊA, 1997, p.169).

O Centro contava com a participação de escritores negros e mulatos, como Ildelfonso Juvenal e Trajano Margarida, além de mulheres, como Maura de Senna Pereira e Antonieta de Barros. Maura de Senna Pereira foi a primeira mulher no Brasil a integrar uma Academia de Letras, em 1927, quando recebeu uma cadeira na ACL. Já Antonieta de Barros foi a primeira mulher deputada do Estado e a primeira negra a assumir um mandato popular no País.

Esta composição contribuía para construir sua imagem de um espaço mais diversificado e democrático. No entanto, se a Sociedade/Academia possuía fortes laços com Hercílio Luz, o Centro também se relacionava com Antônio Pereira e Oliveira, o vice-governador que assumiu o poder após o afastamento de Hercílio Luz, em 1924. Em sua administração, organizou o governo com políticos mais próximos ao seu grupo, iniciando com a substituição de José Boiteux, grande referência para os intelectuais vinculados à ACL

Foi Pereira e Oliveira o grande incentivador do Centro Catarinense de Letras e, inclusive, criou um novo jornal, *O Tempo*, como porta voz de seu governo, publicando também notícias do Centro. Em 1926, o Centro Catarinense de Letras deixou de existir. Mesmo com

sua curta duração, obteve a publicação de uma revista própria, feito que a Sociedade/Academia até o momento não conseguira concretizar. A revista do Centro Catarinense de Letras foi mencionada nos trabalhos de Carlos Humberto Corrêa (1997) e Felipe Matos (2003). No entanto, mesmo percorrendo os acervos mencionados, não foi possível localizá-la para a presente pesquisa, o que mostra novamente os interesses quanto à guarda e conservação dos arquivos.

O Centro foi, assim, uma importante opção institucional à Academia. Demonstrou uma diferente identidade e concepção de literatura para o Estado e não se restringiu a preconceitos de ordem estética, racial ou social para a escolha de seus membros.

Contudo, estas instituições não eram, por assim dizer, impermeáveis. Barreiros Filho, por exemplo, o professor de português da Escola Normal, um dos maiores colaboradores da revista *Terra* e um dos fundadores da Sociedade/Academia, participou também do Centro, sendo um dos redatores da revista que lá se criou. Além disso, Maura Pereira pertenceu ao Centro e, em 1927, tomou posse na Academia. Logo depois, Delminda Silveira também entraria naquela instituição.

Amphiloquio Gonçalves, que fora severamente criticado por Othon d'Eça, pertenceu também tanto ao Centro (sendo inclusive seu presidente) quanto à Academia, demonstrando que os diretores da revista *Terra* não ditavam todas as escolhas da Academia. Nesse sentido, a revista parece ser mais restritiva do que a ACL. Ainda que tenha sido maior o número de colaboradores da revista do que de integrantes da Academia, suas escolhas parecem ter sido mais conservadoras, sem dar espaço aos que possuíam origem social diferenciada.

3.4 O hercilismo na revista *Terra*

A Academia Catarinense de Letras manteve estreita relação com a política da época – de acordo com Corrêa, a instituição representou a “expressão máxima do hercilismo no Estado” (CORRÊA, 1997, p.14). Hercílio Pedro da Luz foi governador de Santa Catarina em três mandatos. O primeiro em 1894, após o interventor coronel Moreira César - este marcado pela Revolução Federalista, com prisões e fuzilamentos na capital catarinense. A chegada de Hercílio Luz representaria o “retorno da legalidade”, e os governos posteriores, em 1918 e em 1923, seriam marcados por ideais de progresso e modernização – que se baseavam nos preceitos higienistas do período.

Seu último mandato não foi concluído, pois viria a falecer no ano de 1924.

Sua administração foi relacionada a promessas de modernidade tecnológica, e houve inclusive a demonstração de grandes inventos durante seus governos, como a exibição do fonógrafo durante o primeiro mandato (1894). Suas administrações foram também marcadas pela fundação de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1896) e a Sociedade/Academia Catarinense de Letras (1920/1924). Hercílio Luz era tido como uma espécie de “patrono” destes espaços e dos intelectuais ali presentes, sendo também fundamental a figura de José Arthur Boiteux, conforme analisado no primeiro capítulo. Hercílio Luz seria elogiado até mesmo por Cesário Braz em seus capítulos de memórias (*O Estado*, 09/03/1952, p.7), reacendendo, na década de 1950, a lembrança dos escritores tributários do hercilismo.

A revista *Terra* era vinculada aos intelectuais apadrinhados pelo então governador e, portanto, disseminava os ideais propagados pela sua administração, com intensos e frequentes elogios à sua figura. Tal atitude era recorrente entre os periódicos da época, segundo Corrêa, “as publicações em geral não andavam independentes dos auspícios oficiais, pois todos os intelectuais tinham relações políticas bem próximas com o Partido Republicano” (CORRÊA, 1996, p.25). Assim, a revista *Terra* contribuía para os usos políticos das novidades proclamadas pelo governo, de forma a de mostrar que as medidas tomadas eram sinais do progresso, da modernidade e modernização.

A modernidade se refere à esfera da sociedade, da cultura em geral, bem como ao comportamento, a conduta que se espera de seus indivíduos; ser moderno no vocabulário comum também implica em ser “civilizado”. Já a modernização se dá no âmbito da economia, implica em transformações na cidade – reflete um modelo ou um projeto que pretende “modernizar” ou “civilizar” o seu entorno, muitas vezes a partir de obras que modificam radicalmente a paisagem urbana (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994).

Conforme apontou Angela de Castro Gomes (2009), no período da Primeira República o progresso e a civilização eram temas imprescindíveis, sua procura passou por diferentes projetos e Florianópolis também estava alinhada neste contexto:

foi um tempo de intensa busca de modernidade(s), que não era singular, mas plural, pois diferentes e concorrentes eram os projetos de modernização.

De toda forma, no interior dessa variedade, um ponto era praticamente consensual: o Brasil não seria moderno, não se tornaria um país civilizado, sem o auxílio da ciência, o novo e fundamental instrumento para qualquer tipo de progresso da humanidade” (GOMES, 2009, p.21-22).

Hercílio Luz representava, para os redatores de *Terra*, a possibilidade de se atingir esses dois conceitos, uma vez que sua administração se preocupava em proibir certos hábitos e instituir outros, ao mesmo tempo em que realizava profundas modificações no espaço urbano da capital. A exaltação ao governador chegou ao ápice na edição de número 13, em comemoração aos dois anos de seu segundo mandato. A capa levava a fotografia do retrato do governador, e sua primeira página um texto laudatório intitulado “Dois anos de governo”, no qual os aspectos do início da modernização da cidade eram elogiados:

Derrubando as velharias inúteis de Santa Catarina, que se caracterizavam na mais deplorável das rotinas; trazendo à sua terra um sopro de energias novas no aproveitamento de riquezas até então abandonadas, Hercílio Luz tem assinalado assim o seu Governo, com obras fortes de administração e diretrizes seguras de estadista. [...]
É a Capital que se transforma, garridamente enfeitada d’avenidas onde o ar circula e a saúde reina; é a ilha e o continente que se saneiam; são as novas estradas que se rasgam buscando e aproximando centros produtores... (*Terra*, n.13, 28/09/1920, p.3).

Durante a publicação da revista, estava sendo construída a “Avenida do Saneamento”, inaugurada naquele ano, sendo que seu próprio nome deixava manifesta a preocupação com a saúde pública. Foi a primeira avenida da capital catarinense e sua nomeação logo seria alterada para Avenida Hercílio Luz. A partir dela se configuravam novos espaços da cidade, redefiniam-se centro e periferia, já que para sua criação foram demolidos vários conjuntos de pequenas casas chamadas de cortiços e a população mais empobrecida se reorganizava fora da região central da cidade – demarcada agora pela avenida. Pouco depois, em 1926, o término da ponte simbolizaria a conclusão de uma nova etapa de reformas urbanas.

Para a construção da avenida, também foi necessária a canalização do rio da Bulha, local que Hermetes Reis de Araújo (1989) comenta que era considerado desde a metade do século XIX “mal afamado e terrível” (ARAÚJO, 1989, p.25) pelos jornais da época. As medidas sanitaristas impunham que os moradores da região deveriam se submeter aos serviços obrigatórios de coleta de esgoto, o que não gerou os resultados esperados. O rio era considerado responsável por espalhar epidemias. A construção da Avenida Hercílio Luz e a consequente canalização do rio vieram a pôr um fim a esta imagem negativa que a região possuía – o que, além de ser indispensável à “saúde pública”, também contribuía para o “aformoseamento e decência da capital”, de acordo com o relatório do Presidente da Província citado por Araújo (idem, p.27).

Na capital de Santa Catarina, o “progresso” e a “civilização” “possuíram estreitas relações com o projeto administrado pelo governador Hercílio Luz. Este teve em sua formação como engenheiro e em suas convicções positivistas, trazidas também dos anos que estudou na Bélgica, um posicionamento forte para realizar mudanças na capital do Estado. Contudo, estas transformações certamente não deveriam satisfazer a todos, principalmente os habitantes mais pobres, que eram expulsos das áreas centrais da cidade, para permitir sua devida “modernização”, e tinham alguns hábitos agora considerados impróprios, como a criação de animais domésticos e a plantação de bananeiras nos quintais das casas.

A relação com o positivismo foi também explorada por Corrêa, que mencionou uma carta de José Boiteux, escrita para seu pai, elogiando Auguste Comte: “o plano adotado por Comte para o ensino das disciplinas de instrução é o mais perfeito que conheço. É por isso que raríssimos são os alunos das Escolas Militares e da Politécnica que não seguem Comte” (CORRÊA 1997, p.77). Hercílio Luz, por sua vez, estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que era, também de acordo com o autor, “tradicionalmente seguidora de Comte” (idem, p.78).

Quanto ao socialismo e aos movimentos em ascensão no período, ainda que não se mostrassem como temas centrais, havia na revista *Terra* um repúdio a tais ideias e projetos sociais. Em uma notícia no quinto número da Revista, há uma referência sobre alguns alemães de Blumenau que foram expulsos – seriam anarquistas e bolchevistas e queriam destruir usinas hidrelétricas, “querem *salvar-nos* sem a nossa vontade”, são considerados, portanto, como indesejáveis.

A recente expulsão de dois perigosos maximalistas alemães que, em Blumenau, pregavam ideias terroristas e insuflavam o espírito de anarquia nos operários ordeiros, veio demonstrar o perigo em que nos achamos diante da invasão, sempre crescente, de elementos tocados pela loucura eslava.

[...] No Brasil, felizmente, ainda não existe a chamada ‘questão social’. O trabalhador de hoje é quase sempre o patrão de amanhã. Não fica eternamente jungido ao seu pequeno salário nem ao seu rude mister. (*Terra*, n.5, 29/07/1920, p.3).

As questões sociais não eram, para alguns dos colaboradores da revista, um problema, pois consideradas inexistentes. Os operários brasileiros eram tidos como ordeiros e estariam satisfeitos com a sua posição e suas perspectivas – os ideais perigosos viriam do estrangeiro e não teriam qualquer justificativa para se firmarem aqui. Neste sentido, projetos socialistas e anarquistas não receberam espaço na publicação, pois seriam inválidos e alheios à sua realidade.

Na edição comemorativa do segundo ano do mandato de Hercílio Luz na revista *Terra*, o caráter moral do governador foi também lembrado. Além dos ideais higienistas para a cidade, haveria a “higiene política”, a disciplina e a obediência dentro de sua administração:

Mas não é só pelo lado material que Hercílio Luz tem engrandecido a nossa terra.

Porque foi ele também que infundiu os sãos princípios de higiene política no estado; que disciplinou os caracteres, criando o espírito de obediência e ensinando a renúncia dos interesses privados, que incutiu o amor do povo pelas grandes questões políticas e econômicas, garantindo-lhe o livre exercício do voto; que iniciou a guerra santa a politicagem armadora de braço da jangunçada; que lutou, e ainda luta contra a miséria moral do desanimo e da descrença matadora dos ideais do povo; que insuflou a coragem patriótica, a coragem das ações, a coragem das ideias e a suprema coragem das atitudes definitivas. (*Terra*, n.13, 28/09/1920 p.3).

Ao final, a Revista coloca sua dívida para com Hercílio Luz:

E neste dia de hoje em que vem comemorar na praça publica a vitória dos seus ideais, a 'Terra', representante dessa geração que Hercílio Luz educou pelos seus ensinamentos e fortaleceu pelo seu exemplo, comunga com a sua gente, no mesmo altar cívico, a hóstia santa da gratidão ao homem que tem sido grande e puro entre os mais grandes e os mais puros catarinenses. (Idem).

O texto enaltece Hercílio Luz, quase o canonizando, de forma a convertê-lo em uma espécie de símbolo de uma religião cívica. Ao mesmo tempo em que se marcava uma situação de dívida para com Hercílio Luz, eram, em grande medida, estes intelectuais que sustentavam teoricamente o governo e suas ações, atestando seu valor e sua importância. O campo intelectual caminha, assim, *pari passú* com o campo político, conforme analisa Pierre Bourdieu em *As regras da arte*:

os detentores do poder político visam impor sua visão aos artistas e apropriar-se do poder de consagração e de legitimação que eles detêm, [...] por seu lado, os escritores e os artistas, agindo como solicitadores e como intercessores ou mesmo, às vezes, como verdadeiros grupos de pressão, esforçam-se em assegurar para si um controle mediato das diferentes gratificações materiais ou simbólicas distribuídas pelo Estado. (BOURDIEU, 1996, p.67).

O papel que Hercílio Luz exerceu entre os intelectuais do período era, sem dúvida, muito lembrado e aplaudido por eles. O governador parece ser a própria encarnação dos ideais de modernidade e modernização, sendo o grande exemplo moral e detentor de um projeto civilizador.

Anteriormente, a quarta edição da revista contou também com o retrato do governador na primeira página e alguns textos a seu respeito. Referia-se à menção do nome de Hercílio Luz como possível candidato para vice-presidente da República.

Sem encomenda de ninguém, a imprensa carioca lembrou entre os políticos viáveis, o sr. governador de S. Catarina, cuja administração tem impressionado vivamente todo o país.

Para nós, catarinenses, há, porém, a comentar, antes de tudo, o fato de S. Ex. ter surgido neste momento, ao lado dos políticos de mais prestígio dos grandes Estados. Embora o sr. Hercílio Luz não vá ocupar a vice-presidência da República, nem por isso menos significativo é o movimento feito pelos jornais cariocas, em torno do seu nome.

Esse fato só é a demonstração de que o Governo atual de S. Catarina é apreciado com louvor e admiração, a ponto de sua ação administrativa refletir e fazer ressaltar o valor político de seu dirigente. Em sua carreira política, o sr. Hercílio Luz pode, por conseguinte, registrar mais uma vitória moral, que, dentre as muitas alcançadas pelo nobre lidador republicano, será a mais evidente e a mais notável. (*Terra*, n.4, 22/07/1920, p.3).

De acordo com a matéria, apesar de Hercílio Luz não ter sido escolhido como candidato, o que realmente importava era o seu reconhecimento em âmbito nacional. A imprensa carioca teria dado a comprovação de seu valor, uma “vitória moral”. Era também uma possibilidade de projetar politicamente o Estado e, devido ao governador ser o protetor daqueles intelectuais, estaria dando a eles maior visibilidade.

Outro político catarinense de destaque nacional no período era Lauro Müller⁶³, que, à época da publicação de *Terra*, atuava como senador. Nesta mesma edição da revista, comentava-se sua reação diante da possível candidatura de Hercílio Luz. O jornal *O Imparcial* do Rio de Janeiro teria aludido ao fato, dando a entender que o senador procurava assim um caminho para assumir o governo de Santa Catarina.

Há, porém, um engano na conclusão do diário carioca. O sr. Lauro Müller não quer o sr. Hercílio Luz na vice-presidência da República para ocupar

⁶³ Lauro Müller foi o primeiro governador nomeado em Santa Catarina após a Proclamação da República, assumindo também em outros momentos, sempre se mantendo no cargo por curta duração. Foi deputado federal e senador em diversos mandatos. Foi também ministro de Transporte e Obras Públicas do governo Rodrigues Alves, responsável pela reforma urbana do Rio de Janeiro de 1903 a 1906.

o governo de S. Catarina, porque aquele senador sabe perfeitamente que isso é... impossível. (Idem, p.6).

De acordo com a revista *Terra*, a intenção de Lauro Müller estava relacionada ao fato de que, caso a candidatura se efetivasse, o senador seria visto como um padrinho daquele “e comenta-se a importância do padrinho” (idem). Porém, para *Terra*, Lauro Müller não teria possibilidade de ser novamente eleito governador do Estado:

O sr. Lauro Müller não se ilude da sua situação política no Estado: ninguém lhe quer mal, todo mundo acha que S. Ex. orgulha S. Catarina em sua representação, é um homem notável, etc. mas tudo isso não significa o apoio do Estado para a sua candidatura à governança efetiva.

S. Catarina tem o maior prazer, honra mesmo em possuir o sr. senador Lauro Müller, o que ela não deseja é o sr. governador Lauro Müller. Questão de gosto e gosto não se discute. (Idem).

A revista *Terra* deixava nesse texto expressa a sua preferência pelo político Hercílio Luz, justificada como uma “questão de gosto”. Carlos Humberto Corrêa (1997) também ressaltou o papel da publicação da política da época, “ao mesmo tempo que elogiava e defendia o governo estadual, tratava os políticos ligados a Lauro Müller com desdém” (CORRÊA, 1997, p.148). Lauro Müller e Hercílio Luz pertenciam, ambos, ao Partido Republicano Catarinense, porém representavam correntes e interesses divergentes.

Em 1920, a candidatura para deputados federais gerou uma dissensão partidária⁶⁴. O caso teve consequências na vida literária, como

⁶⁴ De acordo com Corrêa, o Partido Republicano Catarinense iria escolher três candidatos pela diretoria e mais um pela chamada *minoría*. A revista *Terra* apoiava o nome de Fúlvio Aducci para a *minoría*:

Nomes como os de Mâncio da Costa, Altino Flores, Cid Campos, Carlos Corrêa, Ivo D’Aquino, José Diniz, Anfilóquio Gonçalves e Antônio Barreiros Filho, [...] além de mais de cinquenta signatários, haviam lançado um manifesto através de *O Estado* e da revista *Terra*, apoiando o nome de Adduci. (CORRÊA, 1997, p.153).

na Sociedade Catarinense de Letras: “dirigida por hercistas, estes impediram o ingresso de Lauro Müller, por exemplo, e prejudicaram a frequência às sessões de Nereu Ramos, e outros” (idem, p.155). As disputas dentro dos partidos políticos mostram também como as seleções para as agremiações literárias aconteciam muito em função de afinidades pessoais e redes de sociabilidade, sendo as questões mais propriamente literárias apenas mais um dos aspectos.

Lauro Müller foi o primeiro catarinense a integrar a Academia Brasileira de Letras (ABL), assumindo o posto em 1911, sendo que sua eleição para o sodalício gerou forte repercussão contrária. José Veríssimo, por exemplo, que secretariava a instituição, renunciou ao cargo e não compareceu mais às sessões. Uma das polêmicas esteve relacionada ao fato de Lauro Müller não ter escrito livro algum. Brito Broca (1956) e Machado-Neto (1973) comentaram a ocasião. Este transcreveu os discursos do escritor Medeiros e Albuquerque sobre o assunto:

“Foi preciso que mandasse imprimir um discurso feito em uma festa ao Marechal Hermes. Empregou-se nisso papel do mais grosso que havia; as páginas continham meia dúzia de linhas e inda assim em um tipo muito grande”, informa Medeiros e Albuquerque. [...] Medeiros e Albuquerque, entretanto, outra vez na difícil incumbência de fazer o elogio de um imortal sem maior mérito literário, teve de apelar para o hipotético: “Se Lauro Müller quisesse fazer literatura, tê-la-ia feito com superioridade”. (MACHADO-NETO, 1973, p.194).

O ingresso de Lauro Müller na ABL foi considerado como precedente para o ingresso de “políticos e homens públicos sem qualquer ligação com a atividade literária” (VENTURA, 1991, p.113).

Percebe-se que o nome de Amphilóquio Gonçalves, tido como *novíssimo* por Altino Flores, esteve alinhado com o posicionamento do grupo, muitos desses pertenceriam à ACL. Fúlvio Aducci, contudo, não logrou a candidatura - a posição foi ocupada por Elyseu Guilherme da Silva. O senador Vidal Ramos rompeu com o partido, pois, por sua vez, desejava que o indicado fosse seu filho, Nereu Ramos.

Por outro lado, Carlos Humberto Corrêa procurou defender a legitimidade do catarinense e destacou as questões políticas da situação. Corrêa elogiou as atividades políticas de Lauro Müller, inclusive na remodelação da cidade do Rio de Janeiro, com o chamado “bota-abaxo”. Em muitas ocasiões, o historiador Corrêa também privilegiou a história oficial, destacando e enaltecendo o papel do Estado em suas análises. Há, por exemplo, elogios ao governo de Vidal Ramos, afirmando ter sido uma das administrações mais “proveitosas” em Santa Catarina devido à “resolução” (sic!) da Guerra do Contestado e por ter doado um terreno “de sua propriedade para a instalação de um colégio jesuíta” (CORRÊA, 1997, p.103-104) – escola esta analisada no capítulo anterior, que, embora em um terreno público, tratou-se de uma instituição privada e religiosa.

Corrêa afirmou que o candidato que disputava vaga com Lauro Müller, Ramiz Galvão⁶⁵, possuía produções intelectuais “infinidamente inferiores” (idem, p.120). Sobretudo, a atitude do catarinense em candidatar-se para a vaga na academia foi vista por Corrêa sob as lentes de interesses políticos:

Na verdade, parece ir mais além da vaidade pessoal as pretensões daquele catarinense. A nosso ver, a razão superior da conduta só pode estar naquilo que envolveu sempre seu comportamento público: a política. Neste sentido, só um objeto centraria seus objetivos mais que outros, isto é, a derrota da grande liderança política e intelectual de Rui Barbosa, o combatente ferrenho dos políticos militares. (Idem, p.125).

Lauro Müller fora adepto de Floriano Peixoto e dos militares e se posicionou contra as candidaturas de Rui Barbosa à presidência da República (em 1910 e 1919). Corrêa considerou ainda a rivalidade de Rui Barbosa contra Lauro Müller relacionada à postura anti-germanista daquele, que acusaria – injustamente, de acordo com sua análise – o catarinense de ser favorável à Alemanha. Em tempos de Primeira Guerra Mundial, Rui Barbosa pressionava o governo para entrar no conflito e exigia que o catarinense renunciasse ao cargo de ministro do Exterior.

⁶⁵ Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938), médico por formação, foi professor do Colégio Pedro II, dirigiu a Biblioteca Nacional por 12 anos e pertenceu aos quadros do IHGB.

Já na Academia Catarinense de Letras, o ingresso de Lauro Müller foi dificultado por não pertencer ao grupo herciliista que regia a instituição. Apesar de ter sido escolhido para ingressar nela, nunca lhe deram posse. Apenas após a sua morte, Lauro Müller passou a constar como patrono da cadeira número 26.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma revista canonizada

“TERRA não quer restringir o seu âmbito artístico às fronteiras do nosso Estado”

(Revista *Terra*, n.1, março/1920, p.3)

Dentre as diversas publicações do período, a revista *Terra* se tornou então canônica na história da literatura catarinense. Sua importância é associada à formação da Academia Catarinense de Letras, uma vinculação que, conforme analisado, foi muitas vezes feita de maneira direta e reducionista. Tornou-se assim destaque na memória sobre seus colaboradores e conquistou espaço privilegiado nos acervos que contêm periódicos locais.

O conceito de cânon possui etimologia grega, referindo-se a um instrumento de medição, e foi incorporado com o sentido de “norma” ou “lei”. O processo de canonização de obras literárias foi analisado por Roberto Reis (1992), que ressaltou o princípio de seleção (e exclusão) inerente à sua constituição. Sua formação é própria a mecanismos de poder e os indivíduos que selecionam “estão investidos da autoridade para fazê-lo e o farão de acordo com os seus interesses” (REIS, In: JOBIM, p.70). O pesquisador resalta então que “questionar o processo de canonização de obras literárias é, em última instância, colocar em xeque os mecanismos de poder a ele subjacentes” (idem, p.68). Procurei ressaltar neste trabalho tais construções, que visaram ao reconhecimento e à institucionalização de alguns sujeitos e publicações em detrimento de outros.

Cabe, portanto, compreender a historicidade e a ideologia relacionadas ao cânon, pois não bastaria incluir neste estatuto outras obras – “o problema não reside no elenco de textos canônicos, mas na própria canonização, que precisa ser destrinchada nos seus emaranhados vínculos com as malhas do poder” (idem, p.75). Na história da literatura catarinense, muitas das construções canônicas foram iniciadas com a atuação de Altino Flores. Valeu-se da polêmica como ferramenta para a crítica literária, de modo a demarcar espaços e papéis para os sujeitos inseridos no campo literário do período. Utilizou uma crítica em moldes naturalistas, pautada pelo racismo, por ataques pessoais e pela preocupação com o purismo da língua. Seu estilo combativo o levou a enfrentamentos com amigos do interior de sua “geração” ou seu

“grupo”, apesar de reservar os ataques mais contundentes àqueles de fora.

Na revista *Terra*, Altino Flores foi muitas vezes visto como seu principal articulador, devido principalmente às polêmicas e preocupações com a literatura catarinense. Os discursos veiculados na revista *Terra* representaram, para o período e para a história da literatura catarinense, uma possibilidade de projeção dos intelectuais ali reunidos.

O jornal *Republica* noticiou o aparecimento da revista *Terra* com ênfase em tal “ambição”:

Terra apresenta a realização de um ideal sereno, a definitiva solução de uma formosa ambição: dotar a terra catarinense de uma publicação condigna, que levasse através de outras fronteiras a afirmação segura do valor da nossa intelectualidade, tão promissora e tão brilhante como a dos Estados que triunfaram.

Terra deve constituir o orgulho dos barrigas-verdes pelo que ela representa e se dispõe a representar. (*Republica*, 01/04/1920, p.2).

À maneira de Cesário Braz, a revista *Terra* foi entendida como uma possibilidade de se tornar um veículo que projetasse e desse reconhecimento nacional para seus colaboradores.

Analisei então a construção da figura de Cesário Braz como um escritor de talento, que teria sido capaz de proporcionar a desejada repercussão para a literatura catarinense. Paradoxalmente, Cesário seria desconhecido de seus conterrâneos e teria vivido a maior parte da vida afastado da terra natal. Tampouco, suas características excêntricas, à maneira de um dândi, poderiam representar uma identidade catarinense. Cesário Braz demonstrava simultaneamente um desejo e uma impossibilidade para aqueles literatos.

Contudo, em geral, as retrospectivas sobre a revista *Terra* são mais negativas no tocante ao alcance de fora do Estado – um alcance que não pôde ser verificado durante a pesquisa. Além disso, a qualidade gráfica e das matérias ali publicadas não se mostraram sempre satisfatórias na memória dos sujeitos ali envolvidos. Em uma entrevista com Altino Flores realizada no ano de 1972 por Celestino Sachet (SACHET, 1974), o diretor da revista demonstrou descontentamento com os rumos tomados pela publicação. Afirmou ainda que a revista *Terra* não apresentava pretensões inovadoras, como interpretou Sachet ao considerá-la o coroamento da “Vanguarda Catarinense” dos anos de

1920. Altino Flores assim discorreu retrospectivamente sobre a publicação:

A revista mensal Terra [...] não presumia inovar nada, programatizadamente.

No artigo de apresentação (de minha autoria), apenas se apelava para o mais largo conhecimento da Literatura universal. Portanto, nenhum preconceito nacionalista ou regionalista, nenhum exclusivismo de escola, corrente ou grupo literário, posto que aos espíritos esclarecidos repugnam horizontes fechados. Reserva-se aos colaboradores inteiríssima liberdade de pensar, de sentir e... dizer.

Como programa, está-se a ver, isto nada significava, mas talvez servisse de ponto de partida para frutuosas realizações.

Infelizmente, essas realizações não aconteceram; e *Terra*, que se apresentava com feição material muito bonita, luxuosa para a época, veio a acabar em traje de mendicante, quase de tanga... (Altino Flores, In: SACHET, 1974, p.68).

Como visto, pode-se questionar a extensão dessa liberdade dos colaboradores, uma vez que estavam restritos sempre ao preciosismo da língua e ao círculo de intelectuais desejados por Altino Flores e Othon d’Eça – além de politicamente relacionados à ala hercilista do Partido Republicano Catarinense. As portas da publicação, portanto, estavam abertas apenas para uma seleção restrita e excluía-se a participação de outros vários sujeitos. O depoimento de Altino Flores indica também a preferência pelos primeiros números da revista, “luxuosa”, cujo conteúdo era essencialmente literário e o papel de qualidade superior.

Altino Flores se tornou o guardião da memória da ACL na história da literatura catarinense, ao passo que Othon d’Eça atuou como uma “ponte” entre diferentes gerações de escritores. O livro *Altino Flores: fundador da ACI* foi uma edição significativa para analisar o papel deste diretor. Nele, pode-se perceber que Altino Flores, ainda que representante de uma literatura de postura retrógrada para os escritores mais novos, tem sua memória bastante positivada ao tratar-se de membros da Academia Catarinense de Letras ou da Associação Catarinense da Imprensa.

Já Othon d’Eça demonstrou também forte preocupação com a literatura catarinense, principalmente em suas ações como presidente da

ACL – foi por vezes visto como a personificação da instituição (assim como Henrique da Silva Fontes era do IHGSC). Procurou dar contornos para a identidade catarinense, elegendo os descendentes de açorianos como tais representantes. Ao contrário de Altino Flores, que se dizia contrário a qualquer regionalismo – apesar de ele próprio por vezes enveredar por temáticas locais.

A tensão entre o local e o nacional se fazia então presente de forma enfática na vida literária do período. Fosse para a realização de escolhas identitárias, ou ao tratar-se da tentativa de projeção e reconhecimento daqueles intelectuais. Um conflito expresso mesmo no nome da revista, que se tornou a mais consagrada do período.

REFERÊNCIAS

1 Periódicos e documentos pesquisados

(Indica-se quando a publicação não é da cidade de Florianópolis)

*Biblioteca Pública de Santa Catarina (acervo físico)

A Capital (1920, 1921)
A Razão de São Francisco do Sul (1920, 1921)
O Albor, de Laguna (1920, 1921)
O Estado (1920, 1920, 1950, 1951, 1952)
O Pharol, de Itajaí (1920, 1921)
Republica (1920, 1921)
Revista Terra (1920, 1921)

*Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina (acervo digital)

A Farpa (1915)
Argo (1910)
A Semana (1914)
A Semana – “Periódico de ação social” (1920)
A Urucubaca (1915)
Folha Rosea (1915)
Ipiranga (1915)
O Clamor do povo (1916)
O Clarão (1918)
O Imparcial (1915, 1916)
Jornal O Olho (1916)
O Palhaço (1916)
O Tição (1915)

*Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Carta de Othon d’Eça a José Boiteux (1923)
Revista Illustrada (1908-1919)
Revista O Olho / Phenix (1916)
Revista Terra (1920, 1921) [o número 11 da revista só pôde ser encontrado neste acervo, além de algumas páginas e capas que se encontram ausentes da BPSC]

*Academia Catarinense de Letras

Revista Signo (1968)
 Pastas de Othon d’Eça e Altino Flores (diversos)

Revista *Oasis* (1918)

Revista *Panal* (1924)

***Hemeroteca da Biblioteca Nacional (acervo digital)**

Gazeta de Notícias (RJ, 1912)

O Dia (SC, 1916, 1917)

***Outros**

Jornal *Leitura e Prazer* – EdUFSC, n.7, fev./2002 – acervo pessoal de Tânia Regina Oliveira Ramos

2 Referências bibliográficas

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1989.

BAHIA, Eliana Maria. **Perfil de José Arthur Boiteux, um construtor da cultura catarinense**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1956.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Tradução Ione Ribeiro Valle. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte. Autêntica, 2011.

BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George (orgs). **Duelos no serpentário**: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. **O albatroz e o chinês**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

CASANOVA, Pascale. **A República Mundial das Letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CASTELLI, Marco Antonio. **A Revista Terra: Contribuição para o estudo da literatura em Santa Catarina**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, 1982.

COLLAÇO, Vera (org.). **Se a moda pega: o teatro de revista em Florianópolis**. Florianópolis: Udesc/Ceart, 2007.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **Lições de política e cultura: A Academia Catarinense de Letras, sua criação e relações com o poder (1920-30)**. Florianópolis, Coleção ACL; n.8, 1996.

_____. **História da cultura catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC / Diário Catarinense, 1997.

CUNHA, Maria Teresa Santos; CHEREM, Rosângela Miranda. **Refrações de uma coleção fotográfica: imagem, memória e cidade**. Florianópolis: UDESC, 2011.

D'EÇA, Othon. **...Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992.

_____. **Cinza e bruma e Poemas dispersos**. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992.

_____. **Homens e Algas**. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992.

_____. **Nuestra Señora de l'Asunción**. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992.

_____. **Vindita braba**. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: O Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

FIGUEREDO. Juvêncio de Araújo. **Praias da minha terra e outros poemas**. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2009.

FLORES, Altino. **Sondagens literárias**. Florianópolis: EDEME, 1973.

_____. **Textos críticos**. Organização e atualização ortográfica Lauro Junkes. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2006.

Flores, Maria Bernardete Ramos. **A farra do boi: palavras, sentidos, ficções**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

_____. Elogio do anacronismo: Para os andróginos de Ismael Nery. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 414-443, jul./dez. 2014.

FURTADO, Tamires Quesada. **Literatura, vida pública e modernidade: um estudo sobre Othon da Gama Lobo d'Eça (1892-1965)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Guarulhos, 2015.

GARCIA JUNIOR, Edgar. **Práticas regionalizadoras e o mosaico cultural catarinense**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2002.

_____. **Tempo narrado: romances e modernidade em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

GOMES, Angela Maria de Castro (Org.) **Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre**. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

_____. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009.

GOMES, Manoel. **Memória barriga-verde**. Florianópolis: Lunardelli, 1990.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor**: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2006.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p.244-261.

GUIMARÃES, Júlio Castañon Guimarães. **Contrapontos**: notas sobre correspondência no modernismo. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2002.

JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945). **Revista USP**, São Paulo (26): 164-181, junho/agosto 1995.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LUSTOSA, Isabel. **O Brasil pelo método confuso**: humor e boemia em Fradique Mendes. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

MACHADO, Alzemi; MARCELINO, Roseléia (orgs.). **Catálogo de jornais catarinenses**: 1831 – 2013. Florianópolis: FCC, 2014.

MACHADO NETO, Antônio Luís. **Estrutura social da república das letras**: sociologia da vida cultural brasileira, 1870-1930. São Paulo, Grijalbo, Ed da Universidade de São Paulo, 1973.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista**: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MATOS, Felipe. **Uma Ilha de leitura**: notas para uma história da cidade através de suas livrarias, livreiros e livros (Florianópolis, 1830-1960). Monografia (Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

_____. **Sob os auspícios da Livraria Rosa**: redutos literários e circulação da cultura letrada em Florianópolis. Florianópolis. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

_____. **Armazém da Província**: Vida Literária e Sociabilidades Intelectuais em Florianópolis na Primeira República. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGUEL, Salim. FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Othon d’Eça**. Florianópolis: FCC Edições: Fundação Banco do Brasil, 1992 (Escritores catarinenses: Série “Resgate”; 5).

MOISÉS, Carlos Felipe (org.). **Orpheu**: 1915-2015: Textos doutrinários e fortuna crítica (antologia). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
 MOREIRA, Eduardo Gonzales. Fradique Mendes: autor de autores. In: **Estação Literária**, Londrina, Vagão-volume 8, parte B, p. 75-82, dez. 2011.

_____. Entrevista Fernando Venâncio: No Rossio, Café Nicola, uma viagem no tempo na companhia de Fradique Mendes. In: **Revista ContraPonto**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 13-24, jul.2011.

MÜLLER, Fernanda Suely. José Maria Eça de Queirós, colaborador do jornal *O Estado de S. Paulo* (1888-1896). In: **Patrimônio e Memória**, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.6, n.2, p. 217-233, dez. 2010.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

PEREIRA, Carlos da Costa. **Minhas memórias**. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC Edições: Academia Catarinense de Letras, 1996.

PEREIRA, Lucésia. **Florianópolis, década de trinta**: ruas, rimas e desencantos na poesia de Trajano Margarida. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PEREIRA, Moacir (org.). **Altino Flores**: fundador da ACI. Florianópolis: Insular, 2010.

_____. Blog. Disponível em:
<http://dc.clicrbs.com.br/sc/columnistas/moacir-pereira/ultimas-noticias/?topo=67,2,18,,,67>, acessado em nov./2015.

PIZZA, Walter. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: ALESC, 1985.

PÍTSICA, Pascoal Apóstolo. **Numa fonte cristalina**. Florianópolis: Papa-Livro, 1997.

PLUET-DESPATIN, J. Une contribution a l'histoire des intellectuels: les revues. In: RACINE, N & TREBITSCH, M. (dir.). **Cahiers de l'Institut d'Histoire du Temps Present. Sociabilites intellectuelles. Lieux, milieux, réseaux**. Paris, n° 20, mars 1992, p. 125-136.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1984, p.3-15.

PONTES, Gustavo Tiengo. **Adeptos do Sigma em Florianópolis**: Estudo sobre o periódico "Flamma Verde" e a presença Integralista na capital Catarinense. Monografia (Graduação em História) -Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

PRADO, Antonio Arnoni. *Cenário com Retratos: esboços e perfis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

QUEIROZ, Eça de. **A Correspondência de Fradique Mendes** (memórias e notas). Livraria Lello & Irmão – editores – Porto, 1945.

QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. **O Mistério da Estrada de Sintra**. Disponível em: Domínio Público [<http://www.dominiopublico.gov.br/>], acessado em: 14/07/2014.

RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Encaixotados para (o) presente: Este Portal Catarina. In: **Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas**. Universidade de Évora, 2010.

REIBNITZ, Cecília de Sousa. **Revista Terra: um modernismo (im)possível** (Florianópolis, 1920-1921). Monografia (Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luís (org). **Palavras da crítica: Tendências e conceitos no estudo da Literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SACHET, Celestino. **As transformações estético-literárias dos anos 20 em Santa Catarina**. Florianópolis: UDESC-edeme, 1974.

_____. **A literatura de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

_____. **A literatura Catarinense**. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

SACHET, Celestino; SOARES, Iaponan (orgs.). **Presença da literatura catarinense**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1989.

_____. **A literatura dos catarinenses: espaços e caminhos de uma identidade: poema, prosa, teatro**. Palhoça: Ed. Unisul, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Jaldyr; PIAZZA, Walter F. *et al.* **Fundamentos da cultura catarinense**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: Rémond, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1996. p. 231-269.

_____. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SOARES, Iaponan. **Virgílio Várzea e outros: Literatura e vida literária em Santa Catarina no século XIX e início do século XX**. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2002.

SOUZA, Luiz Alberto. Um mundo em agonia: a Geração de 1870 em Desterro. In: **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v.3, n.1, p.172-188, 2014.

SÜSSEKIND, Flora. *Papéis colados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

TÉO, Marcelo. **A vitrola nostálgica: música e constituição cultural (Florianópolis, décadas de 1930 e 1940)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

VELLOSO, Monica Pimenta. Lembrar e esquecer: a memória de Portugal na cultura modernista brasileira. In: **Revista Semear (PUCRJ)**, Rio de Janeiro, Ed. NAU, v. 1, n.5, p. 69-86, 2001.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WILLIAMS, Raymond. A fração Bloomsbury. In: **Plural: revista de Sociologia**. São Paulo: USP, n. 6, 1. Sem. 1999, p. 139-168.